ITEQ

Projetos e Projeções

Volume 6 – Número 6 (Julho de 2020) ISSN 25959042



grupoiteq.com.br

EDITORIAL

As mudanças são necessárias, mas nunca foram tão urgentes. Estamos vivendo os dias do ano de 2020 como se fossem nossos últimos dias de vida neste planeta.

De fato, são nossos últimos dias vividos antes da pandemia, que assola o mundo... e nos leva a viver nesse clima de “só por hoje”, “amanhã quem sabe”!

Nós, educadores, estávamos nos preparando para tornar a escola informatizada e pensávamos: temos um longo tempo ainda, de repente tudo era pra ontem... a escola só existiria *online*. Aquelas trocas, a interação, as conversas, a gritaria do recreio, o calor humano mudou de lugar, distanciou-se, isolou-se.

Os educadores, a gestão escolar, alunos e pais estavam agora, todos no mesmo barco tentando acompanhar essa nova maré, mais à deriva do que no rumo certo.

O grupo Iteq atendendo e principalmente tomando medidas que nesse momento deveria tomar, aprimorou sua plataforma com os conteúdos importantes, com aulas online e ofereceu a todos os alunos suporte digital para adequação a esse “novo” que estamos vivendo!

A pandemia do Corona Vírus nos trouxe muitas dúvidas, muitas mortes, muitas aprendizagens, muitos projetos e provocações. Poderíamos citar milhares de dúvidas, muitas angustias... E muitas verdades também. Por exemplo, aquela que escancara a importância da educação, dos educadores e profissionais da educação. Temos que agora dizer a todos como a educação, a formação dos alunos e a nossa podem salvar o mundo.

A ciência e a pesquisa devem e precisam ser valorizadas e incentivadas, pois só os estudos científicos podem nos apontar saídas para essa crise sanitária, financeira e educacional.

Trabalhar com cursos de formação de professores é um grande desafio. Somos todos nós, através da educação que podemos melhorar nosso país!

A crise pela qual estamos passando, deixará marcas profundas, mas também nos levará à reflexão sobre a importância que o professores têm em produzir conhecimentos, provocar pesquisas, incentivar esse espírito crítico e levar às descobertas que vão humanizar as pessoas que habitam este mundo.

Espero que tudo passe e voltemos plenos de saúde, de fraternidade, de fé nas nossas vidas diárias com muito trabalho e esperança.

Renato Eduardo Natale
Diretor Comercial

ITEQ

520
741

Loja Online
Grupo ITEQ
Cursos a partir de
12x R$99,00



(11) 2074-5110
(11) 97355-2554
grupoiteq.com.br

EXPEDIENTE

PROJETOS E PROJEÇÕES
Volume 6 – Número 6 (Julho de 2020)
ISSN: 25959042
Periodicidade: Trimestral

1 - A importância e análise dos jogos e brincadeiras para aprendizagem psicomotora do transtorno global do desenvolvimento
– Margareth Leão Brasil de Souza

2 - A música e o desenvolvimento infantil
– Adma Faria Marques de Oliveira

3 - Os desafios da educação 4.0 na formação docente
– Silvana de Sá Almeida

4 - Uma análise histórica da etnia e cultura afro-brasileira e sua importância nas práticas educativas
– Fabiana Guedes dos Santos

5 - Contribuição do cordel nas escolas
– Agnaldo dos Santos

6 - A literatura de cordel no processo de aprendizagem para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I
– Jucélio Marcos de Medeiros

7 - Reflexão sobre a prática docente no ensino de disléxicos
– Jefferson Ferreira Lima

8 - A importância do brincar na Educação Infantil e o desenvolvimento da criança
– Natassia Paula Marques Domingues

9 - A complexa missão de lecionar no século XXI
– Priscila Soares da Silva

10 - Concepção de inclusão na educação Infantil para portadores de Síndrome de Down
– Fernanda Garcia Sampaio

11 - A Educação Ambiental como contribuição para aprendizagem na Educação Infantil
– Michella Vasconcelos de Oliveira

12 - A formação de professores: No ensino de Artes nos anos iniciais
– Marisa Aparecida de Camargo Santos

13 - Educação e as necessidades da capacitação docente em processo
– Cristiana Alves Pereira

14 - Música na Educação Infantil
– Edneia Alves Silva Pereira

15 - Intervenção Psicopedagógica no processo de inclusão na Educação Infantil
– Cleide Rosália Fernandes Nichele

16 - As práticas de letramento e alfabetização no contexto da aprendizagem significativa
– Carla Gomes de Oliveira

Os conceitos contidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

CONSELHO EDITORIAL
Profª Maria José P. Natale; João Felipe Furlanetti da Silva Natale; Renato Eduardo Natale

EDITOR CHEFE
Maria Rafaella Furlanetti da Silva Natale

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTOS
Victor Oliveira Tarsitano

CAPA E ELABORAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO
Sette Marketing

GRUPO ITEQ
Rua São Gonçalo do Piauí, 162, Itaquera
São Paulo, SP – CEP 08295-400
Tel: (11) 2074-5110

grupoiteq.com.br
ISSN 25959042

Revista Iteq Educacional: Projetos e Projeções [recurso eletrônico] / Instituto Total de Educação e Qualificação Profissional. – Vol. 6, n. 6 (jul. 2020) – São Paulo: Iteq, 2020.

Trimestral

Disponível em: <https://issuu.com/iteqleste>

e-ISSN 25959042

1. Educação online. 2. Inclusão escolar. 3. Literatura de cordel.
4. Pandemias. 5. Reinvenção da escola. I. Instituto Total de Educação e Qualificação Profissional.

CDU 37

CDD 370

Elaborado por Paula Soares – CRB-8/7605

APRESENTAÇÃO

NOVOS RUMOS PARA EDUCAÇÃO AO FINAL DA PANDEMIA

O sistema educacional do Brasil: Com mais de 130 mil **escolas** fechadas, cerca de 47 milhões de **alunos** estão sem **aulas presenciais** desde o fechamento das instituições para conter a propagação do novo coronavírus no país, segundo estimativa dos órgãos competentes no assunto.

Com a data da volta às aulas ainda em aberto, pais e educadores debatem os rumos da educação com o fim da quarentena. Diante do cenário incerto, o governo editou uma medida provisória que dispensa as escolas de cumprir os 200 dias letivos, mas mantém a carga horária de 800 horas.

QUAL É A SAÍDA PARA GARANTIR O APRENDIZADO DO ANO LETIVO?

O ensino atual não deveria ter como referência a quantidade de conteúdo, e sim as competências: os conhecimentos, habilidades e atitudes que os estudantes desenvolvem.

Aprender é um processo, não adianta condensar o aprendizado em menos dias e muitas horas diárias. Se os alunos ficarem mais tempo sem ir à escola, é melhor relativizar o "ano letivo" e reorganizar as etapas de aprendizagem.

Teremos que repensar tudo, carga horária, conteúdos, reorganização do ano letivo, com possibilidades reais e necessidade concreta de que o ano letivo de 2020 termine em 2021. Um meio importante nessa reorganização será a inserção na carga horária de atividades orientadas para serem feitas fora do horário de aula. O que não podemos aceitar é a exclusão de parte dos estudantes do direito a educação. Qualquer decisão só pode ser tomada com ampla participação e partir de um cenário definido.

Será preciso repensar e, para isso, teremos que reunir a comunidade educacional para determinar diretrizes gerais. E, em cada caso particular, ouvir a comunidade escolar.

As saídas são a conclusão do ano letivo em 2021, realização de atividades pedagógicas complementares e estruturação de maior carga horária. A educação à distância deve ser um complemento, mas, por ser desigual o acesso, não pode contabilizar no ano letivo. Carga horária e calendário são temas que dependem de quando vai acabar a quarentena. Antes de pensar isso, precisamos planejar a volta às aulas, pensar uma sequência de ações afim de que os alunos consigam repor não só carga horária, para cumprir uma formalidade, mas principalmente, ter garantida a aprendizagem. Não é a mesma coisa que voltar de férias. Esses alunos ficaram isolados em casa com uma série de problemas, como a violência doméstica, ou ainda perderam parentes para a pandemia. Será preciso fazer um nivelamento, para saber em que ponto está cada aluno quanto à aprendizagem e nível de desenvolvimento.

O ambiente escolar é importante para o desenvolvimento de competências socioemocionais, pois as crianças aprendem a se relacionar com outros, conviver com as diferenças, trabalhar em grupo, expor ideias e argumentos, ter resiliência para encarar problemas. No *homeschooling*, esses aspectos podem ser trabalhados, porém, no Brasil, esse modelo ainda não existe e não há como implementá-lo de um dia pro outro.

A escola para grande parte dos alunos do sistema público de educação, além de ser a única esperança, é o espaço mais seguro e muitas vezes possível de estudar. Temos muitos estudantes em situação de rua e uma quantidade maior ainda em domicílios que, além de não ter espaço físico para estudar, não tem nenhuma tranquilidade e segurança. Por mais precárias que estejam as nossas escolas, ainda são elas e seus profissionais que acolhem, identificam problemas que os estudantes têm fora delas, se arriscam para resolver e fazem com que os estudantes acreditem que podem ser alguém.

A educação se realiza no processo de ensino-aprendizado. Os alunos aprendem com os professores, mas também entre si. Essa é a regra. Pode haver exceções? Sim, mas são raras.

A educação é um processo presencial e é um direito. Durante o isolamento social, só é possível complementar o ensino. A educação acontece melhor quando há vínculo e, agora, isso está prejudicado.

O ensino online ganhará mais adeptos. Muitos professores que ainda não usavam ambientes virtuais de aprendizagem tiveram que mergulhar e aprender novas práticas em poucos dias. Milhares de professores e estudantes estão gostando da experiência e pode ser que a educação à distância se amplie ainda mais, sobretudo no ensino superior. Já na educação básica, valerá como um ensaio, mas ficará claro que ainda estamos longe de fazer ensino online efetivo. Temos que pensar num lado ruim, pois a pandemia tem sido usada para deturpar a modalidade, difundir concepções simplistas do processo de ensino – aprendizagem, comercialização de soluções ilusórias para os problemas da educação no país. O que se vende é que a tecnologia resolverá tudo, deixando de ser meio e se tornando fim. E isso não é verdade.

A reflexão deve partir da seguinte premissa: se estávamos indo mal com educação presencial, agora está mais difícil. Com isso não estamos dizendo que ela não pode ser usada. É um recurso, mas não pode contar para a realização do ano letivo. Há muito desespero, muito oportunismo e pouca preocupação pedagógica.

É claro que o que está acontecendo agora deve dar algum impulso para o ensino remoto.

Alguns professores que não planejavam ir para esse caminho acabaram se familiarizando com esse instrumento. O ensino remoto pode ser muito usado na volta às aulas para complementar o aprendizado.

Com o ensino online, o professor precisa se reinventar. Aulas expositivas podem ser dadas em vídeo, podemos gravar explicações e replicar em escolas e faculdades. Caberá ao professor de cada turma algo muito, além disso: desenhar as trilhas de formação de cada estudante ensinar a refletir, provocar o pensamento crítico e avaliar os resultados. Na nova educação, o professor é um arquiteto cognitivo e um dinamizador da inteligência coletiva. Teremos duas faces da mesma moeda. Os responsáveis que estão lidando com os estudantes em casa, estão descobrindo que ser professor não é coisa fácil. Esses tenderão mais a valorizar esse profissional. Mas tem aqueles que estão difundindo a ideia de que o professor pode ser substituído pelos aparatos Tecnológicos, que levarão aos estudantes os conteúdos produzidos pelos "especialistas". A formação precisará reafirmar a importância da tecnologia como meio, que é o que ela é.

APRESENTAÇÃO

O papel do professor está sendo valorizado pelos familiares que são responsáveis pela educação de suas crianças, adolescentes e jovens. Ao acompanhar os filhos, os pais se reconectaram com a complexidade da educação.

O papel do professor ganhou outra relevância. Ficou muito claro para todo mundo como é difícil ser professor. É das profissões mais difíceis e acaba vista pela sociedade de uma forma completamente equivocada e desimportante. Agora, pais e mães estão redimensionando isso. Quanto ao professor, será preciso trabalhar numa formação já para a volta às aulas, tem que estar preparado para um aluno que já não é mais o mesmo.

O uso de tecnologias para o ensino vai ser revisto e despertará as políticas públicas para essa nova modalidade?

A experiência de 2020 será um marco decisivo na educação. As políticas públicas certamente começarão a avançar no que se refere ao ensino online, nas mais diversas frentes para que ele e torne acessível a todos. Isso envolve múltiplos aspectos: viabilizar o acesso a computadores e internet, capacitar professores e famílias, desenvolver materiais adequados, ensinar a estudar a Distância, formatar mecanismos de controle, monitoramento e avaliação.

Usar as tecnologias tem a ver com as condições de escolas, professores e estudantes. Logo, é preciso rever no conjunto. Isso implica em equipar as escolas com infraestrutura Básica, como saneamento, banheiros, salas minimamente adequadas, bibliotecas, laboratórios de biologia, física, química e informática, brinquedotecas, quadras e, sobretudo, professores bem formados e remunerados. Sem isso, não há tecnologia que resolva.

A pandemia pode acelerar o uso da tecnologia na educação. A tecnologia é um meio. E ela deve ser usada. Não como panacéia, mas como instrumento. Contudo, precisa ser distribuída democraticamente. Isso não ocorre hoje.

Não dá para saber se o uso da tecnologia será ampliado. Justamente pela falta de uma coordenação nacional, que deveria acontecer com a liderança do MEC, pois há uma dispersão muito grande de soluções e estratégias. O exemplo de São Paulo talvez seja o mais concreto até agora.

O TEMPO DA QUARENTENA PODE TRANSFORMAR O PAPEL DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS?

Uma consequência positiva desta quarentena seria que as famílias passassem a participar mais da vida escolar dos filhos e a acompanhar mais os seus estudos. Quando isso acontece, as crianças se interessam mais pelo aprendizado. Ainda não podemos dizer que isso de fato ocorrerá. Mas certamente todos passarão a valorizar mais o papel dos professores, entendendo melhor muitos dos desafios que eles enfrentam e os verão mais como parceiros.

Para alguns há essa oportunidade de os pais perceberam que precisavam participar mais e as escolas perceberam que é imprescindível envolver os pais. Contudo, como a experiência está sendo traumática para muitos, porque enfrentar a pandemia não é fácil e a saúde mental de todas está sendo desafiada, não é possível afirmar essas experiências.

QUAIS MUDANÇAS MAIS PROFUNDAS PODEM SURGIR NA EDUCAÇÃO DEPOIS DA PANDEMIA?

Uma das maiores mudanças será o desenvolvimento do ensino híbrido: parte presencial e parte online. Vamos ressignificar o valor da sala de aula: deveríamos nos encontrar face a face quando esse momento fizer sentido, vamos aproveitá-lo melhor. Porém, há riscos: dos mais de 45 milhões de estudantes das escolas públicas, uma parte importante não tem computador nem internet, tampouco tem espaço adequado para estudar em casa. Se essas questões não forem corrigidas, o ensino online pode deixar à margem uma enorme parcela de crianças e jovens, e acirrar as desigualdades.

Deveríamos ter uma mudança que pensasse a educação como parte de uma vida digna. Isso significa pensar escolas com estruturas para lidar e colaborar com o desenvolvimento de sujeitos, não cabendo educação subfinanciada, escolas que parecem prisões, pensadas por quem não entende dos alunos reais e muito menos de educação. Assim, a melhor mudança seria que a educação fosse pensada por educadores e não por burocratas economistas: As mudanças principais serão o uso adequado e bem dimensionado da tecnologia, a valorização do magistério e a valorização e redescoberta do espaço escolar. Além disso, e principalmente a retomada da perspectiva pedagógica, em detrimento do amadorismo empresarial que tem atrapalhado o debate público educacional. O reino da educação é o da pedagogia, da didática, da psicologia e sociologia da educação. O Brasil precisa fazer a educação reencontrar seu reino. Essa é a nossa esperança.

O que já dá pra observar é uma demanda maior por planejamento: a gestão está sendo mais desafiada, indo atrás de alunos, tentando solucionar questões de conectividade, e isso pode sim deixar um legado importante, porque a gestão é fundamental. E devemos apostar também que vamos nos desenvolver com o fator da criatividade, da flexibilidade e de criar soluções em ambientes não ideais. E todos juntos vamos aprender boas lições com essa pandemia.

Comissão Editorial
GRUPOITEQ

SUMÁRIO

A importância e análise dos jogos e brincadeiras para aprendizagem psicomotora do transtorno global do desenvolvimento
Margareth Leão Brasil de Souza **09**

A música e o desenvolvimento infantil
Adma Faria Marques de Oliveira **14**

Os desafios da educação 4.0 na formação docente
Silvana de Sá Almeida **18**

Uma análise histórica da etnia e cultura afro-brasileira e sua importância nas práticas educativas
Fabiana Guedes dos Santos **25**

Contribuição do cordel nas escolas
Agnaldo dos Santos **29**

A literatura de cordel no processo de aprendizagem para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I
Jucélio Marcos de Medeiros **31**

Reflexão sobre a prática docente no ensino de disléxicos
Jefferson Ferreira Lima **37**

A importância do brincar na Educação Infantil e o desenvolvimento da criança
Natassia Paula Marques Domingues **42**

A complexa missão de lecionar no século XXI
Priscila Soares da Silva **47**

Concepção de inclusão na educação Infantil para portadores de Síndrome de Down
Fernanda Garcia Sampaio **54**

A Educação Ambiental como contribuição para aprendizagem na Educação Infantil
Michella Vasconcelos de Oliveira **63**

A formação de professores: No ensino de Artes nos anos iniciais
Marisa Aparecida de Camargo Santos **68**

Educação e as necessidades da capacitação docente em processo
Cristiana Alves Pereira **73**

Música na Educação Infantil
Edneia Alves Silva Pereira **78**

Intervenção Psicopedagógica no processo de inclusão na Educação Infantil
Cleide Rosália Fernandes Nichele **85**

As práticas de letramento e alfabetização no contexto da aprendizagem significativa
Carla Gomes de Oliveira **90**

ITEQ

520
741

Pós com aproveitamento EAD

Educação Infantil + Práticas de Alfabetização e Letramento



(11) 2074-5110 (11) 97355-2554 grupoiteq.com.br

A importância e análise dos jogos e brincadeiras para a aprendizagem psicomotora do transtorno global do desenvolvimento

Margareth Leão Brasil de Souza

RESUMO

A importância e análise dos jogos e brincadeiras desenvolvidos na educação infantil para o desenvolvimento da aprendizagem PSICOMOTORA coloca que o brincar é uma forma de contextualizar, construir e ampliar novos conhecimentos, facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento nas fases iniciais da criança nos aspectos físicos, cognitivos, motor, social e afetivo, além de proporcionar prazer. A criança aprende brincando a conhecer e a entender o universo que a cerca, o que a define como um ser social. Inserir o jogo e a brincadeira às praticas pedagógicas é buscar um facilitador no processo de ensino-aprendizagem para acriança.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Brincadeiras. Conhecimento . Criança. Educação. Jogos.

INTRODUÇÃO

Jogos, brincadeiras e ludicidade são temas muito abordados em monografias e trabalhos de conclusão de curso, no entanto sendo um tema tão pesquisado, defendido e difundido, pesquisadores e alguns professores defendem a sua prática nos espaços escolares, lamentavelmente apesar de toda à literatura e das pesquisas realizadas que comprovam a relevância do brincar para o desenvolvimento da criança, ao lúdico ainda lhe é delegado, por muitos profissionais ao simples ato de distração, diversão e também lhe é atribuído atitudes como falta de educação, petulância ou desobediência, pensamentos estes expressos de forma inconsequente e intolerante, por meio de frases como estas: “as crianças de hoje não sabem brincar.”; “... as crianças só estão brincando.” ou “os alunos de tal professor estão sempre brincando.”

Este descaso ocasiona danos à estruturação do desenvolvimento da criança e muitas vezes bloqueios emocionais e até físicos.

Com base nesta problemática, pesquisas e reflexões esta pesquisa visa alcançar a todos os profissionais, mas principalmente aqueles que ignoram a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil. Esta pesquisa tem como objetivo principal oferecer aos professores uma ferramenta de reflexão sobre a metodologia aplicada na educação infantil no que concerne a jogos e brincadeiras. Utilizando como base de sustentação pesquisas e constatações de diferentes teóricos. Esta pesquisa e analise visa mostrar que os jogos e brincadeiras são importantes para o desenvolvimento global da criança, e que este desenvolvimento não se dá apenas com os denominados jogos educativos, mas também de brincadeiras livres, espontâneas, aquelas trazidas pelas crianças para o universo escolar, que se trabalhadas pelo professor de maneira participativa e mediadora lhe possibilitará introduzir novos conceitos e informações, assim como também a compreensão e entendimento do que foi aprendido pelo aluno com a mediação do professor.

Nas palavras de Luzuriaga (2001,pg.2) “..Sem educação não seria possível a aquisição e transmissão da cultura, pois, pela educação é que a cultura sobrevive no espírito humano”. Sendo assim, pode-se chegar a conclusão de que as crianças sempre foram educadas, seja para o trabalho, ou para as atividades intelectuais, estas crianças eram preparadas, apesar de não haver registros que confirmem essa educação, pois, as crianças menores eram responsabilidade exclusiva das famílias, recebendo educação apenas de seus familiares.

Luzuriaga (2001) diz que as crianças recebiam uma educação natural, inconsciente, espontânea, adquirida na convivência familiar. Mesmo sendo essencial à vida social e intelectual do homem, a educação foi transmitida de formas diferentes, por povos diferentes. Na idade Antiga a educação de crianças pequenas era essencialmente familiar. Já na antiguidade clássica encontram-se registros da preocupação com uma educação mais elaborada para as crianças pequenas.

Luzuriaga (2001), diz que Platão (427-347 a.C) recomendou que a educação da primeira infância fosse de jogos educativos na família, com o objetivo de preparo para o exercício do futuro da cidadania, e que Aristóteles (384-332a.C) propôs que as crianças dos cinco aos sete anos receberiam em casa educação para a higiene e o endurecimento, e ainda assistiriam a algumas lições.

Carvalho (2003) apud Oliveira (2002) diz que os modos de atendimento não familiar foram se constituindo nas camadas sociais menos favorecidas, desde as sociedades primitivas, por meio das relações de parentesco, No final da Idade Média surgem as”rodas dos expostos”e os “lares substitutos”,dirigidos por entidades religiosas e filantrópicas.

O autor acima afirma que em decorrência das transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, em um contexto de educação como investimento para o desenvolvimento social, a escolaridade obrigatória e a aceitação da criança como pessoa com necessidades especiais, origina a trajetória da constituição do atendimento ás crianças pequenas.

Carvalho (2003) apud Oliveira (1994) em decorrência da necessidade de atender crianças órfãs, abandonadas ou mesmo os filhos de mães operarias, nos séculos XVII e XVIII em alguns países da Europa foram criadas as primeiras instituições que tinham como objetivo principal a guarda de crianças a partir de dois anos, orientadas na religião e cuidados com a saúde, alimentação e em alguns casos, iniciação em um oficio. Eram conhecidas como as "Escolas de Caridade" ou "Escolas de Damas".

Segundo Luzuriaga (2001), a preocupação com a educação da criança pequena, seja a da família abastada ou a pobre, suscitou as ideias de alguns pensadores vistos como precursores da educação infantil, por elaborarem princípios e propostas para a sua organização. Pestalozzi (1746-1827) defendia para as crianças um ambiente educativo, natural, disciplinado, prático e afetivo, envolvendo cuidado e educação, amor e conhecimentos específicos por parte da professora.

Arce (2002) diz que Froebel foi um dos primeiros pensadores a se preocupar com a educação de crianças pequenas, tornando-se o fundador dos "jardins-de-infância" destinados a crianças menores de seis anos de idade, destinados a crianças menores de seis anos. Já no início do século XX, Decroly (1871-1952) e Maria Montessori (1879-1952) contribuíram para a constituição da especificidade da educação infantil e seu caráter pedagógico.

Segundo UNESCO (2011), em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, governos de países europeus reuniram-se no Reino Unido para a Conferência dos Ministros Aliados da Educação (CAME), Em 16 de Novembro de 1945 foi fundada a UNESCO com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Desde então são realizadas Conferências e Fóruns são discutidas e estabelecidas metas que contribuam para o desenvolvimento social dos países envolvido. "A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jontiem/ Tailândia), 183 países, em Brasil assumiram o compromisso de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos; erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso à escola na infância". (UNESCO, 1990).

Em 2000 houve o Fórum Mundial da Educação para Todos (Dacar/Senegal) UNESCO (2000) salienta que este encontro teve como objetivo, avaliar os progressos alcançados e estabelecer novas metas. O documento aprovado, "Marco de Ação de Dacar", reafirma os compromissos assumido sem Jontiem (Tailândia-1990) e em outros encontros internacionais, e estabeleceu seis novos objetivos a serem alcançados até2015.

ANÁLISE DOS JOGOS E BRINCADEIRAS

A primeira das metas consiste em expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as mais vulneráveis e em maior desvantagem; a segunda meta, é garantir o acesso a educação primária obrigatória, gratuita e de qualidade até 2015 à todas as crianças especialmente as que estão em circunstâncias difíceis, minorias étnicas e as meninas; a terceira meta, visa assegurar que jovens e adultos tenham suas necessidades de aprendizagem satisfeitas mediante programas apropriados de habilidades para a vida; a quarta meta,visa a melhoria nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, com acesso equitativo à educação básica é continuada a todos os adultos; a quinta meta, visa o fim das desigualdades de gêneros na educação infantil e secundaria até 2005 e alcançar a igualdade até 2015,com foco na garantia plena e igual do acesso das meninas na educação básica e de qualidade; a sexta e ultima meta, visa melhorar todos os aspectos da qualidade do ensino assegurar a excelência de todos para que resultados reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, matemática e habilidades essenciais avida.

Segundo Ribeiro (1986) a educação jesuítica por Manoel de Nóbrega (1549) não chegara a se escolarizar em decorrência do estágio primitivo das populações indígenas. As crianças participavam diretamente das atividades tribais, que eram praticamente suficientes para a formação necessária a fase adulta.

Ribeiro (1986) diz que as práticas de ler e escrever aplicava-se nos colégios para os alunos que fossem introduzidos nessas técnicas indispensáveis ao acompanhamento do curso de humanidades. O comum era que essas práticas se adquirissem dentro das próprias famílias dos senhores de engenho, com os tios letrados.

Segundo Kuhlmann (1998) a história da educação infantil, trata-se de uma reflexão de pesquisa sobre as crianças a partir do prisma histórico em seu processodeinteraçãosocialedesenvolvimentoenquantoindividuo. A educação tem buscado abranger âmbitos educacionais escolares, não apenas na contextualização político ou sócio econômico, mas reconhecer e elevar como condição de elementos construtivo da história da produção de vida social.

Kuhlmann (1998) afirma que a origem da educação infantil esteve ligada as questões sociais que apontam a assistência à infância pobre e abandonada, que diz res-

peito à história da infância, da família, da população, da urbanização e instituições educacionais.

Para Ribeiro (1986), sob a influência das ideias e práticas europeias, surgiram as primeiras iniciativas de educaçãoi nfantil no Brasil. No final do século XIX foram criados as creches, com a finalidade de retirar das ruas as crianças abandonadas, combaterem a desnutrição e a mortalidade infantil e formar hábitos higiênicos e morais, tinham um forte caráter assistencialista.

Segundo Faria (1999), em 1875 foi fundado o primeiro jardim-de-infância no Rio de Janeiro, e em 1877 em São Paulo, mantidos por entidades privadas para os filhos de famílias abastadas. Os primeiros jardins-de-infância públicos foram criados em 1908 em Belo Horizonte e em 1909 no Rio de Janeiro, no entanto também atendiam crianças de famílias economicamente privilegiadas.

Faria (1999), diz que durante os anos 1920 e 1930, foram criadas as 14 salas de pré-primárias que funcionavam junto às escolas primárias, é também nesseperíodoquesurgiuoatendimentoempraçaspúblicasparaascriançasda classe operaria chamados de "Parques Infantis". A expansão da educação infantil deu-se lentamente.

Para Kuhlmann (1998), com a expansão do trabalho feminino na década de 60 ampliou a necessidade das instituições educacionais voltadas para a classe média, passou a se exigir uma educação de qualidade.

Faria (1999), assina-la que diversos fatores políticos, sociais e econômicos propiciaram a expansão de creches e pré-escolas no Brasil a partir da década de 70, no entanto, o grande crescimento veio a partir da influência de políticas sociais de órgãos como a UNESCO, UNICEF e OMS, para países de terceiro mundo, e também a implementação das Leis Federais.

Zabala (1998) refere-se aos desafios da educação infantil, que historicamente foi mostrada como uma infância de marginalização social,cultural e econômica, sempre voltado para o que o adulto sentia ser o melhor para a criança e não como direito da criança.

O autor trata também, de uma educação infantil pautada em currículos se fortalecendo por meio de um planejamento de processos. Embasado no trabalho planejado comum sentido de continuidade, trata-se de articular intenções claras, sequências progressivas de propósito e conteúdos formativos.

A educação tem por finalidade propiciar o desenvolvimento pleno da criança, o jogo e a brincadeira são fundamentais para o desenvolvimento sensorio motor, afetivo; cognitivo e sociocultural da mesma. Além de ser uma necessidade tanto física como emocional da criança, portanto, neste contexto a legislação visa assegurar que tais necessidades e direitos sejam garantidos e respeitados em sua totalidade.

Brasil (1961) instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu as escolas maternais e os jardins-de-infância no sistema de ensino.

Kuhlmann (1998) afirma que as políticas educacionais na década de 70, pautaram-se na educação compensatória, ainda com um olhar voltado para suprir as necessidades básicas de cuidar, proteger e compensar as defasagens afetivas.

Brasil (1988) a Constituição Federal afirma o dever do Estado com a educação, garantindo o atendimento em creches e pré-escola as crianças de 0 a 6 anos de idade. Assim a educação infantil passa a ser considerada como a primeira fase da educação básica, e o Estado e os municípios passam a oferecer creches e pré-escolas como melhoria da qualidade de vida da população.

São Paulo (2008) indica que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n°8.069, de 13 de Julho de 1990, trazem seus artigos a explicitação dos direitos da criança e do adolescente referentes a vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária e profissionalização.

Brasil (1996) a LDB estabelece o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Afirmando ainda ser dever do Estado garantir o atendimento gratuito em creches e pré-escolas.

Brasil (1998) a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, tem a finalidade de estruturar a educação e fundamentar as concepções de crianças, e visa contribuir para a construção de propostas educativas que considerem a pluralidade, diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural. Lima (2009) afirma que durante muito tempo a infância no Brasil era vista como uma fase de necessidades, portanto era tratada em instituições assistencialistas a partir da Constituição Federal de 1988 e a LDB 1996, essa visão começou a mudar, pois em seus artigos traz uma perspectiva educativa para essa faixa etária, essa nova visão coloca a educação infantil como a primeira fase da educação básica. Vários estudos trazem à tona a importância da educação infantil do desenvolvimento das crianças. Lima (2009) a educação infantil detém a função de oferecer e favorecer um processo significativo de aprendizagem e desenvolvimento para essa faixa etária, visto que educar e cuidar faz parte do mesmo processo de construção do saber.

O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM PSICOMOTORA

Segundo Wajskop (2001), desde os primórdios da educação greco-romano com base nas ideias de Platão e Aristóteles já se utilizava brinquedos na educação, associando a ideia do estudo ao prazer.

Segundo Vial (1981), apud Wajskop (2001), diz que já na antiguidade usavam-se dados, assim como doces e guloseimas em forma de letras e números para estimular o ensino das crianças. A importância da educação sensorial determinou neste período o uso do "jogo didático" por professores de diferentes áreas como filosofia, matemática, estudo das línguas e outros.

Conforme Wajskop (2001), a brincadeira só ocupa espaço na educação das crianças pequenas com a ruptura do pensamento romântico.Anteriormente, a brincadeira era vista como fuga ou recreação, e a imagem social da infância não permitia a aceitação de um comportamento infantil espontâneo, que pudesse significar algo.

A autora enfatiza que somente a partir dos trabalhos de Comenius (1593), Rousseau (1712) e Pestalozzi (1746) é que construíram um novo "sentimento de infância", que protege a criança e a considera como categoria social. Só a partir desse acontecimento é que se dá inicio a elaboração de métodos próprios para educação dos pequenos, seja em casa ou instituições específicas para tal fim.

Com a valorização da criança no seio da família, e com base na concepção idealista e protetora da infância criam um vínculo estrito entre a brincadeira e sua educação. Segundo Áries (0000), apud Wajskop (2001), após o século XVII houve uma identificação entre os jogos e a educação, a partir dos pedagogos humanistas e médicos iluministas que eram contrários à escolástica, ao clero e aos primeiros nacionalistas. A preocupação com a moral, a saúde e o bem comum foi base desta evolução, e a infância era o principal alvo, promovendo investimentos educacionais como a cura para todos os males sociais.

Segundo Wajskop (2001), os pedagogos Friedrich Froebel (1782-1852), Maria Montessori (1870-1909) e Ovide Decroly (1871-1932) elaboraram pesquisas sobre as crianças pequenas legando à educação grande contribuição sobre seu desenvolvimento. Eles romperam com a educação verbal e tradicionalista da época, propondo uma educação sensorial com base no uso de jogos e materiais didáticos, que deveriam traduzir a crença na educação natural dos instintos infantis, contribuíram à superação de uma concepção tradicionalista de ensino, inaugurando um período histórico as crianças passaram a ser respeitadas como seres ativos.

Kishimoto (2003) enfatiza que foram necessários vários estudos para determinar as origens do nosso povo, origens esta que tem a mistura de três raças: vermelha, branca e negra.

A autora faz uma viagem ao inicio da história da humanidade e apresenta que foi no período da colonização que se deu domínio de um povo sobre os outros, e também a troca de experiência e conhecimentos enriquecendo o folclore brasileiro.

No século XIX, antes da abolição da escravatura, intensificaram-se os movimentos de imigração de origem mediterrânea e germânica (portugueses, italianos, espanhóis, alemãs e outros), para trabalhar no lugar dos escravos.

Graças ao cruzamento desses povos sem nenhum preconceito racial,que no Brasil se misturaram as raças: brancas, ameríndias, africanas, europeias, asiáticas, produzindo a grande heterogeneidade da nossa população. E com a mistura de cultura vieram os jogos tradicionais infantis como: a pipa, amarelinha, jogos de pedrinhas,etc.

O jogo tradicional infantil além de cultura popular tem a função de imortalizar a cultura infantil e melhorar o convívio social.

Para Wajskop (2001), o movimento da Escola Nova, nas escolas brasileiras foi influenciado pelas tendências pedagógicas advindas dos pensamentos froebelianos, montessoriano e decrolyano, transformando assim as práticas na educação infantil, principalmente após os anos 70, que prioriza a educação contemporânea. Atualmente a utilização de materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e métodos lúdicos de ensino têm-se mostrado uma grande tendência nas praticas pedagógicas nas pré-escolas.

Kishimoto (2003) afirma que o jogo tradicional infantil faz parte da cultura, da historia de um povo, cultura essa desenvolvida pela oralidade que está sempre em transformação, que é passado de geração parageração.

O jogo tradicional infantil é um tipo de jogo, a criança brinca livremente com prazer e espontaneidade, e por meio desses jogos e brincadeiras, a criança melhora de forma significativa sua vida em sociedade.

METODOLOGIA

Para fundamentar essa análise, parto do pressuposto que elaborar um texto não seja apenas codificar ideias de sinais gráficos encadeados. Utilizamos para esse artigo a pesquisa bibliográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, podemos afirmar que o jogo e a brincadeira são elementos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, moral e social da criança.

Pode-se perceber durante o desenvolvimento desta pesquisa, que o brincar é uma forma de contextualizar, construir e ampliar novos conhecimentos, mesmo porque o jogo não tem apenas a função de recrear e divertir, como já foi visto, mas também pode se tornar um grande aliado da prática pedagógica, visando a construção de uma aprendizagem prazerosa e significativa.

Atualmente a criança vem perdendo espaço físico e temporal para a prática de jogos e brincadeiras, a infância mergulhou num universo de consumismo e alienação alimentados por propagandas televisivas e jogos eletrônicos.

Faz-se necessário inserir métodos lúdicos no cotidiano escolar a fim de torná-lo em um ambiente agradável e propicio ao desenvolvimento da criança, fortalecendo os processos interativos e enriquecendo a cultura infantil, facilitando também a compreensão e retenção de conteúdos ensinados, estimulando a criatividade e raciocínio da criança.

É indispensável destacar que as brincadeiras se constituem parte da infância, principalmente de 0 á 6 anos de idade. Embora que observamos que nem sempre estejam presentes nas instituições de educação infantil, ao desenvolver esta pesquisa percebeu-se claramente que os jogos e brincadeiras possibilitam o desenvolvimento social, emocional e criativo da criança.

O brincar é inerente ao ser humano, segundo Vygotsky a criança aprende com a interação com o outro, ou seja, o filho aprende a brincar com seus pais, desde o nascimento os pais imitem sons, gesticulam, fazem micagens, cantam, dançam fazem de tudo para que o bebê os perceba e o fazem repetidamente sem nem sequer notar que a criança esta aprendendo, mas está.

O cognitivo da criança absorve todas as informações, sejam elas visuais auditivas ou físicas, enfim a criança absorve e ao longo dos dias e meses as informações vão se reproduzindo e se mesclando com novas informações, gerando outros aprendizados e modificações em suas produções, ou seja , os seus gestos e realizá-los é trazer para a criança prazer, segundo Piaget, os esquemas da criança vão aumentando devagar conforme suas necessidades e de acordo com o prazer que as ações lhe proporcionam, Piaget traz também as fases do desenvolvimento e especifica como a criança absorve as informações e assimila o conteúdo desenvolvendo-se continuamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcia Tereza Fonseca. **O brincar e o professor de educação infantil**. Avisa lá. São Paulo, nº. 34, p. 18-50. abril.2008.

ARCE, Alessandra; **Frederich Froebel: O pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL; **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Deporto, Secretaria de Educação Fundamental, v. 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9394/96 Brasil, Referencial Curricular Nacional.

CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de; CARVALHO, Denise Maria de. **Educação Infantil: História, contemporaneidade e Formação de Professores**. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf. Acesso em: 08 de março de 2017

FARIA, Ana Lucia Goulart de. **Educação Pré-escolar e cultura**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIDMANN, Adriana.**O brincar no cotidiano da criança**. São Paulo: Moderna,2006.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogos Infantis, o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, RJ: 11ºed. Vozes, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KUHLMANN, Junior. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, Elvira Souza. **As Aprendizagens Escolares na Educação Infantil**. Pátio, Porto 59 Alegre, n°19, p. 6-50, jun.2009.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Cortez, 2001.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz **Brincar, Prazer e Aprendizado**. 2ªed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2003.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação infantil: (A organização escolar)**. São Paulo: Moraes, 6ª ed. 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico**. 4ªed. São Paulo: Scipione, 2002.

SÃO PAULO. **Constituição Federal**. São Paulo: Revistados Tribunais, 5ª edição,2000.

SÃO PAULO, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Paulus, 2008.

UNESCO, **Educação Para Todos: O Quadro de Ação de Dakar**. Disponível em: http://www.unesco.org/education/wef/en-conf/dakframeng.shtm. Acesso em: 19 de março 2017.

WAJSKOP, Gisela.**Brincar na pré-escola**. 5ªed.São-Paulo: Cortez, 2001.

WAJSKOP, Gisela. **O papel do jogo na educação infantil**. Avisa lá. São Paulo, nº. 17, p.9-47, jan. 2004.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A música e o desenvolvimento infantil

Adma Faria Marques de Oliveira

RESUMO

Este trabalho se objetiva em apresentar a importância da música como instrumento no desenvolvimento infantil, pois em dias atuais se torna primordial a formação de cidadãos capazes de irem além dos conhecimentos formais. Para tanto, se faz necessário que o sujeito de hoje seja ativo e crítico social, assim ampliar os seus conhecimentos e auxiliar na compreensão de novos, vem a ser importante. Assim o ensino possibilitará a esse sujeito a se tornar independente, fomentador de ideias e conceitos, ampliando a sua busca de objetivos promissores, melhorando a sua autoestima. Para tanto, é de competência de o docente auxiliar o aluno a transformar os seus sonhos em objetivos reais, ou seja, utilizar de práticas favoráveis na busca do saber e na construção do conhecimento. Utilizando-se para tal finalidade de todos os instrumentos possíveis, a música possui a propriedade de conduzir o ser humano a viajar enquanto aprende, ampliando o seu repertório de conhecimentos. Trabalhar o conhecimento trazido pelos alunos, não deve se limitar em conteúdos curriculares, mas ir além com propostas inovadoras e dinâmicas, as quais despertem o desejo em aprender sempre mais, em buscar novos horizontes. Cada vez mais as ações e atividades devem ser definidas de forma participativa e democrática, especialmente na relação professor/aluno e aluno/professor na qual é necessário aproximar conhecimento e finalidade. A escola não é o lugar para transmissão, mas é um espaço especial para a construção do saber e do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Criança. Professor. Aprendizagem. Música.

ABSTRACT

This work aims to present the importance of music as an instrument in child development, because nowadays it is essential to educate citizens capable of going beyond formal knowledge. To this end, it is necessary that today's subject is active and socially critical, thus expanding his knowledge and assisting in the understanding of new ones, becomes important. Thus, teaching will enable this subject to become independent, a promoter of ideas and concepts, expanding his search for promising goals, improving his self-esteem. Therefore, it is the competence of the teacher to help the student to transform his dreams into real goals, that is, to use favorable practices in the search for knowledge and in the construction of knowledge. Using all possible instruments for this purpose, music has the property of leading human beings to travel while learning, expanding their repertoire of knowledge. Working the knowledge brought by students should not be limited to curricular content, but to go further with innovative and dynamic proposals, which arouse the desire to learn more and more, to seek new horizons. Increasingly, actions and activities must be defined in a participatory and democratic way, especially in the teacher / student and student / teacher relationship in which it is necessary to bring knowledge and purpose together. The school is not the place for transmission, but it is a special space for the construction of knowledge and knowledge.

KEYWORDS: Development. Child. Teacher. Learning. Music.

INTRODUÇÃO

Ao se trabalhar com atividades na qual a música seja o centro de transmissão de saberes e conhecimentos, é muito importante, tendo em vista que esse precioso instrumento de aprendizagem propicia o desenvolvimento infantil, além de despertar na criança a sensibilidade musical, bem como outros, tais como: coordenação motora, melhora a atenção, socialização, interação, memória, autoestima, organizar pensamentos, a externar ideias, a realização de atividades em grupo, comunicação, etc.

O ser humano ao longo de sua vida sempre esteve em contato com sons que são produzidos no meio ambiente no qual se encontra inserido. Assim no âmbito educacional a criança precisa ser estimulada e apresentada a vários estilos musicais, pois quando a mesma ouve um som ritmado logo começa a mexer o corpo.

Em face ao exposto questiona-se: Como a música pode auxiliar no desenvolvimento infantil?

As hipóteses conduzem a elencar que a criança não vive em estado estático, como uma estátua, por exemplo, vive em

pleno movimento, interagindo constantemente com tudo que a rodeia, e a música é interação, é movimento, pois por meio dela é possível externar e expressar sentimentos.

Assim, esse artigo tem por objetivo retratar "A música e o desenvolvimento infantil", tema central deste, a fim de possibilitar que os leitores reflitam a respeito da importância que as atividades relacionadas a música proporciona no decorrer do processo de aprendizagem.

A metodologia escolhida foi a de revisão bibliográfica de documentos disponíveis na internet ou não, tais como: artigos outros, de autores como: Araújo (2015), Beineke (2001), Brescia (2003), Fonterrada (2005), Gaio e Meneghetti (2004), entre outros que abordam o assunto de forma concisa e clara.

DESENVOLVIMENTO

O homem vive em constante aprendizagem por intermédio do contato com o mundo que o rodeia, vivendo situações e recebendo informações, que o auxiliam em seu desenvolvimento e formação. Ao nascer, o primeiro contato que a criança tem é com a mãe, e que, ao longo de seu crescimento vai lhe transmitindo informações sonoras, seja por meio de: canções, ouvindo uma música ou notícias em algum aparelho sonoro, conversa ou cantando uma canção.

O contato sonoro, que a princípio é em realizado com a mãe, automaticamente passa a ser também com os demais membros da família, sendo que cada um traz consigo, de forma subjetiva, diferentes formas de se comunicar, gosto musical ou de produzir e reproduzir sons. Conforme a cultura familiar e social que a criança se encontra inserida, influência no desenvolvimento e na aquisição de conhecimentos, que serão alicerce para delinear o seu próprio "eu", ou seja, na formação de seus gostos e desejos.

Assim, elenca-se que desde a mais branda infância, a criança passa a entrar em contato com os mais variados sons que são produzidos pelo meio no qual está inserida, ou seja: por outros seres vivos, natureza, objetos, etc. Por outro lado, todo o ser humano ao longo de sua vida, aprecia ouvir e acompanhar a música, podendo: cantar, balbuciar, movimentando o corpo, bater palmas, dançar, sapatear, ou apenas a ouvir. Assim, é a partir dessa interação entre o gestual e o sonoro, que ocorre a construção do conhecimento e entendimento sobre a música, por parte da criança.

Sempre que ouvimos sons, ritmados o primeiro pensamento que nos ocorre é o de uma música, pois a mesma sempre esteve presente na vida humana. Segundo Brescia (2003) "a música é uma linguagem universal, que vem participando da história da humanidade desde as primeiras civilizações, portanto a música existe e sempre existiu como produção e formação cultural" (BRESCIA, 2003 p.41).

Dessa forma percebe-se que, a música não pode ser tratada apenas como elemento recreativo, há muito que se explorar de suas propriedades. É uma linha de linguagem na qual vêm comunicar sensações e sentidos, encontrando-se presente, livros, monografias, revistas entre as mais diversas situações, sendo elas: afetividade, cognição e a estética, assim transmite sonorização capaz de auxiliar na expressão e comunicação de sensações, sentimentos e pensamentos, por intermédio significativo entre o som e o silêncio de forma relacionada e organizada.

De acordo com Gaio e Meneghetti (2004)

É na sala de aula que o aluno revela suas especialidades, mostrando suas desilusões internas ou sua genialidade até então desconhecidas. É nesse espaço que o educando é obrigado a conviver com outras crianças, tendo eles pensamentos distintos. O aluno traz para sala de aula uma bagagem de atitudes naturais praticadas em sua casa e em seu cotidiano, não conseguindo deixar de lado a sua fonte histórica. (GAIO e MENEGHETTI, 2004 p.98)

No âmbito educacional, desenvolver atividades lúdicas as quais a música se encontra inserida como instrumento facilitador e mediador de aprendizagem, é importante, pois auxiliam no desenvolvimento, aquisição e ampliação de conhecimentos, os quais possibilitarão a criança na construção de seus saberes, sendo, assim, ela deixa de ser mero espectador e receptor de informações, para se tornar a protagonista de todo o processo que envolve a sua formação educacional e pessoal.

O que poderá auxiliar a criança no seu desenvolvimento auditivo, bem como no exercício da atenção, concentração e na aptidão de análise, favorecendo-a na elaboração da fonética e a escrita. Portanto, a música na educação serve de ferramenta incentivadora do processo de ensino-aprendizagem, vindo a ser um fator de expansividade na convivência coletiva. Nessa perspectiva Araújo (2015) nos aponta que: "A música habilita os alunos para que possam realizar funções motoras e intelectuais, bem como relacionar-se com o meio social. Essas ferramentas de trabalho caem para os professores como meios facilitadores deste método" (ARAÚJO, 2015 p.35).

Contudo, ressalta-se que trabalhar com música no âmbito escolar, não possui a pretensão na formação de profissionais, e sim, por meio da experimentação de conhecer, entender e compreender a linguagem musical, propiciando assim, a abertura da sensibilidade auditiva, possibilitando a externar emoções, ampliar a cultura de forma geral e contribuir para a formação ampla e integral do sujeito. A esse respeito Katsch e Merle-Fishman (apud BRESCIA, 2003, p.60) afirmam que "[...] a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças".

De acordo com Pestalozzi, citado por Fonterrada (2005), a música favorece na educação moral, contribuindo positivamente no caráter do cidadão, assim, o princípio da educação musical defendida pelo teórico, era:

Ensinar sons antes de ensinar signos e fazer a criança a aprender a cantar antes de aprender a escrever as notas ou pronunciar nomes;

Levá-la a observar auditivamente e a imitar sons, suas semelhanças e diferenças, seu efeito agradável e desagradável, em vez de explicar coisas ao aluno, em suma, tornar o aprendizado ativo, e não passivo;

Ensinar uma coisa de cada vez: ritmo, melodia e expressão antes da criança executar a difícil tarefa de praticar elas de uma vez;

Fazê-la trabalhar cada passo dessa divisão até que domine antes de passar para o próximo;

Ensinar os princípios e as teorias após a prática;

Analisar e praticar os elementos do som articulado para aplicá-los na música. (PESTALOZZI apud FONTERRADA, 2005, p.52)

Como pode ser observada a música favorece não apenas no desenvolvimento pelo gosto musical, e como instrumento auxiliador e mediador de aprendizagem, mas possibilita, também, na formação do caráter da criança, pois a torna mais sensível aos sentimentos, no externar e expressar as suas emoções e desejos, compreendendo melhor todas as situações que as envolvem, proporcionando-lhes sensibilidades para buscar melhores caminhos que possam auxiliar a alcançar os seus objetivos, de forma crítica e respeitosa.

Assim, elenca-se que o trabalho em sala de aula, que envolva atividades com música é preciso que "o professor [...] busque encontrar a ideia-chave que sirva para que os alunos estabeleçam correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida" (BEINEKE, 2001 p.5).

Portanto, utilizar ou apresentar a música, com a finalidade de entreter ou acalmar o ambiente, em determinadas situações é valido, contudo se torna imprescindível que o trabalho seja desenvolvido com uma finalidade e objetivos específicos, que possam auxiliar a criança em seu desenvolvimento corporal e emocional. Conforme Loureiro (2003): "A música ao ser usada em sala de aula, precisa ser além de um instrumento, assim capacitar o desenvolvimento do ser humano" (LOUREIRO, 2003 p.125).

Outro ponto a ser realçado, se refere ao tipo de música a ser apresentada no decorrer de uma atividade, pois o professor precisa conhecer o gosto musical dos seus alunos e a influência que este exerce sobre eles, para que, a partir desse conhecimento, tenha condições de estabelecer parâmetros para apresentar outros estilos com a finalidade de ampliar e melhorar o repertório musical dos mesmos. Nesse sentido, recorre-se a Beineke (2001), que aponta que:

> "O professor deve procurar conhecer todos os tipos de músicas envolvidas no meio social dos alunos, bem como as representações utilizadas por eles, observando os objetivos da educação" (BEINEKE, 2001 p.5).

Segundo Snyders (1992, p.89 apud Loureiro, 2003, p.204): "A música proporciona experiências belas, que leva ao sentimento de alegria, mas uma alegria específica, que desperta o prazer, e com esta satisfação consegue aprender".

Observando o comportamento dos alunos, quando estão em contato com a música, os docentes passam a ter uma gama de possibilidades que lhes permitirá a analisar o seu aluno de forma global, proporcionando, portanto, a buscar novas ações e instrumentos que auxiliam na aprendizagem.

Dentro do desenvolvimento integral do aluno vários aspectos a serem observados, em função do auxílio que a música traz para a criança.

Aspecto físico: a música envolve uma série de ações que proporcionam o desenvolvimento: da acuidade auditiva, uma vez que do bem ouvir dependerá em grande parte a reprodução exata dos sons; do aparelho respiratório, pela necessidade de respiração adequada para o canto; do aparelho fonador, pela emissão correta dos sons, ou seja, pelo canto propriamente dito;

Aspecto da integração social: o professor, observando a variedade de grupos a que uma criança pertence e a necessidade que tem de estabelecer um bom relacionamento com os membros destes grupos, nada mais razoável do que auxiliá-la nessa tarefa, de forma a fazê-la perceber suas possibilidades e responsabilidades em relação a esses agrupamentos. Através do repertório musical, como as canções regionais e as músicas folclóricas trarão a consciência do grupo maior a que cada criança pertence, facilitando assim, sua integração social nas comunidades mais amplas, estado, região, país etc.

Aspecto psicológico, a música pode auxiliar o desenvolvimento psicológico do indivíduo em relação ao ambiente (CORREA, 1971, p. 22-23 apud COSTA, 2014 p.36).

Vale lembrar que o desenvolvimento de uma atividade com música deve estar centrado na experimentação e na imitação, tendo como produto a interpretação e a improvisação. Este eixo não deve ficar isolado das outras áreas, mas, integrado, visto o contato estreito e direto com as demais lin-

guagens (movimento, expressão corporal, artes visuais...). Na opinião de Brito (2003) "a música deve ser produzida, apreciada e refletida pelas crianças" (BRITO 2003 p.52).

Em consonância Krieger (2005) afirma que:

> "O primeiro passo para a descoberta e tomada de consciência do aluno em relação às suas possibilidades sonoras faz-se por meio da exploração dos sons do corpo e dos gestos que os produzem" (KRIEGER, 2005, p.40).

De acordo com Amorim (2013) a música traz vários benefícios à criança, tais como:

- Aumenta a capacidade de memorização;
- Ensina a organizar melhor o tempo;
- Estimula a coordenação motora;
- Proporciona a descobertas de habilidades;
- Estimula a leitura;
- Aumenta a responsabilidade;
- Alivia o estresse;
- Estimula a expressividade;
- Melhora a escuta e atenção;
- Melhora a autoestima;
- Estimula a buscar novos conceitos e conhecimentos;

Melhora a respiração, o convívio social, e ensina a ter disciplina. (AMORIM, 2013, p.4)

Além das contribuições elencadas a música contribui para formar e transformar o ambiente educacional mais descontraído e alegre, pois oferece um efeito calmante após ou durante a realização de atividades que exigem esforços físicos ou no decorrer de uma avaliação, por exemplo.

De acordo com Araújo (2015) o trabalho com música em sala de aula pode ser realizado de forma que "o professor pode escolher várias músicas que tratem do assunto que será trabalhado em sua aula, isso tornará a aula atrativa, dinâmica e vai ajudar a rememorar as informações repassadas para as atividades posteriores." (ARAÚJO, 2015 p. 35).

Ainda conforme a autora:

> "No espaço escolar, principalmente nas séries iniciais as crianças passam a desenvolver suas perspectivas intelectuais, motores, linguísticas e psicomotoras. Mas, a música também deveria ser praticada como matéria em si, como linguagem artística, forma de cultura e expressão. A escola deve ampliar o conhecimento do aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentando novos estilos, proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno torne-se um ser crítico." (ARAÚJO, 2015 p. 36).

Segundo Barreto (2000), citado por Araújo (2015), afirma que:

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante à escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento. (BARRETO, 2000 p.45 apud ARAÚJO, 2015 p.36)

Em suma, parafraseando Araújo (2015) as atuações musicais em sala de aula devem ser voltadas para a prática e percepção da linguagem musical, proporcionando a abertura dos canais sensoriais (visual, auditivo e sinestésico), facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura e contribuindo para a formação total do cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração deste artigo buscou-se o entendimento a respeito da importância da música no desenvolvimento infantil. Elencou-se que no âmbito educacional quando o docente tem por proposta de trabalho, atividades que envolvam a música, ele proporciona ao aluno, além de conhecer e despertar o gosto musical, possibilidades de adquirir novos conhecimentos e ampliar os pré-existentes, podendo assim se tornar o condutor de sua aprendizagem e o construtor de seus sabres.

Ressalta-se que a todo instante ficou bem claro que a música não é apenas um mero som para ser ouvido, mas que deve ser exploradas e adicionadas às metodologias pedagógicas que pretendam trabalhar uma educação de qualidade. Transformando assim, um mero ensinamento e transmissão de informações em algo prazeroso e significativo ao aluno.

Ao se trabalhar com a música, precisa-se ter a pretensão de ampliar no aluno os conhecimentos pré-existentes, bem como auxiliar na aquisição de novos. Assim, possibilitar o despertar o interesse na música e em tudo que se encontra relacionado ao seu mundo mágico, possibilitando a externar ideias e pensamentos, reconhecer a si próprio e o outro, como seres que produzem e reproduzem culturas e sociedades.

Portanto, utilizar a música no decorrer do desenvolvimento de uma atividade é importante, pois a mesma possui a característica de ser um instrumento mediador e auxiliador

da criança no decorrer do processo de aprendizagem, pois a musicalização tende a permitir que o discente venha a se conhecer melhor, possibilitando assim, o seu desenvolvimento quanto à noção de esquema corporal, e permitindo-lhe uma ampla comunicação com o outro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Aline Silva de. **O papel da música no desenvolvimento humano**. Artigo publicado em 2013. Disponível em: http://vittavivace.com.br/o-papel-da-musica-no-desenvolvimento-humano/. Acesso em: 31 de março 2020.

ARAÚJO, Kenia Kerlley Saraiva de. **A contribuição da música para o desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Monografia elaborada em 2015, publicada em Brasil Escola. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-contribuicao-da-musica-para-desenvolvimento-e-aprendizagem-da-crianca.htm. Acesso em: 02 de abril de 2020.

BEINEKE, Viviane. **Teoria e prática pedagógica: encontros e desencontros na formação de professores**. Postado em Associação Brasileira de Educação Musical – Revista da Abem, v.9 nº 6, 2001. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/445/372. Acesso em: 01 de abril de 2020.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, Teca de Alencar de. **Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peneirópolis, 2003.

COSTA, Cristiane Álvares. **A musicalização na educação especial**. Monografia apresentada ao Instituto A Vez do Mestre – Universidade Candido Mendes, São Luís - MA 2014. Disponível em:http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/52346.pdf.Acesso em: 02 de abril de 2020.

FONTERRADA, Marisa Trench de. Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2005.

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**, 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

KRIEGER, Elisabeth. **Descobrindo a Música: Idéias para Sala de Aula**. Ed. Sulinas, 2005.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O Ensino de música na escola fundamental**. Campinas: Papirus, 2003. Coleção Papirus Educação.

Os desafios da educação 4.0 na formação docente

Silvana de Sá Almeida

RESUMO

A sociedade atual exige que a educação esteja preparada para relacionar as propostas didáticas às tecnologias digitais, presentes em todos os aspectos da vida humana. As mudanças nos contextos educacionais direcionam à necessidade de implantação da educação 4.0, que engloba a adoção de tecnologias em sala de aula e uma análise de como esses recursos tecnológicos podem ser utilizados para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, caracterizando o aluno como protagonista do seu aprender. Para tanto, este estudo objetivou analisar os principais desafios da formação docente na implantação da educação 4.0. deste modo, a necessidade desta pesquisa justifica-se pela importância de conhecer os avanços tecnológicos que envolvem a sociedade atual, estabelecendo critérios de implantação da tecnologia em escolas, atendendo as necessidades dos alunos e acompanhando os avanços atuais, identificando as principais possibilidades de mudanças educacionais a partir da formação docente. Sendo assim, observou-se que as escolas devem criar ambientes inovadores, que propiciem o desenvolvimento de projetos que favoreçam a aproximação dos conteúdos estudados à realidade discente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação 4.0. Desafios. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho surgiu a partir da necessidade de compreender como a Educação 4.0 pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando aos discentes uma maior interação e interesse pela escola, além de conduzir à participação, estabelecendo o protagonismo dos estudantes (FUHR, 2017).

A partir desta necessidade de atualização da educação e espaços de aprendizagem quanto aos avanços tecnológicos, surge a possibilidade de implantação da tecnologia nas escolas por meio da chamada Quarta Revolução Industrial, ou Educação 4.0, que se caracteriza como a aplicação da aprendizagem na linguagem computacional, na internet das coisas, na inteligência artificial e na utilização de robôs em atividades diárias (ANDRADE, 2018).

A adoção de uma Educação 4.0 contempla promover experiências aos alunos, direcionando a aprendizagem

pelo interesse aos temas que atraem a atenção discente, ampliando as possibilidades de estudo, permanência e participação nas escolas. Ao considerar a implantação de uma Educação 4.0, as escolas passam a convidar seus alunos à resolução de problemas por meio da pesquisa e da investigação, além de aprender a selecionar de forma crítica seus interesses, conectando o pensar em agir (GAROFALO, 2018).

Sendo assim, a elaboração deste trabalho iniciou-se com o questionamento:

"Quais os principais desafios da implantação da Educação 4.0 em escolas?".

Este estudo apresentou como objetivo principal analisar os desafios da formação docente para a implantação da Educação 4.0. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: identificar as necessidades das escolas na implantação da educação 4.0; estabelecer critérios de avaliação para reconhecimento dos benefícios e desafios da educação 4.0; analisar as necessidades de formação docente para implantação da educação 4.0.

Neste contexto, a relevância deste estudo justifica-se pela importância de conhecer os avanços tecnológicos que envolvem a sociedade atual, estabelecendo critérios de implantação da tecnologia em escolas, a fim de atender as necessidades dos alunos, que cada vez mais pertencem à realidade da pesquisa e acesso à informação, cabendo à escola acompanhar estes avanços para alcançar qualidade no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando a formação adequada ao grupo docente da instituição.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se nas publicações de artigos, encontrados em domínios públicos, assim como livros e revistas impressas.

AS FASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

O mundo contemporâneo exige que o sistema educacional esteja preparado para relacionar o tratamento didático atribuído aos conteúdos curriculares às tecnologias digitais, presentes em todos os aspectos da vida humana, mundialmente responsáveis pela troca de informações em uma velocidade surpreendente (FUHR, 2017).

A educação atual encontra-se inserida na realidade da Quarta Revolução Industrial, denominada como a Educação 4.0, caracterizada pelas transformações sociais e humanas na maneira de pensar, relacionar-se e agir. Os avanços tecnológicos direcionam as tendências cada vez mais digitais, em que as pessoas têm acesso à informação rapidamente, situação que permite pesquisas, estudos, trabalho e formação sem ao menos sair de casa, refletindo na estrutura educacional conhecida até então (GOMEZ, 2015).

De acordo com Gabriel (2013), a inserção da escola na era digital depende de competências que contemplam as políticas educacionais, formação de professores e reconstruções curriculares e arquitetônicas das escolas, além de envolver o conhecimento às ferramentas que favorecem à formação crítica e participativa discente, bem como a possibilidade de representar o protagonismo na escolha pelo o que e como estudar, realizando-se a proposta de uma escola democrática, que insere todos os alunos e respeita as particularidades discentes.

Durante os séculos, a educação vem sofrendo mudanças, evoluindo conforme as necessidades sociais. Deste modo, é possível determinar as principais características das fases que compõem a educação, até chegar à atual concepção de Educação 4.0, iniciando-se com o primeiro período em que o professor caracteriza-se como o detentor e principal ferramenta para acesso ao conhecimento. Os ensinamentos eram recebidos pelos alunos com submissão, limitando o aprender aos interesses políticos e religiosos (NODDINGS, 2012).

Esta primeira fase da educação coincide com a Primeira Revolução Industrial e está compreendida entre as décadas de 1780 e 1850, ocorrendo na Inglaterra durante um período em que a indústria têxtil respondia pela situação econômica dos países desenvolvidos. Esta situação determinou os ingleses como promissores no ramo de algodão, inovando o sistema fabril com a produção em larga escala (CONCEIÇÃO, 2012).

Para Almeida (2015), a Primeira Revolução Industrial corresponde à transformação da energia em força mecânica, considerando a inserção das máquinas a vapor nas fábricas, proporcionando o desenvolvimento manufatureiro, especialmente no setor têxtil e nos meios de transporte do período em destaque.

Como principal tecnologia de comunicação durante as décadas da Primeira Revolução Industrial, destaca-se o telégrafo. Do mesmo modo, a mecanização da produção /proporcionou a fabricação de produtos fundamentais para a economia universal, favorecendo a redução de custos e aumento da velocidade na produção de elementos indispensáveis na atualidade, como: o papel, o vidro, o ferro, os tijolos e o couro (DRUCKER, 2002).

De acordo com Conceição (2012), as inovações caracterizam-se em três principais processos durante a Primeira Revolução Industrial: a troca da mão de obra humana pelos maquinários; a conversão de calor em trabalho pelas máquinas, ampliando a capacidade de energia; o conhecimento de novas matérias primas, encontradas com maior facilidade de abundância. Para o autor, estas transformações representam aumento de produtividade e geração de lucros.

Uma das características predominantes na época da Primeira Revolução Industrial é a transformação do espaço geográfico, com a construção de estradas de ferro, em que a equipe representava o domínio nas relações de trabalho, refletindo na educação do período, em que a preocupação estabelecia a necessidade de rapidez, quantidade e eficiência, com o aprender praticado em grupos a partir das ordens do professor (DRUCKER, 2002).

Nas escolas, o professor dominava o saber para produção de mão de obra capaz de trabalhar nas indústrias, sem exigir pensamento ou estratégias, apenas executando as funções determinadas. Nesta perspectiva, o currículo deste período consistia na aprendizagem da leitura, escrita, conhecimento da bíblia, gramática, latim e dialética (NODDINGS, 2012).

A Segunda Revolução Industrial refletiu nas transformações na educação, impulsionando sua segunda fase, conhecida como Nova Educação. Neste período, a formação preparava o sujeito para o trabalho nas fábricas, com a proposta de mecanização dos fazeres, de modo que o estudante fosse treinado para padronização, concentração, centralização e memorização, situações que não direcionavam o indivíduo a pensar, mas se adequar ao mercado de trabalho, com mão de obra qualificada (LEVY, 2014).

Segundo Almeida (2015), a Segunda Revolução Industrial tem como base a aquisição do conhecimento científico, permitindo a observação de mudanças em relação às características da Primeira Revolução Industrial, situação que alterou os padrões sociais e políticos, ampliando as formas de aprender, relacionar-se e compreender o meio ao redor.

Durante a Segunda Revolução Industrial, compreendida entre meados da década de 1870 e 1960, a economia mundial baseava-se na eletricidade e nos progressos com a química, elementos fundamentais para a construção de motores elétricos e à explosão, permitindo a fabricação de matérias às indústrias que superavam as inovações até o momento. Um dos exemplos mencionados pelo autor é a mudança do telégrafo para o rádio sem fio, que impulsionou a informação e comunicação instantânea (COSTA, 2009).

Segundo Fadel (2008), a Segunda Revolução Industrial permitiu aos estudiosos a descoberta de técnicas científicas em diferentes campos, como biotecnologia e informática, proporcionando a transformação dos padrões das empresas de produção para força de trabalho. A tecnologia representa estas mudanças ao exigir a utilização da ciência de maneira racional, tendendo ao monopólio das empresas que conseguiam pessoas qualificadas para atuação nesta área, refletindo em toda a economia mundial.

Considerando o início dos avanços tecnológicos deste período, as questões sociais e políticas tenderam às mudanças, evitando prejuízos especialmente aos trabalhadores, como a criação dos seguros sociais, os compromissos do governo com as leis trabalhistas e as ideias de melhorias nas condições de trabalho, para beneficiar empregados (COSTA, 2009).

A sala de aula, durante a Segunda Revolução Industrial era homogenia e a adoção das metodologias de ensino dependia de professores rígidos e detentores do conhecimento. Neste contexto, a intenção das escolas era padronizar, concentrar, centralizar e sincronizar as estratégias de aprendizagem, de modo que o treino e a memorização destacavam-se na formação de sujeitos capazes de reprodução de técnicas, estando adequados ao mercado de trabalho e, portanto, às necessidades sociais (LEVY, 2014).

De acordo com Fava (2014), a terceira era da educação, que ocorreu a partir da Terceira Revolução Industrial, envolve uma preocupação maior com as concepções do como ensinar os estudantes a alcançarem resultados a partir do desenvolvimento da capacidade crítica, buscando autonomia em suas atividades, cabendo ao professor adotar novas tecnologias para favorecer o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, tecnologias como potencial pedagógico.

A Terceira Revolução Industrial difere-se significativamente dos outros períodos, diante da aceleração na produção de trabalho, desde a indústria até à prestação de serviços. Nesta fase, as pessoas estão sujeitas a recolher, processar, transmitir e arquivas informações, recebidas de forma dinâmica (CONCEIÇÃO, 2012).

Para Costa (2009), a grande revolução deste período foi o surgimento dos computadores, alterando os modelos de produção, além de facilitar a comunicação e o alcance às novidades em tempo real. A Terceira Revolução Industrial, portanto, atende os avanços em microeletrônica, informática e produção de equipamentos de qualidade, que favorecem o acesso em massa, ampliando a competitividade mercadológica, social e política.

Em relação à educação na Terceira Revolução Industrial, conhecida como Educação 3.0, cabe ao professor conhecer as novas tecnologias, utilizando-as como recursos pedagógicos, aliando os avanços da comunicação à aprendizagem, que passou a ser mais rápida, diante da informação em larga escala, acessível à maioria das pessoas (FAVA, 2014).

As inovações tecnológicas nos campos de informática passaram a conectar as informações mundiais em tempo real por volta dos anos 1960, sofrendo transformações que atingiram todas as áreas de conhecimento humano, não sendo diferente a atenção com a aplicação das tecnologias nas salas de aula (LEVY, 2014).

Entre os anos de 1970 e 1980, a preocupação maior na educação estava relacionada a dinamizar as metodologias de ensino, propondo aos professores que utilizassem fer-

ramentas, como o computador, para auxiliar nas práticas, expandindo o acesso às informações dos alunos para o conhecimento sobre softwares e linguagens computacionais inovadoras, principalmente voltadas ao movimento do mercado financeiro em escalas mundiais (NODDINGS, 2012).

Deste modo, a escola e o docente da Terceira Revolução Industrial precisam transformar práticas tradicionais em possibilidades, direcionando o estudante ao desenvolvimento de suas habilidades, necessárias para atender as próprias expectativas, sem que a memorização seja o foco, mas o desenvolvimento da autonomia, criticidade, participação e transformação do meio. Além disso, a tendência é formar sujeitos capazes de analisar situações, pesquisar e buscar soluções para problemas em diferentes âmbitos de sua realidade (LEVY, 2014).

Após a revolução da era digital e com a chegada da Quarta Revolução Industrial, a Educação chega à fase 4.0, conhecida pela busca de informações nas redes globais, em que o estudante tem acesso aquilo que deseja de maneira rápida, sem limite de tempo e espaço geográfico. Neste contexto, o professor precisa aprender com o aluno, além de transformar informação em conhecimento, propondo desenvolvimento das habilidades discentes que correspondem à sociedade atual, digitalizada, informada e tecnológica (GOMEZ, 2015).

De acordo com Gaia (2016), as empresas estão em transição para a Indústria 4.0, alterando as relações pessoais, a gestão de pessoas e o tratamento entre empresa e funcionário. Este período, que compreende a era da Internet das Coisas, permite uma conexão rápida entre pessoas de diferentes setores, com sistemas dinâmicos, tecnológicos e revolucionários. A tendência, portanto, estabelece a possibilidade de acesso à comunicação sem a intervenção humana, apenas com recursos e máquinas.

Em relação à Educação 4.0, apresenta-se como foco principal a utilização dos recursos tecnológicos, que já representam uma atual preocupação educacional, a fim de que ocorra a interação, ludicidade e coletividade na forma de ensino, pois quando a aprendizagem nasce a partir da experimentação e das vivências, a capacidade de criação e transformação da realidade ficam mais evidentes na formação dos alunos.

A EDUCAÇÃO 4.0 E SUAS POSSIBILIDADES

A Educação 4.0 deriva-se da Quarta Revolução Industrial, ou revolução da internet e análise de dados, momento em que a sociedade sofre transformações significativas relacionadas ao uso das tecnologias em diferentes contextos e âmbitos. A Quarta Revolução considera a necessidade de entender como ocorre o pensamento e comportamento do sujeito diante da funcionalidade das coisas, refletindo no ensino ao caracterizar a importância de analisar a aplicação dos conceitos estudados em sala de aula (FAVA, 2014).

A Quarta Revolução contempla mudanças na era digital e uso das tecnologias, proporcionando aos indivíduos o conhecimento das linguagens computacionais, da inteligência artificial e da Internet das Coisas, que se caracteriza pela conexão entre os itens do cotidiano e sua aplicação na vida humana e, consequentemente, a Educação 4.0, que intenciona a promoção de mudanças na maneira como ocorre a aquisição do conhecimento (SANTOS, 2018).

Para Gomez (2015), a Educação 4.0 está baseada no conceito de aprender fazendo, permitindo que as vivências discentes representem o estudo, ou seja, aquilo que é experimentado pelo aluno na vida concorda com a aprendizagem proporcionada pelas escolas. Deste modo, o foco da Educação 4.0 está além da adoção de tecnologias em sala de aula, mas realizar uma análise de como esses recursos tecnológicos pode ser utilizado para a qualidade e resultados positivos dentro do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Fuhr (2017, p.16): “A Educação 4.0 busca dinamizar e potencializar a maneira como ocorre a criação dos produtos e serviços na sociedade moderna, identificando as reais relações entre educação e trabalho”.

A educação representa as possibilidades do indivíduo em desenvolver suas habilidades para uma formação crítica, participativa, autônoma, competente a transformadora, proposta que continua com a Educação 4.0, ressaltando a necessidade de elaboração de planos de inovação estratégicos para atender o público atual, pertencente à era digital (GABRIEL, 2013).

Deste modo, a Educação 4.0 assume um novo modelo educacional, objetivando atender a conexão entre os sistemas e a facilidade de acesso à informação; considerar a aprendizagem por meio de estudos da inteligência artificial, internet das coisas, automação e utilização de robôs; propor coerência na análise e interpretação de informações; ampliar as capacidades e habilidades do estudante, diante do rápido acesso à informação e conhecimento (NODDINGS, 2012).

Para Gomez (2015), atender os objetivos da Educação 4.0 requer mudanças significativas nas escolas, desde a construção da proposta pedagógica e atualização das competências curriculares, até a reestruturação do espaço físico, a fim de atender alunos em salas de aula dinâmicas, com o adequado acesso às tecnologias, cabendo ao professor desenvolver a capacidade discente de saber fazer, saber utilizar aplicativos e saber selecionar informações relevantes, promovendo o protagonismo do aluno em sua aprendizagem.

Assim também, a Educação 4.0 está além da adoção de recursos, mas exige a formação dos alunos para que sai-

bam como continuar seus estudos e pesquisas, mesmo após o término do ensino básico. A escola, portanto, precisa elaborar um planejamento pedagógico alinhado às necessidades da sociedade atual, com a proposta de estratégias de aprendizagem que representam significados ao aluno, propondo o aprender por meio da experimentação (NODDINGS, 2012).

Portanto, as relações escolares com a Educação 4.0 deve estar além da disponibilidade de computadores para pesquisas dentro dos espaços da escola, mas estabelecer critérios que direcionem o aluno a elaboração de projetos, a solução de problemas, ao desenvolvimento da criatividade, à renovação da cultura e o despertar das habilidades potencializadoras, ou seja, ao uso coerente das tecnologias de modo que ocorra funcionalidade para sua vida pessoal e profissional (SANTOS 2018).

As tendências da Educação 4.0 intencionam mudanças no processo de ensino-aprendizagem, de modo que a escola acompanhe as transformações sociais atuais, diante da necessidade de renovação das práticas pedagógicas e estratégias adotadas para a formação dos alunos. A escola deve ser um espaço para desenvolvimento das habilidades digitais dos sujeitos, bem como as competências voltadas à atuação e protagonismo, com o estudante aprendendo a fazer, sendo autônomo para realizar suas escolhas (GAROFALO, 2017).

De acordo com Levy (2014), o indivíduo não precisa mais acumular conhecimentos que não utilizará, mas precisa entender um pouco de tudo, aprendendo a lidar com as situações que exigem continuação nos estudos, ou seja, o aluno precisa saber encontrar a informação, selecionar e retomá-la quando for necessário, situação favorecida pelas tecnologias digitais, que permitem acesso às informações com rapidez, seja por meio da internet, de aplicativos ou processos específicos de troca de conhecimento.

A Educação 4.0 permite ainda que os alunos sejam avaliados por meio de históricos de dados que podem relacionar os interesses pessoais do estudante, evidenciando os acessos, buscas e preferências do aluno, que por sua vez, torna-se mais interessado em aprender como desenvolver suas habilidades e alcançar os saberes necessários para sua formação acadêmica, pessoal e profissional, estando motivado para efetiva participação na escola (KAGERMANN, 2016).

A implantação da Educação 4.0 pode acontecer eficazmente, desde que algumas situações sejam trabalhadas na escola, como a mudanças das estratégias pedagógicas e a formação dos professores, a fim de que saibam como trabalhar com a revolução tecnológica, inserindo os conteúdos de suas disciplinas à proposta digital, considerando alterações na maneira de ensinar e direcionar os alunos à pesquisa, busca pelo conhecimento e alcance da autonomia, que favorece o protagonismo (GOMEZ, 2015).

Para tanto, as vantagens da Educação 4.0 precisam ser apresentadas aos docentes, desde a otimização da gestão de tempo, que facilita a elaboração e aplicação dos conceitos e conteúdos curriculares, possibilitando a automatização dos processos educacionais e preparo de aulas interessantes aos alunos. Os estudantes então passam a participar do ensino, aprendendo por meio da ludicidade tecnológica e acesso veloz ao conhecimento (GABRIEL, 2013).

A aprendizagem na Educação 4.0 apresenta tendências relacionadas ao desenvolvimento e realização da prática do conhecimento e não somente ao estudo de teorias. Deste modo, o conhecimento aplica-se ao alcance de resultados, que podem ser identificados mais rapidamente, a aprendizagem passa a ser mais eficaz e a formação do aluno valorizará a capacidade de criação e inovação, favorecendo a sociedade como um todo (GAROFALO, 2017).

Para Fuhr (2017), a educação transformada pela Quarta Indústria proporciona ao ensino vantagens significativas, como a potencialização do aprendizado, alterando a maneira como o aluno aprende ao possibilitar o desenvolvimento das múltiplas inteligências humanas dinamicamente, cabendo à tecnologia auxiliar na prática docente, ao enxergar o aluno como um sujeito em formação potencial.

Além disso, a Educação 4.0 estimula o desenvolvimento da criticidade, pois o aluno precisa ser capaz de identificar nas informações acessíveis no meio digital, as situações relevantes e os meios de aplicar o conhecimento adquirido, de modo a atender as necessidades para um bem comum. Neste contexto, os melhores aplicativos não serão funcionais para pessoas que não os entende ou não conseguem aplicá-los (GOMEZ, 2015).

Garofalo (2017) destaca como vantagem da Educação 4.0 a democratização educacional, considerando as possibilidades do aluno esclarecer virtualmente suas dúvidas, sem esperar outra aula e esquecer aquilo que não entendeu. Com um simples acesso às redes, por exemplo, é possível conferir novidades acerca do assunto estudado na escola, despertando interesse e autonomia discentes.

Portanto, a implantação da Educação 4.0 nas escolas permite o protagonismo do aluno que passa a aprender na prática, ou seja, as teorias ensinadas anteriormente, que eram trabalhadas apenas na imaginação discente, transformam-se em realizações, quando os alunos aprendem a fazer o que estudam, ou seja, os estudantes deixam de entender as características de uma célula para analisá-la em um laboratório, por exemplo (FUHR, 2017).

A Educação 4.0 apresenta muitas vantagens na implantação em escolas, proporcionando ganhos significativos na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o aluno passa a interessar-se mais pelo aprender,

além de ser capaz de aplicar aquilo que estuda, entendendo a funcionalidade dos conteúdos, situação que desconstrói a ideia de que a escola caracteriza-se como um espaço que deposita assuntos sem sentido nos alunos, para ser um local que evidencia o conhecimento como meio de transformação (GOMEZ, 2015).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO 4.0 PARA A PRÁTICA DOCENTE

Apesar de a Educação 4.0 apresentar-se como funcional aos processos educacionais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem significativa e contextualizada, em que o estudante torna-se o foco da formação, ainda são muitos os desafios encontrados para que ocorra a implantação da Educação 4.0 em escolas (ANDRADE, 2018).

Garofalo (2017) destaca como principais desafios na implantação da Educação 4.0: a aceitação das escolas, considerando a necessidade de readequação da proposta pedagógica, bem como a reestruturação dos espaços arquitetônicos das salas de aula, aplicando recursos e construindo espaços de interação digital; a participação dos alunos de maneira efetiva, estando motivado para transformar o que aprender em funcionalidade; as limitações de recursos orçamentários para implantação de novas tecnologias; a preparação do professor, entre outros aspectos.

A partir da transformação dos desafios em possibilidades, a formação docente representa um elemento favorável da implantação da Educação 4.0, uma vez que o professor pode assumir o papel de motivador do processo, fomentando a autonomia e desenvolvendo as habilidades discentes para crescimento pessoal e profissional (KAGERMANN, 2016).

Para Santos (2018), o professor da Educação 4.0 precisa entender seu papel de mediador e orientador da aprendizagem, transformando-se em parceiro do aluno diante de suas descobertas na aplicação dos conteúdos estudados. Além disso, precisa ser flexível e perceber as diferentes possibilidades de sua atuação, desde aprendiz e pesquisador, até formador e incentivador.

Assim também, as formas de avaliação da Educação 4.0 devem ser alteradas, cabendo aos gestores e professores assumirem a necessidade de analisar a evolução dos alunos por meio da observação de suas habilidades, avaliando o desenvolvimento a partir dos interesses discentes (KAGERMANN, 2016).

Deste modo, as transformações consideráveis com a Educação 4.0 devem atingir toda a sociedade, de modo que o sujeito desde a infância, passará a aprender por meio da experimentação, proporcionando a aplicação de significados aos estudos e aplicação aos conteúdos desenvolvidos nas escolas. O aprender poderá acontecer em qualquer lugar, a partir de um acesso à Internet (FUHR, 2017).

Para implantação da Educação 4.0, a escola deve reinventar-se, buscando entender as necessidades de seus alunos e professores para considerar as ideias mais relevantes para seu público. Para tanto, faz-se necessário compreender que cada sujeito aprende em um determinado tempo e ritmo, cabendo aos alunos a escolha pelos melhores horários e formas de estudo (ANDRADE, 2018).

A escola precisa orientar os alunos ao desenvolvimento de novas habilidades em uma perspectiva de Educação 4.0, em que a tecnologia transforma-se em acessível e presente em diferentes meios. Porém, não há uma fórmula pronta para implantação nas escolas, cabendo aos gestores uma análise para adequação desta nova realidade educacional.

Para Andrade (2018), as escolas devem criar ambientes inovadores, proporcionando o desenvolvimento de projetos que favoreçam a aproximação dos conteúdos estudados à realidade discente. A implantação pode iniciar por laboratórios que comportem diferentes equipamentos e recursos, bem como a adoção de aplicativos e jogos para o trabalho pedagógico dinâmico, enfatizando a solução de problemas relacionados a automação e robótica, por exemplo.

A iniciativa adotada pela escola dependerá do poder orçamentário, dos interesses dos alunos e professores, bem como das habilidades presentes no grupo discente, além da necessidade de capacitação docente antes da implantação de projetos relacionados à Educação 4.0 (ANDRADE, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos representam uma revolução social e educacional, cabendo às escolas a necessidade de pertencer às mudanças, oferecendo meio de acesso discente, a fim de proporcionar uma relação entre aprendizagem significativa, participação do aluno e construção do conhecimento por meio do saber fazer, ou seja, aprender com a experimentação e as vivências.

O processo de ensino e aprendizagem na atualidade está além de transmissão do conhecimento, diante da revolução da tecnologia que permite acesso à informação e comunicação em tempo real. Os assuntos trabalhados em sala de aula podem ser encontrados em textos e vídeos em qualquer espaço digital, desde o acesso à Internet até a escolha por aplicativos em redes móveis.

O docente, por sua vez, precisa adaptar-se a esta nova realidade, sendo capaz de orientar os alunos na realiza-

ção de pesquisas em ambientes digitais, direcionando-os à leitura, interpretação, funcionalidade e aplicabilidade dos temas estudados. Ao professor, cabe o papel de escolha e validação de materiais relevantes aos interesses dos alunos, possibilitando o aprofundamento dos assuntos estudados, bem como a integração dos estudantes, a realização de trabalhos em grupos, o desenvolvimento das habilidades e a aquisição de autonomia na tomada de decisões.

Enquanto o professor mais tradicional preparava uma única aula para todas suas turmas, o professor da Educação 4.0 deve concentrar-se em desenvolver a percepção dos alunos para diferentes situações, respeitando os ritmos de aprendizagem, além de planejamento das atividades com diferentes estratégias e avaliação coerente e significativa dos resultados.

Os professores precisam transformar aulas expositivas em momentos de troca de experiência, experimentação e construção dos saberes com os alunos, de modo que ocorra uma colaboração coletiva pela busca do conhecimento e desenvolvimento da criticidade e autonomia. Para tanto, faz-se necessária uma formação que considere a adoção de mídias e tecnologias em sala de aula, não como apresentação de slides, por exemplo, mas proporcionando aos alunos a pesquisa, seleção e busca pelo aprender, cabendo à tecnologia o papel de recurso e ao professor, o mediador da aquisição do conhecimento.

Na educação 4.0, que inclui o aluno na participação da aprendizagem, permitindo o protagonismo discente, o professor deve saber incluir a tecnologia na sala de aula, favorecendo o desenvolvimento da capacidade do estudante em analisar, pesquisar, compreender e aplicar o que estuda. Além disso, os alunos passam de receptores do conhecimento para reprodutores da aprendizagem, cabendo ao professor transformar tarefas cansativas em atividades dinâmicas e criativas, realizadas em meios digitais, virtuais e tecnológicos.

Os professores desta nova era da educação precisam assumir o papel de orientadores, problematizando os conteúdos de modo que os alunos busquem soluções práticas, relacionadas ao cotidiano, para que a aprendizagem seja significativa e eficaz.

As tecnologias, neste contexto, facilitam a colaboração, comunicação e participação, permitindo a troca de experiências e vivências entre professores, alunos e sujeitos logados nas redes digitais e virtuais, cabendo à tecnologia o despertar do interesse e entendimento da funcionalidade do aprender. Para tanto, os recursos tecnológicos devem estar além da utilização em sala de aula, mas favorecendo o protagonismo do aluno, sendo capaz de colaborar na troca de experiências e tomada de decisões, diante dos desafios da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O Brasil rumo à quarta revolução industrial**. Espaço Acadêmico, v. 6, n. 52, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/5885261/2015>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

ANDRADE, K. **Os desafios de implantar a Educação 4.0 nas escolas**. Revista de Robótica, v.06, n.11, 2018. Disponível em: <https://www.unorobotica.com.br/2018/o-desafio-de-implantar-a-educacao-4-0-nas-escolas/PDF>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

CONCEIÇÃO, C. S. **Da revolução industrial à revolução da informação: uma análise da industrialização da América Latina**. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, A. M. N. **Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas**. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.37722002.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

DRUCKER, P. **O futuro já chegou**. Revista Exame, v. 22, n. 03, 2002. Disponível em: <http://luxer.tripod.com/planejamento>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

FAVA, R. **Educação 3.0**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FADEL, B. **As tecnologias da informação**. 6º ed. Rio de Janeiro: Passos, 2008.5

FUHR, R. C. **Educação 4.0 e seus impactos no século XXI**. Revista de Educação Nacional, v.12, n.61, 2017. Disponível em:<http://www.conedu.com.br/article/884752.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

GABRIEL, M. **Educar a revolução digital na educação**. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAROFALO, D.D.D. **O que devemos esperar da educação 4.0**. Revista Nova Escola, v.02, n.01, 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/9717/educacao-40-o-que-devemos-esperar>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

KAGERMANN, W. **Recomendações para implementação da iniciativa estratégica da Indústria 4.0**. Tradução: Amélia Amorim Torqueã. 1º ed. São Paulo: Fênix, 2016.

NODDINGS, N. **Filosofia da educação**. 4º ed. Boulder: Westveiw, 2012.

SANTOS, L. **Os desafios da educação 4.0: saiba o que devemos esperar do novo modelo de aprendizagem que pretende revolucionar as relações de ensino por meio das tecnologias disruptivas**. Revista InovEduc, v.06, n.2, 2018. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/inoveduc/>. Acesso em 17 de abril de 2020.

Uma análise histórica da etnia e cultura afro-brasileira e sua importância nas práticas educativas

Fabiana Guedes dos Santos

RESUMO

A dissemelhança é um componente inseparável no convívio social contemporâneo em uma ação que, caso não contestada, inclina-se a perdurar. Diversos órgãos, neste momento, encarregam-se de gerar dispositivos em benefício dos cidadãos menos providos de recursos financeiros, no empenho de retificar as várias formas de desequilíbrio social que desolam a sociedade. Dessa forma, o presente artigo consiste na análise e aplicação práticas educativas através da cultura afro-brasileira diante da Constituição Federal de 1988, os conceitos de princípios e de fundamentos são destacados; eles orientam o conteúdo jurídico vigorante, em particular na circunstância de dispositivo exaltado da equidade material. Refere-se à indagação qualificativa, produzida por meio de processo por dedução com base na leitura de diversas bibliografias. A fim de atingir a meta fundamental deste artigo, o confronto do conteúdo se dá pelo questionamento do Estado igualitário e progressista, bem como pelas referências necessárias. Posteriormente salientam-se alguns exemplos de prática de ações afirmativas.

PALAVRAS-CHAVE: Dissemelhança. Práticas. Sociedade.

ABSTRACT

Dissimilarity is an inseparable component in contemporary social life in an action that, if not contested, is inclined to endure. At the moment, several bodies are in charge of generating devices for the benefit of citizens with less financial resources, in an effort to rectify the various forms of social imbalance that desolate society. Thus, this article consists of the analysis and application of educational practices through Afro-Brazilian culture in the light of the 1988 Federal Constitution, the concepts of principles and foundations are highlighted; they guide the prevailing legal content, particularly in the circumstance of an exalted device of material equity. Refers to the qualifying inquiry, produced through a deduction process based on the reading of several bibliographies. In order to achieve the fundamental goal of this article, the content is confronted by questioning the egalitarian and progressive state, as well as by the necessary references. Subsequently some examples of affirmative action practice are highlighted.

KEYWORDS: Dissimilarity. Practices. Society.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa estabelecer uma análise fundamental a respeito de uma reflexão histórica da cultura Afro-Brasileira e sua influência na educação, possuindo como princípio a aplicação da Lei 10.639/2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências.

Faz-se necessário a reconsideração da retificação da bibliografia que tratam a respeito dessa questão.

Elabora um momentâneo questionamento do papel do negro na sociedade e também nesse contexto da educação.

Realiza análises e considerações a respeito da narrativa do negro expondo as diversas vertentes com relação ao negro no parâmetro histórico-social.

Conforme o estudo elaborado certificou-se que de acordo com a Lei 10.639/2003 que se encontra agregada no cenário educacional, entretanto ainda não favorece as concepções da cultura Africana na sociedade. Constatando que existe um dever urgente de consolidação da lei, com uma dedicação e uma análise da temática, a fim de que a perceptibilidade em relação ao argumento se concretize dispondo do merecido valor e encontre-se além das paredes das unidades escolares, transportando essa percepção inclusive para a comunidade escolar, em consequência alcançando a sociedade.

Através deste artigo desejo ressaltar a relevância de se utilizar o conteúdo da pluralidade na unidade escolar.

Visto que estamos em um país de diversas culturas, precisamos considerar admirar e expor aos discentes de forma integral os grupos étnicos contribuindo para o desenvolvimento da próxima geração.

DESENVOLVIMENTO

As reflexões que farei serão quanto às exigências da lei 10639/2003, bem como as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais, que alteram a LDB 9394/1996. Ao atendermos à legislação de contribuir ativamente para o principal objetivo da lei: promover a reparação história a que estes povos foram colocados à margem da sociedade durante o processo de construção do Brasil, que são os negros e os indígenas.

Para certificar que esses públicos possuam sua devida relevância verdadeiramente declarada, se faz preciso ter

outra ótica desfazer padrões que nos apresentaram e que nos faz refletir que todas as pessoas são efetivamente de verdade diante da legislação e, consequentemente toda a humanidade usufruíram das mesmas oportunidades ao longo de toda a história.

A premissa é refletir o mito da democracia racial, na atualidade no Brasil.

A África é um grande continente com mais de cinquenta países, marcado pelos mais variados climas e relevos, tendo desde florestas tropicais, savanas, desertos, até neve. Assim, o primeiro ponto a se destacar sobre a é que não podemos pensar que todos os povos são iguais. Há uma grande diversidade étnica e cultural no continente africano.

1. HISTÓRIA DAS DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

O continente africano é diversificado, além de ser muito extenso, a África é considerada o berço da humanidade, foi lá que surgiram nossos primeiros ancestrais e se deslocaram pelo mundo. Desde modo, na margem somos todos africanos.

No momento em que os Europeus chegaram à África, em específico os portugueses depararam com extenso reino e distintas formas organização política. Através de diversos desses reinados que uma quantidade de africanos foi apartado e transportado para a América, na situação de dominado e submetido, constatado que os europeus se beneficiaram e sublimaram a escravidão que já existia na África.

O primeiro componente significativo para analisarmos de forma mais adequada da história dos povos africanos no Brasil é a clareza da percepção de que a personificação que temos desses ascendentes foi gerada, isto é, elaborada pelos dominantes para fundamentar o abuso que foi a exploração.

Subsistiu na África enigmáticas organizações em que parte da raça humana foram abordados e na situação de escravizado.

Posto isto, essa população possuíam as mais diversas profissões e condição social que eles resolveram converter em escravos e laborar nas grandes agriculturas. Gerou-se então uma ilegítima percepção que os africanos consentiram inertes a subjugação.

Este pensamento originou um engano que tem comprometido diversas gerações de brasileiros influenciando a similaridade de cada indivíduo, deste modo, com o amor-próprio da população.

Ressalto alguns motivos que colaboram para tamanho desacerto persevere junto a nós.

A presença da discriminação diante da nossa sociedade, causando e dissipando um olhar desfavorável com relação ao negro. Exibições consideráveis do racismo aparecem observadas em piadas no dia a dia e na fusão que bastantes pessoas estabelecem através do negro associado a delinquência, o negro ao lixo, o negro a impureza dentre outros.

A falta de conhecimento de uma enorme parcela da população brasileira, inclusivamente de intelectuais, a respeito dos modos de luta e sistematização dos africanos escravos e de seus herdeiros ao longo do processo escravista.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS DE COMBATE AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL LEI 10639/2003

A discriminação no Brasil é disfarçada pela crença da democracia racial. Perante a expressão de que “no Brasil não existe o racismo”, a discriminação da raça ocorre nos modos mais diversos, oportunizando e reforçando a restrição de parte da população brasileira das garantias aos direitos da cidadania.

A fim de pugnar tal crença, foram geradas as Ações Afirmativas, que são políticas públicas que tem como premissa possibilitar o reparo histórico, agregando as populações que ficaram fora dos direitos à lei 10639/2003.

O Brasil é um país de origem colonial, escravocrata e patriarcal, cuja herança se faz até hoje presente no subdesenvolvimento nacional, na postura predatória para com a natureza, no racismo, no machismo, na iniquidade socioeconômica e na corrupção colossal. O multiculturalismo e a diversidade étnica fazem parte da identidade nacional, forjada não nas relações adocicadas entre senhores e escravos, como disse o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1957) em Casa-grande & senzala (livro publicado em 1933), mas, sim, fruto das mais variadas formas de exploração e de violência. As tantas nefastas injustiças refletem-se nos lamentáveis indicadores sociais atestados oficialmente como, por exemplo, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), que aponta o alijamento de negro, mulheres e pessoas com deficiência de posições de poder e prestígio em relação à população masculina branca.

Trata-se de um país que possui uma das maiores concentrações de renda do mundo, onde parcela significativa da população ainda não dispõe de saneamento básico, está exposta a criminalidade, tráfico de drogas, bem como padece sob um sistema de ensino e de saúde precários. Já não bastasse (sobre) viver sob tais mazelas, também sofre preconceito em função da condição de

ser negro, mulher, dispor de alguma deficiência ou pertencer a alguma outra minoria social. Diz-se minoria, não em termos quantitativos absolutos, mas sim pela sub-representatividade dessas categorias na reitoria das universidades, na presidência de grandes empresas, nos cargos políticos de alto escalão e em tantos outros papéis sociais consagrados como sendo distintos.

Com a solidificação da nova organização constitucional estabelecida pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), instituiu-se o Estado Democrático de Direito no Brasil, promovendo em seu primeiro artigo, os princípios fundamentais da constituição que são: soberania, cidadania, dignidade do ser humano, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Intitulando desse modo como princípio democrático ao declarar em seu parágrafo único do referido artigo que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição".

Logo, o Estado Democrático de Direito, do modo como é atualmente compreendido e constituído, é um sistema pelo qual há o desenvolvimento do Estado Democrático contemporâneo, consequente de diversos conflitos sociais, existindo como conseqüência da insuficiência de demais parâmetros de Estado antes concretizados.

Desta maneira, para que haja uma compreensão satisfatória das ações afirmativas, levando em consideração o que pressupõe a Constituição Federal de 1988, convém destacar que o Estado Democrático surgiu através do progresso e desenvolvimento de outros padrões de Estado que fazem parte da narrativa histórica do regime contemporâneo, grupo ao qual, o mesmo é gênero. Por este motivo, para uma maior percepção do Regime Democrático se faz necessário uma abordagem inicialmente a respeito da postura padrão de Estado que o antecedeu (postura de neutralidade em questões sociais, sob inspiração do liberalismo clássico).

Sobre esse contexto, diz Moraes (2014, p. 274):

"A admissão da necessidade de intervenção/regulação da economia pelo Estado ampliou os contornos da ordem liberal e deu margem, em um momento de ruptura, à passagem para um modelo de Estado que intervém na ordem social e econômica. A crise do modelo liberal foi engendrada dentro dele e, pior, foi uma tentativa de perpetuá-lo."

O vasto choque guiado pela manufaturarão e os significativos impasses e crises de ordem econômicas e sociais, expandiram o ambiente a inovação das ideias, com base no que se averiguou que a independência e a equipolência cravadas pela hierarquia burguesa, bem como simultaneamente com a ausência estatal (não intervencionismo) nunca auxiliaram as exigências em prol da isonomia pública.

O Estado modifica-se, torna-se ativo (intervencionista), visando o progresso integral de seus indivíduos, visando atingir a tão desejada equidade social.

2.1. REPENSAR A EDUCAÇÃO: A IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS

A questão do multiculturalismo transcorre sobre o jogo de diferenças, estabelecido, através das dissemelhanças determinadas pelas lutas sociais de inúmeros povos, que tem experiências a prática sofrida do racismo e da discriminação.

A situação brasileira é notada pela predominância e recriação das culturas de diversas raízes como africanas, indígenas, asiáticas, entre outras nessa acepção, essa ligação, experimentações e convívios são transpassados pelos conflitos lutas e negociações de uma cultura.

A partir das exigências de ingresso da população negra as unidades escolares e da integração da história e cultura afro-brasileira na programação escolar as mobilizações negras brasileiras contestam a existência de valores e práticas discriminatória nas escolas, principalmente quando a instituição nega a existência da diferença em seus domínios.

A consciência negra em educação no Brasil comporta-se consequentemente de um agrupamento de ideias e práxis educativas que percorreram em elaboração e construção a partir das experiências vividas.

3. NARRATIVA DA SABEDORIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: TEMÁTICAS E QUESTIONAMENTOS NA UNIDADE ESCOLAR

As temáticas da cultura Afro-brasileira e Africana devem ser abordadas em todos os graus de escolaridade fundamentada em inúmeros tópicos. Normalmente professores dos anos iniciais do ensino fundamental I afirmam que não lidam com esse conteúdo devido a informação, que os alunos não tem maturidade o suficiente correspondente, pois são ainda muito infantis para compreender estes questionamentos.

Sem dúvidas a educação das culturas Afro-brasileiras e Africanas não se delimita a argumentação somente a discriminação racial. Entretanto mesmo que os discentes não possuam um ponto de vista formado a respeito desse fato é capaz ou não de representar uma visão estereotipada sobre a África percebida o acesso

a todos os meios de comunicação cujas características são frequentemente difundidos e retratados.

CONCLUSÃO

No transcorrer desse artigo ficou descrita uma conjuntura da condição do negro no intervalo entre a pós-abolição até a legislação pedagógica, perspectivas do currículo e competências por meio de averiguação da bibliografia. Neste contexto os propósitos foram alcançados que era a princípio expor os preceitos correlacionados ao assunto.

O propósito desta análise foi à investigação do que se conhece e como se contribui para a cultura africana, encontrar as fontes as quais os docentes tomam como base para desenvolver de forma crítica a cultura africana.

Anteriormente eu possuía as minhas convicções e incertezas em relação as minhas experimentações. A todo o momento me indagava com relação à história da escravidão em que apresentavam na literatura em consequência do negro.

Desse modo não concordava em participar de uma coletividade que se tornou escrava, foi liberto e que espontaneamente se dissipou da história.

Grande parte da literatura que foi analisada nas unidades escolares lamentavelmente, até então se baseia em publicações antecedentes que são somente reorganizadas, não remodelando suas temáticas em consonância a legislação vigente.

Conseguimos averiguar isso na literatura que são dirigidas as unidades escolares, o mesmo exemplar é disposto para vários grupos de discentes independentemente das particularidades e individualidade dos discentes que a constituem. Com base nesses exemplares que vários docentes propõem as práticas de atividades e constituem seus componentes curriculares que terminam impossibilitando os fundamentos significativos que necessitam ser expostos em classe.

O docente precisa estimular no discente o que existe por trás da cultura africana revelar o valor dessa cultura o quanto é indispensável que ele vá além do que está nos livros, tornar-se investigador dessa etnia tão magnificente.

Acredito que seja pouco provável informar tudo na escola, no entanto apresentar essa temática que dispõe de tanta relevância para unidade escolar é de vital magnitude.

Colabora com a integração de grande parte dos discentes, visto que a visão euro-centrista é evidenciada em classe, logo nada mais sensata que expor a real narrativa sobre os negros, que apresenta imensa colaboração para o desenvolvimento desta sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália; et al. **Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 14 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2004.

ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. São Paulo: Papirus, 2001

CHAUI, Marilena. **Introdução à Filosofia: dos Pré-Socrátes a Aristóteles**. 2.ed.rev., ampl. e atual. São Paulo: Companhias das Letras, 2006.

GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. Trad. João Zanha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. OLIVIERA, Renato José. **Ciência da Educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

SEVERINO, A.J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9394/96 Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diretrizes Curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.**

Brasília: **MEC/ Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. 2004.

GENTILE, Paola. **África de todos nós**. Revista Nova Escola. Nº 187. Editora Abril, Nov de 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

PAIXÃO, Marcelo e GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.3, pp.949-969.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf> Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/8691/8670> Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227009> Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

Contribuição do cordel nas escolas

Agnaldo dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem objetivo evidenciar que o trabalho com o gênero textual Cordel é dinâmico e capaz de despertar a criatividade dos alunos incentivando-os na tarefa de ler, recitar e escrever folhetos, investigação apresenta a intenção de inserir no contexto da construção do conhecimento a utilização do cordel, com sua simplicidade é uma marca forte, os relatos sobre eventos históricos, artísticos e folclóricos ganham destaque em versos destituídos de formalidade, para alcançar uma linguagem apropriada de interação com os alunos em sala de aula sobre assuntos importantes e diversos, verificamos que as pretensões trazem resultados na postura dos docentes ao assumir uma prática pedagógica capaz de romper paradigmas, inserir o cordel em uma perspectiva de inovação, essa expressividade e emoção com que os cordelistas apresentam em suas rimas encantam a todos e fazem desse gênero e direcionam a conclusões, quanto à expressividade da nossa cultura, a maneira de despertar o senso crítico, econômico, político e histórico dessa manifestação popular, muitas escolas adotam o cordel como um recurso pedagógico em sala de aula, promovendo a participação dos alunos e o desenvolvimento criativo das produções de texto.

PALAVRAS-CHAVE: Cordel, Leitura, Oralidade, Sala de Aula, Cultura.

ABSTRACT

This article aims to show that the work with the textual genre Cordel is dynamic and capable of awakening the students' creativity by encouraging them in the task of reading, reciting and writing leaflets, research has the intention of inserting in the context of knowledge construction the use of the cordel, with its simplicity is a strong mark, the reports on historical, artistic and folkloric events gain prominence in verses devoid of formality, to achieve an appropriate language of interaction with students in the classroom on important and diverse subjects, we verify that the pretensions bring results in the teachers' posture when assuming a pedagogical practice capable of breaking paradigms, inserting the string in a perspective of innovation, this expressiveness and emotion with which string players present in their rhymes enchants everyone and makes this genre, we direct conclusions as to the expressiveness of our culture, the way in which awakening the critical, economic, political and historical sense of this popular manifestation, many schools adopt cordel as a pedagogical resource in the classroom, promoting student participation and the creative development of text productions.

KEYWORDS: Cordel, Reading, Orality, Classroom, Culture.

INTRODUÇÃO

Um conteúdo trabalhado de forma dinâmica e surpreendente pode configurar estratégia eficiente tanto na construção do conhecimento como no aprimoramento do aprendizado. A didática tradicional, acusada de falta de interatividade e conexão pedagógica, pode se servir da simplicidade dos versos em cordel para aproximar os alunos de alguns temas. Encontrar o tom da participação do aluno em sala de aula é fundamental para que o professor consiga desenvolver a capacidade de absorção. Ao levar os princípios do Cordel para dentro da sala de aula, qualquer conteúdo poderá ser assimilado e descrito em versos pelos próprios alunos.

Experiências culturais fortes e determinantes de grandes obras artísticas como o Cordel – seu valor não está apenas nisto – estão praticamente esquecidas e a escola pode ser um espaço de divulgação destas experiências. Sobretudo mostrando o que nelas há de vivo, de fervescente, como ela vem sobrevivendo e adaptando-se aos novos contextos socioculturais. Como elas têm resistindo em meio ao rolo compressor da cultura de massa (PINHEIRO, 2012, p. 128).

O ritmo cadenciado, as métricas e as rimas do texto não apenas instigam a capacidade de criação como favorecem a memorização. Além disso, a leitura de cordéis já consagrados ajuda a resgatar a memória de fatos históricos que não se devem perder no tempo. Cordel é sinônimo de poesia popular em verso, as histórias de batalhas, amores, sofrimentos, crimes, fatos políticos e sociais do país e do mundo, as famosas disputas entre cantadores, fazem parte de diversos tipos de textos em versos denominados Literatura de Cordel. Como toda produção cultural, o Cordel vive períodos de fartura e de escassez. Hoje existem poetas populares espalhados por todo território brasileiro, vivendo em diferentes situações, compartilhando experiências distintas. Portanto o Cordel é de inestimável relevância na manutenção das identidades locais e das tradições literárias regionais, contribuindo para a perpetuação do folclore brasileiro.

É importante compreender melhor a natureza da exposição oral porque, ela assume na escola uma dupla função: é ao mesmo tempo, um instrumento de trabalho do professor – afinal, grande parte das atividades de

ensino é organizada por meio de exposições orais – e uma tarefa escolar importante a ser realizada pelo aluno – de transmitir aos outros os conhecimentos aprendidos (GOMES, 2012, p. 10)

A literatura de Cordel também conhecida no Brasil como folheto é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originada em relatos orais e depois impresso em folhetos. O folheto é o principal suporte de circulação, sempre com número de páginas múltiplos de quatro e em pequeno formato. Circula por várias cidades do Nordeste por meio de vendedores ambulantes, nas feiras e nas ruas do comércio. É possível encontrar coletâneas de cordéis em livros e em sítios especializados. A entrada do Cordel na escola toma impulso com a importância que os professores dispõem em divulgar a importância desse gênero em sala de aula.

FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO CORDEL EM SALA DE AULA

Portanto, o Cordel tem suas particularidades, sua função comunicativa, vastas especificidades e utilidade como gênero textual (PORTO,2009) , tem como objetivo orientar e direcionar o trabalho do professor com a linguagem na sala de aula. Porque é na escola que o professor deve procurar trabalhar com a diversidade de gêneros textuais tratando cada um de acordo com as condições materiais de que o aluno dispõe fora da escola, ou seja, devem ser levado em consideração as peculiaridades de cada aluno (PINHEIRO,2007). Como bem aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 71), "Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura". Logo, o Cordel como gênero do discurso (ALVES, 2013) contribui na formação do aluno possibilitando o domínio de outros conteúdos, o professor poderá mostrar as variantes regionais, o conceito de moralidade e de religiosidade do povo brasileiro, despertar nos discentes interesse pela criação de poemas, conduzi-los para que conheçam e compreendam como é retratada a realidade nesses poemas(MARINHO,2012) , experiências culturais fortes e determinantes de grandes obras artísticas como o Cordel seu valor não está apenas nisto, estão praticamente esquecidas e a escola pode ser um espaço de divulgação destas experiências, sobretudo mostrando o que nelas há de vivo, de efervescente, como ela vem sobrevivendo e adaptando-se aos novos contextos socioculturais, como elas têm resistindo em meio ao rolo compressor da cultura de massa, (TEIXEIRA, 2005).

Autores como Marinho e Pinheiro, (2012) apresentam algumas sugestões para o trabalho com a literatura de Cordel, atividades envolvendo toda a escola podem ser realizadas, uma boa estratégia é a realização de uma Feira de Literatura de Cordel podendo compreender diferentes atividades, como por exemplo, exposição de xilogravuras e de folhetos antigos; murais com reportagens sobre cordelistas e literatura de cordel em geral; palestras e oficinas de criação de poemas de cordel, realizadas por poetas locais, outra opção do trabalho com a Literatura de Cordel na modalidade oral segundo Gomes e Santos (2012) é importante compreender melhor a natureza da exposição oral porque, ela assume na escola uma dupla função: é ao mesmo tempo, um instrumento de trabalho do professor afinal, grande parte das atividades de ensino é organizada por meio de exposições orais e uma tarefa escolar importante a ser realizada pelo aluno de transmitir aos outros os conhecimentos aprendidos, dessa maneira, é possível afirmar que o ensino e a aprendizagem da oralidade ultrapassam os limites da sala de aula (EVARISTO, 2007), levando o aluno a ser sujeito ativo no meio em que vive e a escola exercendo sua função social, o cordel tem como base na oralidade e lança o desafio para os alunos em sala de aula a desenvolver a inteligência , o senso crítico , a capacidade de oratória (MARCUSCHI, 2008) e a organização das ideias , por fim o cordel quando aplicado em sala de aula , incentiva à leitura, em um mundo cercado de tecnologias, fazer uso de textos considerados "extintos" se torna um grande desafio para os professores, e ao mesmo tempo permite que o mesmo trabalhe na sala de aula no desenvolvimento das competências leitoras dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura de Cordel tem base na oralidade e lançar o desafio para os alunos em sala de aula pode ajudar a desenvolver a inteligência, o senso crítico, a capacidade de oratória e a organização das ideias. Ao falar de amor, de enfrentarmos os desafios, cada aluno terá a oportunidade de se conectar com as emoções e desempenhar um papel diferente do qual está acostumado, percebendo as variações da existência humana e como é possível adaptar-se para ser bem-sucedido. Por fim o Cordel, quando aplicada em sala de aula, pode restabelecer o contato com elementos populares de grande relevância para a formação cultural e histórica do país, personagens, fatos e valores esquecidos com o passar do tempo, podem ser facilmente recuperados com o auxílio do cordel, temas transversais que podem ser inseridos nos estudos e estimulados, poderão ser valorizados e recitados pelos discentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011 .

BRASIL. **Secretaria da educação fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais/língua portuguesa. Brasília. MEC/SEF. 1998.

CURRAN, Mark J. **História do Brasil em cordel**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo. Parábola Editorial, 2008.

MARINHO, Ana Cristina. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo. Cortex. 2012.

PORTO, Márcia. **Um diálogo entre os gêneros textuais**. Curitiba. Aymará. 2009.

SANTOS. G. N. Sandoval. **A exposição oral: nos anos inicias do ensino fundamental**. São Paulo: Cortex, 2012.

A literatura de cordel no processo de aprendizagem para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental I

Jucélio Marcos de Medeiros

RESUMO

Este artigo tem como base a reflexão sobre a importância da Literatura de Cordel, tanto a poesia quanto a gravura, no processo de consolidação de aprendizagens de leitura e escrita de alunos do fundamental I. Indica como a cultura popular pode ter um papel de destaque na sala de aula, e principalmente como pode ser uma porta de entrada interessante de identificação com os alunos e consequentemente o processo de aprendizagem ser mais significativo. A busca de um aprimoramento da forma de ensinar pode nos deixar aberto a novas possibilidades, sendo assim este artigo busca lançar uma opção relevante dentro desta trama de saberes educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de Cordel, Ensino Fundamental I, protagonismo do aluno.

CORDEL LITERATURE IN THE LEARNING PROCESS FOR STUDENTS IN THE 4TH YEAR OF FUNDAMENTAL EDUCATION I

ABSTRACT

This article is based on the reflection on the importance of Cordel Literature, both poetry and printmaking, in the process of consolidating learning from reading and writing by elementary school students. It indicates how popular culture can play a prominent role in classroom, and especially as it can be an interesting gateway to identify with students and consequently the learning process be more meaningful. The search for an improvement in the way of teaching can leave us open to new possibilities, so this article seeks to launch a relevant option within this network of educational knowledge.

KEYWORDS: Cordel Literature, Elementary School I, student protagonism.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi escrito com base no estudo do projeto: Literatura de Cordel, realizado com alunos do 4º ano do Ensino fundamental I de uma EMEF de São Paulo. Onde os alunos a princípio conheciam este gênero e acabaram por realizar um livreto com o tema: Uma história da minha vida, bem como todas as etapas de produção com oficina de gravura em isopor reciclado de embalagens. Além disso, os alunos confeccionaram 2 livretos iguais, um para leva para casa e outro para doar ao acervo da sala de leitura da escola.

A busca de autonomia no processo de aprendizagem dos alunos requer uma escuta particular onde nós professores possamos amparar seus saberes e conhecimentos de uma forma a valorizar suas próprias histórias de vida. Desta forma o projeto coaduna com Fernandes (2010, p. 69):

"Uma boa situação de aprendizagem ocorre quando o professor tem a visão de que o aprendiz é o sujeito que constrói seu próprio conhecimento, propondo então, aos alunos, situações desafiadoras, ou seja, ao mesmo tempo difíceis e possíveis."

Os alunos se mostraram muito curiosos com o gênero literatura de cordel e ao conhecer um pouco sobre a história do cordel e como chegou no Brasil. Outra coisa que chamou a atenção deles foi a escuta do poema do cordel que é uma narrativa contada através de rimas. Para eles, escutar o professor lendo as uma história com rimas foi muito diferente e interessante.

Durante o projeto: Literatura de Cordel, a escola se envolveu em outro projeto: Feira Literária, que consistia nos alunos pesquisarem sobre um autor ou gênero literário e fizessem uma apresentação, os alunos do 4º ano decidiram declamar o Poema: "Os animais têm razão" do poeta FRANCISCO (2010, ps. 5 a 45). Outra ideia que tiveram foi confeccionar alguns marcadores de página de livro para doar como brinde às pessoas que viessem a mostra literária uma vez que era aberta a comunidade.

Na ocasião da finalização do projeto: "Literatura de Cordel" foi organizado uma exposição aos pais e alunos onde os livretos eram expostos pendurados em barbante presos com prendedores de roupa. De modo que todos pudessem observar ler e ao final, cada aluno levaria o seu. Quanto aos

exemplares que os alunos deixaram para o acervo da sala de leitura da escola foi confeccionado uma caixa decorada para guardar os livretos e alguns marcadores de páginas.

DESENVOLVIMENTO

A primeira vez que falei com os alunos se alguém conhecia a literatura de cordel me deparei com um silencio inaudito. Quando falei sobre poesia ou rima, alguns alunos conheciam, embora todos estivessem familiarizados com funk e alguns com batalha de rima. Comecei minha abordagem por este universo a partir do que eles conheciam e ficou bem mais fácil.

A seguir comecei uma leitura deleite do poema de cordel: ABC do Amor de José Bernardo da Silva, figura 01.



Figuras 01: Capa e primeira página do livreto de literatura de cordel: ABC do Amor. (acervo do autor, 2018)

A leitura deste poema foi muito proveitosa eles gostaram muito, a seguir contei que eles iam aprender a confeccionar um livreto daquele incluindo a capa, num processo chamado gravura. Eles ficaram muito curiosos, e entusiasmados.

A seguir, pedi para eles uma tarefa extraclasse, pedi para eles quando visitarem a sala de leitura procurassem algum livro de literatura de cordel, emprestassem para lerem e a depois contassem a história contida no livro na próxima aula. Queria com isso que eles se familiarizassem com o gênero e com a sonoridade da rima. Além disso, como diz FERREIRO (2001, p.59).

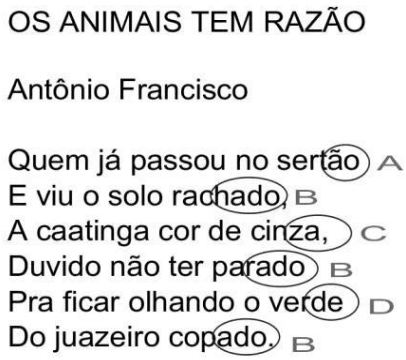
Através das interações adulto-adulto, adulto-criança e criança entre si, criam-se as condições para inteligibilidade dos símbolos. A experiência como leitores de textos informa sobre a possibilidade de interpretação dos mesmos, sobre as exigências desta interpretação e sobre as ações pertinentes, convencionalmente estabelecidas. Aqueles que conhecem a função social da escrita dão-lhe forma explícita e existência objetiva através de ações interindividuais, a criança se vê continuamente envolvida, como agente e observador, do mundo letrado.

Dessa forma eles conheceriam um pouco mais sobre a literatura de cordel. O retorno foi muito positivo uma vez que na sala de leitura tinha alguns livros interessantes. Um deles foi "Os animais têm razão" do poeta FRANCISCO (2010, p. 5 a 45), que eles depois acabaram por decidir declamar na feira literária como veremos mais a frente, outro livro continha uma breve história da literatura de cordel e procedimentos para fazer uma xilogravura. Este livro foi o estopim para uma aula que planejei para falarmos sobre a história cordel.

Conversamos sobre quando o cordel chegou ao Brasil no século XVIII e foram os portugueses que trouxeram e que faz parte da tradição oral, pois além de livretos eles também são declamados em praças e feiras no Nordeste principalmente. Falamos de alguns escritores nordestinos que foram influenciados pelos livretos, João Cabral de Melo, Jose Lins do Rego, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna. Aliás, a maioria dos alunos conhecia o filme: O Auto da compadecida, disse a eles que era inspirado em 3 livretos de literatura de cordel.

Agora que eles conheciam um pouco mais sobre a chegada do cordel no Brasil e alguns poemas de cordel tanto de ouvir como de ler. Decidimos nos aprofundar mais na forma como os poemas eram feitos. Como os alunos do 4º ano estão no processo de consolidação de leitura de escrita tentei não aprofundar muito em questões de métrica ou rima dessa forma me detive apenas de início a questionar o que era a rima. Eles não entendiam bem, mas aos poucos foram compreendendo.

Trabalhamos de início com identificação de rimas a partir de vários poemas de cordel, os exercícios consistiam em eles fazer um círculo na sílaba do final da palavra de cada verso, a seguir ele fazia uma marca na frente, que neste caso poderia ser a letra no próximo verso a mesma coisa se fosse a mesma silaba, se fosse outra sílaba 4 outra letra (B) e assim sucessivamente. Veja o exemplo abaixo, trecho do poema os animais têm razão de Antônio Francisco:


OS ANIMAIS TEM RAZÃO

Antônio Francisco

Quem já passou no sertão A
E viu o solo rachado, B
A caatinga cor de cinza, C
Duvido não ter parado B
Pra ficar olhando o verde D
Do juazeiro copado. B

Este tipo de exercício fizemos com vários poemas, outro tipo de que também foi feito com vários poemas foi o exercício de completar o verso de um poema com a palavra que falta observando a rima mais próxima a partir de uma lista de palavras em ordem desordenada. Veja o exemplo abaixo:

Trecho do Poema: O Meu Sertão Agradece a Chuva que Deus Mandar

Autor: Francisco Rariosvaldo de Oliveira

A TERRA FICA DOENTE
FICA A VIDA AMEAÇADA
GADO MORTO NA _____
CHEGA DÁ PENA NA _____
O SETANEJO _____
VÊ A SECA ARROCHAR
QUEM COME DO QUE _____
BAIXA A CABEÇA E FAZ PRECE
O MEU SERTÃO _____
AS CHUVAS QUE DEUS _____
MESMO ESTANDO NA CIDADE
QUANDO ESCUTA ALGUÉM DIZER
QUE JÁ COMEÇOU A _____
LHE BATE LOGO A _____
JÁ LHE AUMENTA _____
E RESOLVE ENTÃO VOLTAR
PENSANDO LOGO EM _____
DIZ: DEUS OUVIU MINHA PRECE
O MEU SERTÃO _____
AS CHUVAS QUE DEUS _____
VONTADE AGRADECE, MANDAR, PLANTAR, ESTRADA, CARENTE, CHOVER, GENTE, MANDAR, AGRADECE, SAUDADE, PLANTAR

A seguir trabalhamos o conceito de sinônimos, pois para facilitar a rima temos que arranjar uma palavra que tenha o mesmo sentido, e assim facilite a rima no verso.

Expliquei para eles que existem dicionário de sinônimos e inclusive em aplicativo grátis para quem quisesse baixar. Concomitante a isso passei uma lista com umas 20 palavras mais usadas por eles e seus respectivos sinônimos, fizemos uma leitura compartilhada das palavras, pois como diz BARBOSA (1984, p.63):

Evidentemente relacionado com a palavra, o ato de ler um /texto depende, entretanto, das mais intrincadas e delicadas formas de "discriminação e focalização desempenhadas pelo aparato visual". Kolers enfatiza, ainda, que a leitura de produtos da linguagem verbal ou visual envolve estratégias similares de apreensão de informação, seletividade e reconstrução.

Com esta base começamos a pensar num tema para que eles pudessem compor o poema, depois de muitas ideias, chegamos a um consenso que pareceu ser mais fácil para eles criarem dentro do tema: "Uma história da minha vida". A princípio eles questionaram "Se seria uma história legal ou ruim que aconteceu com eles?", devolvi a pergunta para eles. Nesta hora alguns alunos disseram que não lembravam de nada legal que aconteceu com eles. Isto me deixou reflexivo, sobre como seria não ter nem uma lembrança boa... Isso mostra um pouco como a vida pode ser dura na periferia. Então resolvemos deixar esta questão em aberto para escolhas pessoais quanto a "ser uma história legal ou ruim da vida deles".

Quando eles começaram a escrever uma coisa foi unânime, eles sabiam a história que iam contar, mas não conseguiam escrever em forma de rimas. Simplesmente eles travaram, uma coisa perfeitamente normal se considerar que eles estavam em processo de consolidação tanto de interpretação de texto quanto da escrita. Resolvi então pedi para escreverem a história em prosa mesmo, e depois de escrita, colocassem um título. Assim eles conseguiram dar vasão as suas ideias sem maiores problemas, a não ser os erros normais de escrita de alunos do 4º ano, enquanto as produções textuais eram corrigidas, aproveitei para trabalhar com eles o projeto da escola sobre a Feira Literária, que seria um estudo sistemático de um autor ou gênero literário e depois uma apresentação dos alunos. Como já estávamos estudando a Literatura de Cordel resolvemos trabalhar este gênero.

A princípio eles gostaram muito do poema que haviam lido: "Os animais têm razão" do poeta FRANCISCO (2010, ps. 5 a 45), então resolveram declamá-lo os alunos mais tímidos que não queriam declamar resolveram criar marcadores de página de livro para presentear as pessoas que viessem assistir as apresentações já seria aberta a comunidade. Achei muito interessante a ideia dos marcadores de texto ainda mais com o tema do cordel podíamos explorar mais a temáticas visuais tanto do Nordeste como do cordel coisa que ainda não havia dado tempo de trabalhar com os alunos. Fizemos uma pesquisa visual riquíssima e muito proveitosa vimos algumas gravuras muito bonitas até chegamos a dois modelos que seriam feitos em série. Para ser mais prático eles fizeram 2 modelos de mar-

cadores de página desenhados escaneei e reproduzi num software de desenho e imprimir vários, que eles decoraram para ser entregues no dia da apresentação.

Abaixo segue um trecho do poema declamado:

Os Animais Têm Razão

Antônio Francisco

Quem já passou no sertão E viu o solo rachado,
A caatinga cor de cinza,
Duvido não ter parado
Pra ficar olhando o verde
Do juazeiro copado.
E sair dali pensando:
Como pode a natureza
Num clima tão quente e seco,
Numa terra indefesa
Com tanta adversidade
Criar tamanha beleza.
O juazeiro, seu moço,
Pra nós a resistência,
A força, a garra e a saga,
O grito de independência
Do sertanejo que luta
Na frente da emergência.
Nos seus galhos se agasalham
Do periquito ao canção.
É hotel de retirante
Que anda de pé no chão
O general da caatinga
E o vigia do sertão.
E foi debaixo de um deles
Que eu vi um porco falando,
Um cachorro e uma cobra
E um burro reclamando,
Um rato e um morcego
E uma vaca escutando.
Isso já faz tanto tempo
Que eu nem me lembro mais
Se foi pra lá de Fortim,
Se foi pra cá de Cristais,
Eu só me lembro direito
Do que disse os animais.
Eu vinha de Canindé
Com sono e muito cansado,
Quando vi perto da estrada
Um juazeiro copado
Subi, armei minha rede E fiquei ali deitado.
Como a noite estava linda
Procurei ver o cruzeiro
Mas, cansado como estava,
Peguei no sono ligeiro.
Só acordei com uns gritos Debaixo do juazeiro.
Quando eu olhei para baixo
Eu vi um porco falando,
Um cachorro e uma cobra
E um burro reclamando,
Um rato e um morcego
E uma vaca escutando.
O porco dizia assim:
"Pelas barbas do capeta
Se nós ficarmos parado
A coisa vai ficar preta
Do jeito que o homem vai,
Vai acabar o planeta.
Já sujaram os sete mares
Do Atlântico ao mar Egeu,
As florestas estão capengas,
Os rios da cor de breu
E ainda por cima dizem
Que o seboso sou eu.
Os bichos bateram palmas,
O porco deu com a mão,
O rato se levantou
E disse: "prestem atenção",
Eu também já não suporto
Ser chamado de ladrão.
O homem, sim, mente e rouba,
Vende a honra, compra o nome.
Nós só pegamos a sobra
Daquilo que ele come
E somente o necessário
Pra saciar nossa fome.
Palmas, gritos e assovios
Ecoaram na floresta,
A vaca se levantou
E disse franzindo a testa:
Eu convívio com o homem
Mas sei que ele não presta
Um mal-agradecido,
Orgulhoso, inconsciente.
Doido e se faz de cego,
E não sente o que a gente sente,
E quando nasce e tomando
A pulso o leite da gente.
Entre aplausos e gritos,
A cobra se levantou,
Ficou na ponta do rabo
E disse: também eu sou
Perseguida pelo homem
Pra todo canto que vou.
Pra vocês o homem é ruim
Mas pra nós ele é cruel.
Mata a cobra, tira o couro,
Come a carne, estoura o fel,
Descarrega todo o ódio
Em cima da cascavel

Depois da feira literária voltamos às histórias dos alunos já corrigidas, conversei com eles que agora era o momento de transformar as histórias em poemas, para isso tiveram como

apoio, a lista de sinônimos que eu tinha passado e o dicionário de sinônimos. Os alunos ficaram muito inseguros, se sentindo incapazes mesmo, mas aos poucos com acertos e erros foram conseguindo deixar suas histórias com estrutura de poema. O trabalho do professor neste momento foi muito importante principalmente estimulando os alunos, valorizando cada momento de pequeno acerto e assim de degrau a degrau eles conseguiram, dentro de cada capacidade individual alcançar um resultado muito satisfatório. Tivemos histórias muito significativas, desde engraçadas até comoventes mesmo. Dando continuidade pedi aos alunos digitassem suas histórias nos computadores do laboratório de informática da escola, para isso tive a ajuda da professora da sala de informática, para que num outro momento, imprimíssemos os poemas e confeccionássemos os livretos.

Segue abaixo os poemas de 2 alunos, lembrando que embora contenham algumas rimas, não está exatamente como um poema de cordel, porque eles estão em processo de consolidação de aprendizagem de leitura e escrita.

O Pai Sumido

Meu pai saia muitas vezes
Sempre voltava e me trazia presentes
Depois de um tempo ele demorou
Esperei, esperei, mas ele não voltou
Mamãe cadê ele
Não sei filho...
Minha cara ficou triste de se ver
Chorei, chorei e eu pensei
Qual foi a última vez,
Que o meu pai veio?
Passou tanto tempo
Que nem a cara dele eu me lembro
Até que um dia minha mãe falou,
Que tem que ter paciência...
Pra você é fácil
Que se separou dele
Passou tanto tempo mãe...
Ela explicou: - Tenho certeza, que ele vira...
Futebol
Eu estava jogando bola
Para ganhar e detonar
Jogar bola para ganhar e arrasar
Foi 3 X 0 e o jogo acabou...
Consegui ganhar e adorei jogar
Meu irmão e meu amigo
Foi muito legal
Jogamos na rua com um pequeno gol
E foi um barato
Minha mãe mandou eu entrar
Mas eu queria mesmo era ficar

O aluno que escreveu o primeiro poema, é um aluno retraído tímido conversando com ele, descobri que era muito triste por não ter contato com seu pai, foi muito importante para ele escrever sobre isso. Quanto ao segundo o aluno como deu para perceber ele é vidrado em futebol, e o sonho dele é ser jogador de futebol.

E aqui abaixo os poemas de 2 alunas:

Verdades Negativas

Uma menina na rua
Brincava com sua amiga
Se divertiam na lua
E chegou a inimiga
Inimiga resolveu empurrá-las
Em direção a uma ladeira
Depois começou a assombrá-las
Resolveu ir pegar um gelo na geladeira
O pai as levou para o hospital
Se assustou com a notícia
As meninas passaram mal
O pai olhou o pisca-pisca da polícia
Uma quebrou a perna direita
E a outra quebrou a perna esquerda
A primeira teve que usar muleta
Alguns meses depois...
Elas se recuperaram
Voltaram para a escola
Uma amiga encontraram
E para a escola foram de argola
Fim...
Será que o gosto é bom?
La estava eu no dia chuvoso
A luz tinha acabado...
Minha mãe estava num quarto
E meu irmão no outro lado
Fui a até a sala
Com uma vela na mão
Vi um guaraná e dois copos
Dentro de um copo tinha
Leite com chocolate e o
Outro estava vazio
Peguei o com leite e chocolate
Coloquei o guaraná senti um cheiro
Estranho, mas do mesmo jeito bebi
Entrei no quarto e falei quer mãe?
Ela ia beber, mas falou
Aqui tem leite com chocolate
Começamos a rir depois
Perguntaram se era bom e eu falei
Que sim, mas do mesmo jeito
Ninguém experimentou

No primeiro poema, a aluna que criou me contou que esta estória era fictícia, com algumas verdades, interessante isso alguns alunos quiseram inventar uma história, e dar vazão a criatividade, não impedi apesar de no início não termos combinado histórias inventadas. Quanto ao segundo poema esta aluna é sempre muito engraçada,

falante, contadora de histórias. Esta história aconteceu mesmo e ela já tinha me contado muito antes do projeto.

Nossa próxima etapa foi a oficina de gravura.

OFICINA DE GRAVURA EM ISOPOR RECICLADO

De longe esta etapa de produção do livreto, gravura em isopor reciclado, foi a que eles mais gostaram, principalmente o momento de entintar a matriz. A princípio expliquei os princípios da gravura processo pelo qual se produz uma matriz onde depois se entinta e imprimi uma série de desenhos iguais, muito parecido com um carimbo. A seguir levei algumas matrizes de xilogravura (gravura em madeira), calcografia (gravura em metal) e suas respectivas ferramentas de entalhe e desenho, para eles conhecerem além de umas reproduções com as quais compararam com as matrizes.

Agora que conheciam um pouco sobre gravura partimos para a produção. Pedi que fizessem vários desenhos (rascunhos) no caderno de desenho mesmo, baseados nas histórias deles. Depois escolhessem a que eles achavam que melhor representassem suas histórias para ser a capa dos livretos deles. Entreguei um pedaço de isopor de 10x10 cm, que foi recortado de bandejinhas de isopor que são usadas para colocar verduras ou legumes em supermercados que havia pedido para eles trazerem previamente. Eles transporão o desenho para o isopor usado uma canetinha, desenhado bem de leve e podia ser apagado apenas passando a mão, pois a superfície do isopor é lisa, a seguir com um lápis de cor apontado contornava-se o traço, pressionando um pouco para formar pequenos sulcos, na superfície do isopor. Logo após entintaram a matriz, usando um rolinho de tinta, a tinta usada foi guache preto. Fizeram 2 capas que foram previamente impressas com o título da história e o nome do aluno, como mostra na figura 02 abaixo.



Figuras 02: Da esquerda para direita matriz de isopor, entintando matriz, capa impressa secando. (acervo do autor, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Literatura de Cordel se mostrou muito eficiente na apreensão e compreensão do estudo de narrativas poéticas além de possibilitar aos alunos um amadurecimento da consolidação de aprendizagem da leitura e escrita. Os alunos puderam conhecer um pouco mais da cultura popular, a literária com os poemas e visual através das gravuras.

Quando li para eles o primeiro poema de cordel: "ABC do Amor" pude ver nos olhos deles a empatia que tinham para com aqueles versos, este interesse sem dúvida ajudou muito no processo de aprendizagem deles. Apesar das dificuldades, na hora de compor seus poemas, se eles se mostraram capazes de construir um conhecimento duradouro se mostrando protagonistas em todo o processo.

A forma como leitura poética e imagética das gravuras coaduna com percepção e compreensão ajuda o processo de aprendizagem dos alunos como disse Buoro, (2007, p.267):

A imagem é análoga à poesia, cuja interpretação não se dá pelo desvelamento do aspecto denotativo das palavras, mas, muito mais do que isso, por um conjunto complexo de sentido dado pela posição, sonoridade, ritmo de cada uma das palavras e modos como elas se relacionam entre si e com o todo do texto poético. Sobre o texto visual, poderíamos dizer que os elementos da linguagem plástica estão também postos em relação uns com os outros e com o todo do texto, uma topologia específica de cada texto construído.

Conversando com a professora da sala de leitura um ano depois, ela me disse que os alunos escritores dos cordéis sempre pediam para rever seus livretos, quando nas aulas de sala de leitura, olhavam para os livretos com orgulho e indicavam para outros alunos que não conheciam. Desta forma podemos dizer que além do valor intrínseco da aprendizagem, o fato de termos feito um livreto a mais para doar a sala de leitura foi imprescindível para preservar sua autoestima e servir de incentivo para outros colegas se aventurarem para esse mundo maravilhoso da Literatura de Cordel.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: Conflitos/ Acertos**. São Paulo: Max Limonad, 1984.

BUORO, Anamélia Bueno. Costa, Bia. **Por uma construção do olhar na formação do professor**. In OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (Org). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007. p 251-270.

FERNANDES, Maria. **Os segredos da alfabetização**. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**: Tradução Horácio Gonzales (et. al), 24ª edição atualizada, São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCISCO, Antônio. **Os animais têm razão**. 1ª edição, Fortaleza: Imeph, 2010.

Reflexão sobre a prática docente no ensino de disléxicos

Jefferson Ferreira Lima

RESUMO

Um dos primeiros registros de dislexia foi em 1896, quando o médico inglês W. Pingle Morgan identificou um garoto de 14 anos, que pelas descrições dos professores era brilhante oralmente, mas possuía uma enorme dificuldade em aprender a leitura. Muito diferente do que se pensa a dislexia não é um impeditivo para o desenvolvimento escolar, ela é definida como um transtorno específico de aprendizagem. A dislexia está relacionada a uma dificuldade de aprender a ler e escrever, sendo sua origem neurológica, não está associada a distúrbios de audição e fala, confundido em certos momentos. O objetivo desse artigo é promover uma reflexão sobre a prática docente em relação a essas dificuldades e questionar, a fim de promover uma percepção real do problema, que muitas vezes é interpretado errado e não tem um acompanhamento adequado. Há uma responsabilidade sobre a escola de lidar com possíveis casos realizando testes específicos, informando a família, acionando uma rede de apoio e multidisciplinar que se responsabilizará pelo diagnóstico da dislexia. Ter clareza da condição do estudante disléxico permite que a família e a sociedade sejam menos excludentes e tomem medidas colaborativas para sanar as dificuldades que o disléxico possui. Quanto antes for detectado o transtorno melhor serão os resultados de aprendizagens, desde que bem acompanhadas por um atendimento individualizado, tendo em mente que esse transtorno não é resultado de uma má alfabetização, baixa inteligência ou questões econômicas. Compreender as necessidades dos educandos, de uma maneira geral, promover um ambiente de aprendizagem que utilize todos os recursos possíveis para levar o estudante ao conhecimento é uma missão que exige um comportamento crítico e comprometido de todas as esferas da educação dentro e fora da escola, dever que evolve o Estado a família e a sociedade em proporções que hoje estão deixando a desejar.

PALAVRAS-CHAVE: Distúrbio. Dislexia. Inclusão. Intervenção. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A dislexia tornou-se um transtorno ou uma perturbação ao nível de leitura, pois toda criança disléxica é um mau leitor, a leitura não traz sentido e sua compreensão é dificultada. O fato mais curioso é que são crianças inteligentes e habilidosas em tarefas manuais.

Dizer que o fracasso escolar possui um responsável, sendo escola ou o próprio aluno, ou mesmo culpar as famílias, condições sociais e culturais não minimiza o fato que esses educandos precisam de ajuda. Esta série irá abordar a complexidade da tarefa educacional e dos fatores que interferem decisivamente nas possibilidades de uma escolaridade satisfatória para todos.

Aspectos gerados na escola contribuem com a exclusão ou inclusão dos alunos no sistema educacional, não é raro alunos que possuem dificuldades na aprendizagem serem alvos de exclusão social.

A forma como o os protagonistas dessa relação discente e docente se enxergam influencia diretamente a compreensão do estudante nas suas representações de respeito, autoestima, auto imagem e sua capacidade de desempenho escolar.

Os conhecimentos construídos na experiência escolar geram representações que não são facilmente observáveis para o professor, é necessário um olhar crítico, mas acolhedor e que promova em sua prática diária o preparo para a convivência com as diferenças encontradas na sala de aula.

Entre todas os tipos de dificuldade de aprendizagem, a dislexia merece uma atenção especial, pois refere-se à incapacidade parcial que a criança ou adulto têm de compreender o que se lê, mesmo com todas as suas outras habilidades e competências mantidas, independente da sua condição física.

Estudos mostram que a dislexia possui origem neurológica. Caracteriza-se pela dificuldade na habilidade de decodificar ou soletrar. Todas essas dificuldades resultam no componente fonológico da linguagem que é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas. (EDIR, MATOS, MEIRA, 2020)

É comum que famílias com nível econômico maior levem seus filhos em psicólogos e neurologistas, ou mesmo a um psicopedagogo quando detectam tal deficiência, enquanto as famílias com menor poder econômico deixam a cargo da escola, sem nenhum acompanhamento específico, a aprendizagem desse estudante, podendo agravar a dificuldade fazendo com que persista até a fase adulta. Os problemas que podem ser desencadeados por essa falta de aprendizagem são inúmeros e colaboram ainda mais para a exclusão social desse estudante.

A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA

A escola lida com as múltiplas fases do desenvolvimento infantil. A transição do brincar para o estudar é marcada pela decodificação, seja de imagens, textos e posteriormente números, ou de conteúdo específico como gráficos, tabelas, mapas conceituais.

A dificuldade de leitura relacionada a dislexia se isenta de relações com outros distúrbios devendo ser descartada a associação dessa dificuldade com o termo distúrbio, definido em termos de domínio operacional coerente.

A dislexia ao contrário do que se pensa não é o resultado de uma má alfabetização, de uma condição econômica baixa ou mesmo de baixa inteligência. Para compreender o conceito de dislexia, devemos primeiramente conhecer a origem da palavra. Segundo Maria Eugênia Ianhez e Maria Angela Nico (2002) "Ao desmembrarmos a palavra, de imediato temos a primeira noção básica do que vem a ser a dislexia. DIS = distúrbio; dificuldade; LEXIA = leitura (do latim) e/ou linguagem (do grego); DISLEXIA = distúrbio de linguagem." (IANHEZ; NICO, 2002, p.25). Em nosso contexto serve para qualificar o transtorno do aprendizado da leitura, escrita e soletração, esse transtorno atinge cerca de 10 a 15% da população mundial.

Por se tratar de uma complicação neurológica dentre muitas as possibilidades que podem causar uma dificuldade de aprendizagem, a dislexia deve ser avaliada e diagnosticada por uma equipe multidisciplinar que possa constatar o indivíduo disléxico, sendo que essa avaliação deve dar condições para um acompanhamento adequado das dificuldades de cada um.

Nem todos os educandos com dificuldade e problemas de leitura são diagnosticados disléxicos, por isso a identificação envolve uma prática diária em conjunto com profissionais externos, mas com soluções endógenas, advindas do próprio ambiente escolar. O professor como agente educador deve ter qualificação referente à pedagogia da escrita e construir uma consciência fonológica dos sons e da fala, a partir desse processo o educando passará a pensar melhor ao escrever palavras com letras simétricas e superar os "saltos" de grafemas comuns a criança disléxica.

Ler é superar desigualdades, é ir além dos vocábulos, interpretar, criar, compreender e descobrir, por isso a percepção do transtorno tardia pode acarretar ainda mais complicações ao estudante e lidar com isso sem o apoio da família gera frustrações na vida acadêmica que podem ir além da sala de aula.

Esses alunos com dificuldades comumente são isolados e suas limitações podem levar a comportamentos agressivos de indisciplina. Sabe-se também que notas baixas levam os alunos a não refletirem as suas limitações linguísticas tornando-os maus leitores, gerando um sentimento de rebeldia que culmina em baixo rendimento escolar. A relação da leitura e a cultura ficam evidentes nesses casos e quanto menos cultura e conhecimento mais vulneráveis à violência a criança se torna.

Ademais é preciso que todos, sobretudo os educadores estejam atentos ao observar na fase de alfabetização que muitas crianças trocam fonemas, podendo refletir na formação linguística inicial da criança.

É muito comum que muitos educadores ao ensinar as formações fonéticas com 5 vogais gerem na construção do educando uma compreensão inadequada, sabemos que em uma visão fonética existem 12 vogais que são os sons da fala, ou seja nesse contexto vogais não são letras e sim fonemas, isto é, unidades sonoras distintas da palavra. As letras, que representam as vogais ou sons da fala, têm estreita relação com a escrita. Não obstante, a escrita não é espelho da fala. Como se diz, não é necessariamente como se escreve. (MARTIN, 2002)

Os pais devem estar atentos quanto a articulação desses fonemas na fala espontânea, pois podem influenciar como resposta ao perceber as diferenças de sonoridade.

O TRABALHO ESCOLAR COM ALUNOS PORTADORES DE TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Descer, subir, espaço e lateralidade são itens fáceis de compreender para um adulto, mas difícil para crianças, observarem as letras por sua vez podem possuir formas semelhantes na escrita e mesmo assim produzem sons distintos. Revelar que a língua é histórica e têm influência em outras línguas antigas de signos, marcas e símbolos distintos colaboram com a construção da decodificação, primeira etapa da leitura proficiente. A história das letras do alfabeto deve fundamentar o ensino na fase infantil.

Os erros mais comuns na fase inicial de alfabetização provêm da lateralidade. A repetição e treino são ferramentas úteis na superação das dificuldades na compreensão dessa decodificação, inclusive na articulação labial, a criança deve observar o movimento labial que é feito para certos fonemas. Um exercício antigo e prático pode ser a articulação de uma palavra e em seguida pedir que a criança repita o movimento labial.

A DISLEXIA NA ESCOLA

Os primeiros indícios de distúrbios de leitura acontecem em 1896 quando o médico inglês W. Pingle Morgan descreve,

[...] um jovem brilhante de quatorze anos, rápido em jogos, mas que tinha grande dificuldade para aprender a ler, cujos

professores achavam que poderia ser o melhor aluno da classe se toda a instrução fosse dada oralmente. (PINGLE apud SANTOS; NAVAS, 2002, p.28).

A percepção do problema da dislexia acontece à medida que testes de leitura são aplicados. É comum relatos de escolas do ensino básico e superior a existência de alunos brilhantes com níveis inaceitáveis de interpretação. À medida que os educadores buscam formas alternativas de avaliação, como avaliação oral e de participação, sem o devido acompanhamento, torna-se um inibidor do progresso do educando e acomoda sua situação.

Ter clareza da necessidade afim de sanar as dificuldades é o caminho a ser seguido para o desenvolvimento de aprendizagens realmente significativas. Quanto antes for detectado o transtorno melhor serão os resultados de aprendizagens, desde que bem acompanhadas por um atendimento individualizado.

Ser disléxico não é uma circunstância impeditiva na escola, a criança mesmo disléxica pode ser, até, superdotada, com capacidades de liderança, criatividade elevada e alto grau de produtividade, entender como o transtorno afeta o indivíduo é a forma mais eficaz de escolher a ação que melhor se adequa a sua necessidade de aprendizagem.

TRABALHANDO COM AS PALAVRAS

Para o reconhecimento das palavras iremos utilizar duas rotas a fonológica, também conhecida como indireta, e a rota visual, também chamada de léxica-direta.

A primeira rota permite ler os textos, segmentando, através da metalinguagem, ou em sílabas, sons (fonemas). O leitor alcança a chamada consciência fonológica. Esta rota é o caminho de método fônico de leitura. Ela discrimina sons correspondentes a cada uma das letras ou grafemas que compõem a palavra. Por esse caminho a criança pode ler palavras menos frequentes (pneumoultramicroscopicossilicovulcanoconiótico), a maior palavra da nossa Língua, desconhecidas e até pseudo palavras (MARTINS, 2002).

Por ela lemos qualquer palavra na nossa língua, pois, a rigor, nosso idioma não possui formas irregulares, impossíveis de serem lidas (exceto os estrangeirismos).

O processo indireto é mais lento e mais extenso até o reconhecimento da palavra, porém, não é menos importante.

O processo direto é mais rápido e envolve a pronúncia imediata sem que aconteça a análise dos signos que a compõem.

Passos da leitura visual:

Analisar globalmente a palavra escrita: análise visual;

Chegar ao significado no léxico interno (vocabulário);

Recuperar a pronunciação no caso de leitura em voz alta pela forma direta, pode-se explicar a facilidade de reconhecer as palavras cujas imagens visuais temos visto com muita frequência. Ou seja, nessa rota lemos o que são familiares a nível de escrita. Ela é a base para o método global de leitura (também chamado construtivista).

Os dois métodos não se excluem e podem coexistir tornando a leitura hábil. Enquanto a leitura se desenvolve intensificamos a estratégia direta, ou ambas ao mesmo tempo. Aprender o processo linguístico permite ao educando se servir não só da língua mãe, mas também para as demais disciplinas escolares. Um cálculo tem muito mais a ensinar além do resultado.

Além desses métodos apresentados, a Associação Nacional de Dislexia (AND) elenca algumas sugestões para que o professor possa garantir o sucesso na aprendizagem do aluno, são elas:

Certifique-se de que as tarefas de casa foram compreendidas e anotadas corretamente; Certifique-se de que seu aluno pode ler e compreender o enunciado ou a questão. Caso contrário, leia as instruções para ele; Leve em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir os deveres; Estimule a expressão verbal do aluno; Dê instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões; Dê "dicas" específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina; Oriente o aluno sobre como organizar-se no tempo e no espaço; Não insista em exercícios de fixação repetitivos e numerosos, pois isso não diminui a sua dificuldade; Dê 49 explicações de "como fazer" sempre que possível, posicionando-se ao seu lado; Esquematize o conteúdo das aulas quando o assunto for muito difícil para o aluno. Assim, a professora terá a garantia de que ele está adquirindo os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos; "Uma imagem vale mais que mil palavras": demonstrações e filmes podem ser utilizados para enfatizar as aulas, variar as estratégias e motivá-los. Auxiliam na integração da modalidade auditiva e visual, e a discussão em sala que se segue auxilia o aluno organizar a informação. Por exemplo: para explicar a mudança do estado físico da água líquida para gasosa, faça-o visualizar uma chaleira com a água fervendo; Não insista para que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência de seus erros. A maioria dos textos de seu nível é difícil para ele. (DISLEXIA..., 2014)

No convívio social, com suas famílias, na interação com seus vizinhos e colegas de escola as crianças não aprendem informações linguísticas, mas acabam por deduzir com base na fala, dessa forma podemos comprovar a existência de multimeios de aprendizado. Porém a escola tem a função de apresentar formas didaticamente eficazes que não sejam baseadas em senso comum e sim no estudo relacionando o lúdico ao concreto. A leitu-

ra precisa fazer sentido para a criança, muitos que não compreendem esse papel acabam por transformar-se em analfabetos funcionais, portanto a interpretação é um processo especialmente importante a indivíduos disléxicos, tanto quanto a decodificação de um gênero textual.

De acordo com Ianhez e Nico (2002), a dislexia apresenta sintomas diferenciados de outros distúrbios, sendo eles:

Desempenho inconstante; Demora na aquisição da leitura e da escrita; Lentidão nas tarefas de leitura e escrita, mas não nas orais; Dificuldade com os sons das palavras e, consequentemente, com a soletração; Escrita incorreta, com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas; Dificuldade em associar o som ao símbolo; Dificuldade com a rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras); Discrepância entre as realizações acadêmicas, as habilidades linguísticas e o potencial cognitivo; Dificuldade em associações, como, por 46 exemplo; associar os rótulos aos seus produtos; Dificuldade para organização sequencial, por exemplo, as letras do alfabeto, os meses do ano, tabuada etc.; Dificuldade em nomear objetos, tarefas, etc.; Dificuldade em organizar-se com o tempo (hora), no espaço (antes e depois) e direção (direita e esquerda); Dificuldade em memorizar números de telefone, mensagens, fazer anotações, ou efetuar alguma tarefa que sobrecarregue a memória imediata; Dificuldade em organizar suas tarefas; Dificuldade com cálculos mentais; Desconforto ao tomar notas e/ou relutância para escrever; Persistência no mesmo erro, embora conte com ajuda profissional. (IANHEZ; NICO, 2002, p. 26-27).

O enfoque da Psicolinguística, ramo concorrente da Psicologia Cognitiva e da Linguística Aplicada, julgam a capacidade de ler tarefa árdua. A compreensão leitora inicia com processos perceptivos e processos lexicais culminando na decodificação. Logo, esse entendimento, está atrelado ao processo de memorização. É através dessa consciência que vai se construindo um leitor.

Para a aprendizagem da criança disléxica, respeitar as etapas, dando tempo adequado para que façam a atividade, utilizando recursos visuais, lendo todas as atividades em voz alta antes de iniciar (para garantir a compreensão de todos), é essencial e para isso o professor deve adequar sua maneira de trabalhar, se necessário, afim de permitir que o educando supere suas dificuldades, iniciando com a percepção visual e entendimento do conteúdo explícito no texto, para posteriormente a interpretação de conteúdos implícitos, que de maneira geral são mais complexos.

O aluno com dislexia tem um ritmo diferenciado e rendimento mais lento que os outros, por isso pressionar não colabora com o processo de aprendizagem e ainda pode desencadear uma situação de exclusão deixando o aluno desestimulado e suscetível a ser indisciplinado por não se enxergar capaz.

O fracasso na compreensão da linguagem e leitura inevitavelmente fará com que o aluno tenha dificuldades em outras disciplinas, pois será incapaz de decifrar exercícios e textos. Este aluno que não lê, usualmente é melancólico, agressivo e angustiado, na mesma proporção a leitura para este indivíduo é a superação destas dificuldades. A possibilidade de uma dificuldade como a dislexia deve ser comunicada imediatamente aos responsáveis do educando visando uma ação em parceria.

O QUE DEVE SER MUDADO PARA A MELHORIA NO ENSINO

A necessidade de "mudança" na educação, de forma geral é um assunto complexo ao se falar de políticas educacionais, pois as muitas críticas aos sistemas antigos de ensino são baseadas em argumentos plausíveis, porém "mudança" não é sinônimo de melhora, as muitas teorias de aprendizagem evidenciam isso. As necessidades são individuais e enquanto esse atendimento não conseguir suprir individualmente, sempre haverá lacunas de alunos que não se adaptaram a determinada metodologia.

Existe sim, uma falta de preparo de muitos que estão envolvidos no processo de aprendizagem, desde escola até as famílias, e, consequentemente a sociedade. Enquanto um professor inclui o coleguinha de sala, exclui e vice-versa. O aluno que possui uma dificuldade de aprendizagem necessita ainda mais que os outros, contextualizar o lúdico, de forma que o seu conhecimento seja despertado não de forma impositiva, mas através do interesse.

Atualmente, uma série de implementações com alterações de conteúdo, metodologias e formas de avaliação vem acontecendo em todas as esferas nacionais, partindo da educação federal através da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A sociedade pede essa mudança por enxergar a evolução digital como um impulsionador nesse desenvolvimento.

O aprendizado com tecnologias são desafios que até agora não foram encarados corretamente e as adaptações chegam a ser bizarras, pois usar um vídeo em sala de aula colabora com a visualização de maneira lúdica, mas está muito distante do potencial que a tecnologia pode oferecer ao aprendizado de nossos educandos. Os recursos na grande maioria das escolas públicas são mínimos e muitas vezes sucateados, financeiramente, acompanhar a evolução tecnológica é um desafio muito maior que superar as dificuldades da dislexia. Dessa forma muitos educadores entregam tudo de si com o pouco material que possuem.

Essas contradições estão presentes em diversas situações. Nossa sociedade atual exige pessoas com conhecimentos diversificados com uma leitura compreensiva, mas muitas vezes os educandos leem e escrevem o que a escola manda. Desenvolver um hábito de leitura já é um desafio comum

no nível de escolarização, o aluno com dislexia sofre ainda mais nessa situação. A partir de dados do Enem podemos ver o quanto as escolas brasileiras retrocedem tornando contrária as ideias de uma sociedade letrada.

A partir da prática de motivação de pensar e repensar devemos desenvolver sua análise de percepção crítica, bem como fazer e, sobretudo, para o refazer. O objetivo é construir o conhecimento, para estimular a capacidade de reconstruir, um entrelaçado entre o ler e o escrever, à própria prática refletida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não houver uma mudança de mentalidade do sistema de ensino, incluir simplesmente por incluir, então que não se acabem as classes especiais e APAES, porque o nosso sistema manda incluir, mas não prepara a escola e os educadores para garantir uma verdadeira inclusão.

Na declaração de Salamanca (1994), destaca-se que os governos estabeleçam mecanismos de participação descentralizados para planejamento, revisão e estruturação da educação, para que a aprendizagem seja adaptada às crianças e não as crianças adaptadas ao processo de aprendizagem. E no processo da escola inclusiva é fundamental que todos os educadores que constituem um fator-chave na promoção do processo de aprendizagem, devam ser modelos para as crianças portadoras de deficiência.

A Declaração de Salamanca é clara, mas o que falta para as nossas escolas é o conhecimento do processo da educação inclusiva. Aos nossos educadores falta o conhecimento da lei federal para os portadores de deficiência, falta até mesmo esse conhecimento para o portador da deficiência, se não fosse assim ele exigiria mais do sistema de ensino e muito do que conhecemos mudaria de fato.

O preconceito e a discriminação com relação a alunos com dificuldades de aprendizagem se estendem da mesma forma e são baseados principalmente em conceitos errôneos, ignorâncias e temores herdados da cultura: a sociedade traz ideias distorcidas, ou seja, ignorâncias quanto aos portadores de transtornos e estas ideias interferem na vida da criança que acaba se achando incapaz de viver uma vida normal.

Sabemos que uma pessoa com dislexia pode desenvolver suas habilidades, se a mesma desde muito cedo for estimulada e acreditar em seu potencial.

Todos os alunos têm os mesmos direitos que todas as outras pessoas: de viver com liberdade, criatividade e conforto e de desempenhar a função de sua escolha de acordo com suas capacidades. Só precisam de apoio e de equidade, ou seja, precisa de uma escola inclusiva de verdade, não só uma utopia, inclusiva com seriedade, capaz de incluir o estudante na escola e na sociedade.

REFERÊNCIAS

BUNCE, Betty H. (1996). **Linguagem de sala de aula**. In GERBER, Adele. Problemas de aprendizagem relacionados à linguagem: sua natureza e tratamento. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas. P.136-157.

CONDEMARÍN, Mabel BLOMQUIST, Marlys (1989). **Dislexia; manual de leitura corretiva**. 3ª ed. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas.

DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos: Leitura e Produção de Textos**: Porto Alegre: Artmed,1998.

FERREIRO, E. **Alfabetização e Cultura Escrita**. Revista Nova Escola, São Paulo, Maio 2003.

FOUCAMBERT, J. A. **Criança, o Professor e a Leitura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GARCIA, Jesus Nicasio. (1998). **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas.

HOFFMAN, J. **Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOUT, Anne Van, SESTIENNE, Francoise. (2001). **Dislexias: descrição, avaliação, explicação e tratamento**. 2ª ed. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas.

JAMET, Eric. **Leitura e aproveitamento escolar**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2000.

SANTOS, Maria Thereza Mazorra dos; NAVAS, Ana Luiza G.P. **Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática**. São Paulo: Editora Manole Ltda., 2002. 389p

DISLEXIA: Sugestões para professores. Disponível em: < http://www.portaltrocandoideias.com.br/?p=2644 > Acesso em: 12 de agosto de 2014.

EDIR, Anne Caroline De Brito; MATOS, Larissa Aves Leite; MEIRA, Heliana Beatriz Barbosa: **A Neurobiologia da Dislexia**. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org/neuroemdebate/?p=1126#:~:text=A%20dislexia%20%C3%A9%20uma%20das,em%20que%20o%20indiv%C3%ADduo%20vive.> Acesso em: 27 de junho de 2020.

LAJOLO, M. **Do Mundo da Leitura**. São Paulo: Ática, 1999.

MARCHESI, A.; MARTINS, E. **Qualidade do Ensino em Tempos de Mudança**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARTINS, Vicente. (2002). **Linguística Aplicada às dificuldades de aprendizagem relacionadas com a linguagem: dislexia, disgrafia e disortografia**. Porto Alegre: Artes Médicas.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: Das Intenções à Ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. São Paulo: Editora Alegro, 2002. 166p.

PIAGET, J. **Para onde vai a Educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

A importância do brincar na educação infantil e o desenvolvimento da criança

Natassia Paula Marques Domingues

RESUMO

Este estudo tem como objetivo destacar a importância do brincar na educação infantil. A temática da pesquisa envolve, essencialmente, a reflexão sobre o desenvolvimento a criança em seus aspectos sócio afetivo, cognitivo, psicomotor e fisiológico, além do papel do professor na oferta de brinquedos, na proposição de brincadeiras e na mediação junto às crianças presentes nas escolas de Educação Infantil. O artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada em documentos oficiais do Ministério da Educação e em aprofundamentos teóricos de Vygotsky. Conclui-se que o lúdico deve ser colocado constantemente em questão e em prática nas instituições, particularmente na educação infantil, pois é uma etapa de ensino que trabalha com crianças, pois no brincar, ela não apenas aprende conteúdos escolares, mas sim aprende sobre a própria vida e a viver em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico. Brincadeiras. Jogos. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a Educação Infantil vivencia um período significativo na consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) homologada em 17 de dezembro de 2009, pelo Ministério da Educação (MEC). Esse documento apresenta como eixos norteadores da prática pedagógica na Educação Infantil, as interações e a brincadeira.

Assim, questiona-se qual a importância do brincar para o desenvolvimento da criança na educação infantil?

Ressalta-se que objetivo principal do estudo é aprofundar a importância do brincar e das brincadeiras pautado em pesquisas de renomados autores. Pretende-se ainda, como objetivo especifico apontar o brincar como linguagem prioritária da criança na Educação Infantil, viabilizando, inclusive, a brincadeira como conteúdo, meio e finalidade da Educação Infantil.

A criança presente na Educação Infantil (faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses) vive um período intenso de descobertas e aprendizagens, os seus pensamentos, emoções e ações são pautados por meio da imaginação, da ludicidade, do simbolismo e da representação, características presentes no brincar e nas brincadeiras infantis.

Justifica esse estudo no fato de essa temática envolve, essencialmente, a reflexão sobre o desenvolvimento da criança em seus aspectos sócio afetivo, cognitivo, psicomotor e fisiológico, além do papel do professor na oferta de brinquedos, na proposição de brincadeiras e na mediação junto às crianças presentes nas escolas de Educação Infantil. O artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada em documentos oficiais do Ministério da Educação e em aprofundamentos teóricos de Vygotsky.

1. O LÚDICO

O lúdico está presente em toda fase da vida dos seres humanos, sendo essencial para sua existência, fazendo-se presente e acrescendo um diferencial positivo na relação social e cultural, desta forma possibilita um melhor desenvolvimento e criatividade de seus participantes (RICHARDSON, 2007).

Cada teórico tem sua maneira de ver o processo de construção do lúdico, Dantas (1998, p. 111) afirma "[...] o termo lúdico refere-se à função de brincar (de uma forma livre e individual) e jogar (no que se refere a uma conduta social que supõe regras). "

De acordo com Andrade e Sanches (2005) o jogo é como se fosse uma parte inerente do ser humano e pode ser encontrado, na Filosofia, na Arte, na Pedagogia, na Poesia (com rimas de palavras), e em todos os atos de expressão.

A habilidade de brincar desenvolve nos educandos um ambiente propício para resolução das dificuldades que os rodeiam.

> [...] A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo. (ALMEIDA, 2006, p.11)

Para Vygotsky (1984), o ato de brincar possui um papel de grande importância na constituição do pensamento infantil. Para este teórico, enquanto brinca e joga, a criança desvenda sua situação cognitiva, visual, auditiva, tátil e motora, além da habilidade ao qual aprende a entrar em uma relação com eventos, pessoas, coisas e símbolos.

É a partir do lúdico que, a criança constrói o seu próprio pensamento. De acordo com as perspectivas de Vygotsky a elocução, possui respeitável função no alargamento cognitivo da criança, pois na medida em que sistematiza seus conhecimentos, colabora na disposição dos processos decorrentes em curso. Para ele:

> A brincadeira cria para as crianças uma "zona de desenvolvimento proximal" que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz. (VYGOTSKY, 1984 p.97).

Por meio das atividades lúdicas, pode-se observar que a criança inicia um processo de representação do cotidiano frente à combinação entre experiências atuais e passadas, assim, originam novas interpretações e reproduções do real, estas situações variam de acordo com suas afeições, necessidades, desejos e paixões, estimulando consequentemente a sua criatividade.

Ainda de acordo com Vygotsky (1984) o desenvolvimento não é linear e sim evolutivo e, nesse trajeto, a imaginação se alarga. Quando a criança brinca e desenvolve a capacidade para determinado tipo de conhecimento. Esta dificilmente perde a sua expansão imaginária. É com a formação de conceitos que se dá a verdadeira aprendizagem e é no brincar que está um dos maiores espaços para a formação de conceitos.

Por isso o professor deve ser estimulador do prazer pela aprendizagem por meio do lúdico, para que assim os educandos possam ter mais interesse pelo espaço escolar, pois a arte de brincar e jogar são formas prazerosas de se aprender, estas enquanto geram espaço para reflexão, propiciam um grande avanço no raciocínio, no desenvolvimento e no pensamento, além de estabelecer relações sociais que ajudam a compreender o meio, satisfazer desejos, desenvolver habilidades, conhecimentos e a criatividade (FRIEDMAN, 1996).

Para Dallabona e Mendes (2004), as crianças brincam cada vez menos por inúmeras razões, entre elas então: o amadurecimento precoce e a redução violenta do espaço físico e do tempo de brincar, ou seja, o excesso de atividades atribuídas, tais como escola, natação, inglês, computação, ginástica, dança, pintura, entre outras.

Estas atividades tomam muito o tempo das crianças, que começam a não ter mais tempo para brincar, e muitas vezes consideram seus passatempos como, ficar horas em frente à televisão e ou divertir-se com jogos violentos e rodeados de brinquedos eletrônicos, estas brincadeiras quase ou até não promovem interações, pois as crianças ficam determinadas pelo brinquedo. (DALLABONA; MENDES 2004).

Estes comportamentos fazem com que a criança comece a não mais interagir com o meio social, passa a ser objeto da interação dos meios, ou seja, um mero expectador de seus próprios desejos, podendo se tornar um cidadão sem vontade própria. O mais grave é que todos estão esquecendo a importância do brincar, os brinquedos virou supérfluo, agora os presentes são diferentes, um tênis, uma roupa de grife, um videogame, um celular, entre outros, todos esses substituíram o que antes era o divertimento da criançada (FRIEDMAN, 1996).

De acordo com Dallabona e Mendes (2004, p.06) "É preciso quebrar alguns paradigmas e entender que o brinquedo é um investimento em crianças sadias no ponto de vista psicossocial".

Vários estudos e pesquisas têm comprovado a grande importância que as atividades lúdicas fornecem ao aprendizado em geral, podendo destacar fatores como, o desenvolvimento das potencialidades, proporcionando condições adequadas ao seu crescimento físico, motor, emocional, cognitivo, e social (FRIEDMAN, 1996).

São lúdicas as atividades que propiciam a experiência completa do momento, associa a ação, o pensamento e o sentimento. A criança se expressa, assimila conhecimentos e constrói a sua realidade quando está a praticar tais brincadeiras, com isso, espelha a sua experiência, transforma a realidade de acordo com seus gostos e interesses (RIBEIRO, 1998).

2. O PAPEL DO PROFESSOR

Apesar de o jogo ser uma atividade espontânea nas crianças, isso não significa que o professor não necessite ter uma atitude ativa sobre a brincadeira, ou seja, muito pelo contrário, este deve ter uma atenção voltada à observação que lhe permitirá conhecer muito sobre as crianças com quem trabalha.

Pode-se destacar algumas funções do professor frente às brincadeiras e jogos: Providenciar um ambiente adequado para tais atividades: A criação de espaços e tempos para os exercícios lúdicos é uma das tarefas mais importantes do professor, na educação inclusiva com alunos com deficiência, cabe-lhe organizar os espaços de modo a permitir as diferentes formas de brincadeiras, por exemplo, algo em que as crianças ao realizar um jogo mais sedentário (jogo de damas) não sejam atrapalhadas por aquelas que realizam uma atividade onde exige maior mobilidade e expansão de movimentos (brincadeira do vivo ou morto).

Selecionar materiais adequados: O professor precisa estar atento à idade e às necessidades de seus alunos para poder selecionar e deixar a disposição materiais adequados. O material deve ser suficiente tanto quanto à quantidade, como pela diversidade, além do interesse que despertam e ou material os quais são feitos. Vale ressaltar sempre a importância de respeitar e propiciar elementos que favoreçam a criatividade e interação das crianças, nesse contexto destacando o lúdico utilizando a sucata, pois trata-se de um exemplo de material que preenche vários destes requisitos.

Permitir a repetição dos jogos: As crianças sentem grande prazer em repetir jogos que conhecem bem, estas se sentem seguras quando percebem que contam cada vez com maiores habilidades em responder, ou seja, executar o que é esperado pelos outros, sentem-se seguras e animadas com a nova aprendizagem.

Enriquecer e valorizar os jogos realizados pelas crianças: Uma observação atenta pode indicar ao professor que sua participação seria interessante para enriquecer a atividade desenvolvida, introduzindo novos personagens ou novas situações que tornem o jogo mais rico e interessante para as crianças, desta forma aumenta as possibilidades de aprendizagem. Valorizar as atividades das crianças, demonstrar interesses, animando-as pelo esforço, priorizar a coletividade à competição. Outro modo de estimular a imaginação das crianças é servir de modelo, brincar junto ou contar como brincava, enfim as suas aventuras quando tinha a idade delas, deve-se frisar que muitas vezes o professor não percebe a seriedade e a importância dessa atividade para o desenvolvimento da criança, ocupa-se naquele instante com outras tarefas e perde assim a chance de observar atentamente além da oportunidade de poder refletir sobre o que as crianças estão a fazer, assim como, perceber o seu desenvolvimento, acompanhar sua evolução, suas novas aquisições, as relações com as outras crianças e com os adultos. Para tanto, torna-se importante a elaboração de uma planilha, pode ser criado uma espécie de guia de trabalho pelo professor, algo que sirva de observação e acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos (FRIEDMAN, 1996).

Ajudar a resolver conflitos: Durante certos momentos das brincadeiras ou jogos, pequenos conflitos tendem a acontecer entre as crianças, nessa situação, a atitude mais produtiva do professor é conseguir que as mesmas procurem resolve-los, ensinando-lhes a chegar a um acordo, ou seja, por meio do diálogo saber negociar e solucionar o problema.

Respeitar as preferências de cada criança: Através dos jogos cada criança terá a oportunidade de expressar seus interesses, necessidades e preferências, nesse contexto, o papel do professor será o de propiciar-lhes novas oportunidades e novos materiais que enriqueçam seus jogos, porém, devem-se respeitar os interesses e necessidades da criança de forma a não forçá-la a realizar determinado jogo ou participar de algo o qual não está interessada naquele momento, pois atitudes contrárias podem gerar desinteresses futuros.

Conclui-se que segundo a visão de vários teóricos citados acima, o lúdico é um importante instrumento pedagógico e pode ser muito bem utilizado no processo de adaptação e inclusão social da criança portadora de deficiência (RICHARDSON, 2007).

3. EDUCAÇÃO INFANTIL E A PROPOSTA DE UM NOVO ENSINO

Abordar a Educação Infantil significa, antes de qualquer coisa, considerar a criança e o desenvolvimento de seu potencial, pois é para ela que devem convergir todas as ações. A Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral, visando um clima de bem estar físico, afetivo-social e intelectual, mediante a proposição de atividades lúdicas que promovam a curiosidade e a espontaneidade, estimulando novas descobertas e o estabelecimento de novas relações a partir do que já conhece (FERNANDEZ, 2001).

A LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasil (1997) representou um significante avanço conceitual, colocando a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, com a promoção dos aspectos físicos, psicológicos, sociais, intelectuais e culturais.

Apesar dos livros e currículos da Educação Infantil ressaltar que essa etapa de ensino está bem definida como um momento de desenvolvimento integral da criança, o reconhecimento da sua função pedagógica é recente. Embora ainda sejam predominantes, a nível oficial, as práticas de caráter compensatório, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) no artigo 29, reconhece textualmente que:

> A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvol-

> vimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1997).

E que deve ser ofertada segundo o artigo 30 desta mesma Lei (LDB 9394/96) em Creches e Pré-escolas. No decorrer dos séculos, a educação infantil manteve-se como um local de cuidados com as crianças, sem um trabalho pedagógico específico. Mas, no final do século XX, especificamente no Brasil, houve mudanças nas tendências educacionais, e a educação infantil começou a ser considerada também como um processo educativo (BRASIL, 1997).

Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil a prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

• Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

• Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;

• Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

• Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vistas com os dos demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

• Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

• Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

• Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

• Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, p.63).

Em relação às propostas de ensino, o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1998), propõe um diálogo que supõe atentar para duas dimensões garantindo a efetividade das propostas: uma de natureza externa; outra, interna às instituições.

Quanto às condições externas, este documento ressalta que é importante considerar que grande parte da população do mundo desfruta de condições desfavoráveis de vida, que dificultam e até impedem o desenvolvimento do potencial que todos os indivíduos têm. A Educação Infantil poderá minimizar os efeitos das carências de várias ordens que, certamente, influenciarão no desenvolvimento subsequente do indivíduo (BRASIL, 1998).

As carências podem ser várias: a desnutrição, a violência, os abusos e maus tratos e problemas de saúde. Não há dúvidas de que privações e carências nos primeiros anos de vida são muito mais graves e influenciam negativamente o desenvolvimento do indivíduo, mais do que em outros períodos da vida. O conhecimento destas questões permite a elaboração de propostas curriculares mais significativas.

Sobre as condições internas, o Referencial Curricular Nacional (BRASIL, 1998) revela que o atendimento nas creches e pré-escolas é diferente, especialmente a idade em que a criança é atendida e o horário de funcionamento.

Essas questões influenciam na elaboração dos conteúdos que devem ser diversificados. Essa proposta pedagógica deve ser elaborada de forma coletiva com a participação de todos os envolvidos no processo.

4. OS BENEFICIOS DAS ATIVIDADES LÚDICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

São vários os benefícios das atividades lúdicas, entre eles estão; assimilação de valores, aquisição de comportamentos, desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, aprimoramento de habilidades e socialização (RICHARDSON, 2007).

Quanto ao tipo de atividades lúdicas existentes, são muitas, podemos citar; desenhos, brincadeiras, jogos, danças, construir coletivamente, leituras, softwares educativos, passeios, dramatizações, contos, teatro de fantoches, etc (RIBEIRO, 1998).

O lúdico pode ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que permita buscar uma situação de interação, no entanto, tão importante quanto ao tipo de atividade lúdica é a forma como esta é dirigida, ou seja, como é vivenciada, e o motivo de ser trabalhada. Toda criança ao participar constantemente de atividades lúdicas, adquire novos conhecimentos, desenvolve habilidades de forma natural e agradável, isto gera um forte interesse em aprender e torna então algo prazeroso (FRIEDMAN, 1996).

Na educação de alunos com deficiência, quando utilizada essas atividades, eles brincam, jogam e se divertem. Nesse entretenimento, os mesmos agem, sentem, pensam, aprendem e se desenvolvem gradativamente, tais atitudes favorecem um ambiente agradável em que a sociabilidade, respeito e aceitabilidade entre os educandos são fatores que estão sempre presentes (FRIEDMAN, 1996).

As Atividades Recreativas têm grande importância para as crianças, porém não é comum que projetos pedagógicos com o lúdico sejam desenvolvidos nas escolas.

O professor, como educador, deve propor atividades como música, educação física, teatros, artes, clubes literários, entre outros, para favorecer à criança o desenvolvimento de auto expressão.

Muitas dúvidas sobre como brincar surgem para a maioria dos educadores, porém é necessário que esta forma lúdica de aprendizagem seja ampliada por meio de alguns fatores importantes como:

Conteúdo – Seria efetuado a partir do cotidiano local, podendo ocorrer mesmo na atual organização curricular, ou seja, mesmo sem as condições ideais;

Forma – Respeitando o ritmo dos alunos, mas não ignorando as diferenças na apropriação de saber entre professores e alunos, uma vez que esse reconhecimento é necessário para a própria superação dessas diferenças;

Abrangência – Sua abrangência poderia ser efetuada ultrapassando o âmbito dos alunos regularmente matriculados, mas se estendendo a família da criança, usando como possibilidade de influência de conteúdo, calendário e programações;

Espaço – Podem-se ultrapassar os limites dos muros dos prédios escolares, estendendo-se a outros equipamentos da comunidade próxima;

Elemento Humano - Envolvem um grupo de educadores, englobando professores, funcionários, administradores, lideranças culturais informais;

Recursos Materiais – Utilizando os poucos recursos que lhe são destinados, aliado a solução alternativa da comunidade local, não significando deixar de exercer pressão para obtenção de recursos do poder público (isto no caso de escolas públicas). Pode ser usado como material instrução ou de recreação (MALUF, 2004 apud BRANDÃO, 2004, p. 16).

As crianças aprendem a ler, lendo; aprendem a escrever, escrevendo; e é nesse esforço que elas vão experimentando e aprendendo a língua materna e suas normas de convenção. (FRIEDMAN, 1996).

A Base Alfabética da criança é construída quando estimulada e colocada frente a objetos de conhecimentos como por exemplo: leitura e escrita – com as letras, palavras e textos (RIBEIRO, 1998).

Os Jogos como recursos para a alfabetização, auxilia as crianças no contato com a escrita e a leitura desde cedo, proporcionando uma construção maior de sua base alfabética por meio da evolução desses conhecimentos lúdicos (RIBEIRO, 1998).

Caberá ao professor selecionar os jogos que melhor se adaptam ao nível de seus alunos. As próprias crianças fornecerão aos professores indicadores quanto à propriedade dos mesmos, no decorrer do processo de alfabetização.

O preparo e a postura do professor constituem aspectos muito importantes no desenvolvimento desta proposta, pois ele precisa acreditar segundo Benjamin (2016, p. 65):

• na capacidade da criança que aprende;

• que o sistema de linguagem escrita é reinventado pelos alunos;

• que a criança evolui construindo e reformulando suas hipóteses;

• que não é necessário "ensinar" o tempo todo, mas possibilitar interações, interlocuções, confrontos e troca de pontos de vista;

• que os conflitos são benéficos e necessários, pois provocam o progresso cognitivo;

• que é preciso criar um clima propício do saber e intercâmbio de opiniões;

• que o aluno tem à sua maneira de aprender;

• que é preciso permitir à criança aprender.

É necessário conhecer e entender a maneira de aprender das crianças, ou seja, os caminhos que são percorridos até que se chegue ao processo de leitura e escrita (FRIEDMAN, 1996).

O professor tem um papel importante nessa passagem do aluno, pois ele será mediador do conhecimento, das brincadeiras, dos jogos, do conteúdo e da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o brincar como um recurso pedagógico na escola de educação infantil, constata-se que ele é de fundamental importância para a aprendizagem diária e o desenvolvimento da criança. Assim, compreende-se que o brincar possibilita o progresso infantil em seus vários aspectos, promovendo seu desenvolvimento global. Além disso, o lúdico possibilita que a criança explore o mundo ao seu redor, ao mesmo tempo em que se conhece. Assim, a atividade lúdica

aumenta a autoestima da criança, auxiliando-as no processo de aprendizagem e na superação progressiva de suas limitações, isto realizado de forma criativa. Desta forma, pode-se dizer que o lúdico contribui também para o desenvolvimento da criatividade infantil.

Diante disso, propõe-se que os professores utilizem o lúdico como uma atividade voluntária, considerando-o como um recurso pedagógico que motiva a criança e com isso, as aulas e as atividades didáticas podem se tornar mais desafiantes e criativas, pois permite maior envolvimento e compromisso da criança com o conhecimento escolar.

A escola, como agência social, está capacitada para estimular e desenvolver um aprendizado de qualidade e responsável de modo a oferecer às crianças um espaço lúdico em que possam ser desenvolvidas atividades estimulantes ao crescimento e à aprendizagem (FRIEDMAN, 1996).

A intervenção pedagógica do professor tem um papel fundamental na formação daqueles que passam pela escola, daí a importância de se formar profissionais capazes, atuantes, críticos e comprometidos com a interação social do aluno e o crescimento intelectual motivado pelo desenvolvimento intelectual, lúdico e social dos mesmos. Entretanto, essas contribuições não se restringem à área dos jogos, visto que toda unidade escolar deve estar unida em torno de seu principal objetivo: a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo (FRIEDMAN, 1996).

E finalmente, pode-se afirmar que o brincar deve ser colocado constantemente em questão e em prática nas instituições, particularmente na educação infantil, pois é uma etapa de ensino que trabalha com crianças, pois no brincar, ela não apenas aprende conteúdos escolares, mas sim aprende sobre a própria vida e a viver em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2006.

ANDRADE, O. G; SANCHES, G. M. M. B. **Aprendendo com o Lúdico**. In: O desafio das letras, 2., 2004, Rolândia, Anais. Rolândia: FACCAR, 2005.

BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: 34, 2016.

BRANDÃO, D. L. **O lúdico na Educação Infantil**. TCC – Faculdade Afirmativo-Curso Pedagogia, Cuiabá (MT), 2004. Disponível em: <http://pt.scribe.com/doc/26604474/O-Ludico-na-educacao-infantil>. Acesso em 10 fev. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Formação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 17 abr. 2017.

DALLABONA, S. R; MENDES, S. M.S. **O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar**. Revista de Divulgação técnico-científica da ICPG, vol. 1, n. 4, Santa Catarina, 2004.

DANTAS, H. **Brincar e Trabalhar**. KISHIMOTO, T. M. (org). Brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1998.

FERNANDEZ, A. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FRIEDMANN, A. **Brincar crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

RIBEIRO, L. **O real do construtivismo**. Belo Horizonte: FAPI, 1998.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. Trad. José Cipolla Neto et al. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

A complexa missão de lecionar no século XXI

Priscila Soares da Silva

RESUMO

A importância do profissional da educação e a complexa rotina em alcançar seus objetivos, em uma sociedade que sofreu muitas mudanças sociais e tecnológicas. Como proceder com a sua pratica em sala de aula que continua a mesma, porém os sujeitos não são mais os mesmos, com essa problemática o profissional da educação busca mudanças para objetivar seu trabalho e alcançar êxito na formação integral dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do Professor. Formação integral. Práxis. Mudanças Sociais. Avanços Tecnológicos.

INTRODUÇÃO

A realização do referido trabalho, tem como objeto de estudo o papel do professor em uma sociedade contemporânea, que se mostra complexa, pois, as pessoas mudaram a forma de estudar, se comunicar e se relacionar,

se transformou, em contrapartida a escola não se transformou, não acompanhou esse ritmo de mudança acelerada que faz com que alguns educadores se estagnem em suas práticas e métodos que eles acreditam ser eficazes.

A realização desta pesquisa partiu de interesses pessoais em admiração pelo cotidiano escolar, pelo poder de transformação do ser humano dentro das unidades escolares e como a escola e o professor se caracterizam como autores importantes para a formação integral dos sujeitos que passam por eles. Essa formação é resultado do dia a dia educacional e pode transformar opiniões, expectativas e objetivos desses educandos nas instituições educacionais.

Para a formação integral do indivíduo o professor busca novas formas, metodologias, formação contínua de estudos, mudanças governamentais que interferem de forma direta sua prática em sala de aula, com todos esses fatores externos a sala de aula ainda precisa conhecer seus alunos, adequar suas aulas aos conhecimentos dos mesmos, mediar conflitos boa parte do tempo, conciliar sua jornada, muitas vezes dupla jornada de trabalho, com cobranças inerentes ao ato de lecionar. Toda essa pressão faz com que o profissional se sinta sufocado, amedrontado, e não poucas vezes frustrado.

O dia a dia na escola e exigências sofridas faz com que aos poucos o professor perca sua autonomia, se transformando em um executor de tarefas burocráticas e até mesmo reprodutor de currículos prontos fazendo com que ele perca sua identidade e capacidade de refletir sobre a prática na sala de aula, a reflexão sobre a pratica é indispensável e traz mudanças significativas para a aprendizagem, pois dentro desse processo é possível ver os avanços e retrocessos dentro do processo de aprendizagem.

Muitas mudanças aconteceram mais ainda há muito a se fazer, pois a sociedade que está inserida na escola mudou, e não pode ser deixada para trás, deve rever a forma de se comunicar com os sujeitos, organizar as salas com um layout mais atrativo, aulas mais dinâmicas e lúdicas para os jovens que tem a tecnologia a seu favor. Para aprender a ensinar nessa nova era torna-se necessário criar e saber-fazer, modificando atos e pensamentos. Durante todo o processo de ensino e aprendizagem precisamos construir campos de sentido, de ações, intervenções e modo de ser.

A educação sempre se constituiu propulsora da civilização com isso traz em si mesma a responsabilidade de constante evolução técnica, cientifica e cultural. Na atualidade mostra um papel mais decisivo, e é dela que se espera a transformação. Desta forma, não houve tanta preocupação com a práxis educativa desenvolvida na contemporaneidade como atualmente, pois e dela que submergem a esperança de transformação em busca de uma sociedade integralmente formada em vários âmbitos visando uma realidade mais justa e igualitária.

Muito se fala em educação nos últimos dias talvez isso aconteça pela incansável busca para encontrar soluções para várias problemáticas vividas que são inerentes ao dia a dia do professor. A globalização e os avanços tecnológicos forçam a escola a uma adequação, pois essas novas tecnologias transformam as relações pessoais com o objeto de estudo, em um contexto geral tem mudado a forma de pensar, pois o acesso a informação mudou transformando a escola, que não pode ser considerada única fonte de conhecimento.

Todas as mudanças sofridas pela sociedade também refletem de forma direta na profissão do professor, profissionais estes que estão enfrentando os maiores desafios modificações que estão cada vez mais aceleradas.

Os professores são valorizados pelo seu poder de comunicação através de sua pratica o mesmo tem o poder de transformação e são considerados pela sociedade peças fundamentais na preparação das pessoas capacitando-as para participarem com competência deste mundo tão competitivo e globalizado.

A nossa atualidade é marcada pela política do estado mínimo, neoliberal, caracterizada por várias privatizações e por uma dependência de países considerados “Países em desenvolvimento” em relação a organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.). No Brasil, a redemocratização e a constituição de 1988 transformaram e prepararam o Brasil para novas tendências Globais. Essas transformações modificam muitos aspectos na educação brasileira. Muitas reformas educacionais nos anos 1990 ansiavam reorganizar a educação visavam atender os imperativos das políticas de eliminação da pobreza.

A globalização modificou a função primordial da educação, que antes era vista como elevador social, porém não mais vista assim, como forma de elevar os níveis de conhecimento atingindo uma elevação socioeconômica. Muitos envolvidos na educação enxergam a escola como salvadora da educação, como única possibilidade social em um pais com muita desigualdade como o nosso. Dessa forma ainda há muito que se discutir e fazer para atingir essas expectativas na educação que é indispensável para o desenvolvimento geral do nosso país.

Dentre os desafios enfrentados pelos professores a precarização do trabalho docente é uma das maiores angustias. Apesar das reformas escolares proporcionarem meios para uma gestão democrática, participativa e ligada as transformações que acontecem na sociedade, os profissionais envolvidos parecem não estar atendendo devidamente a esses estímulos, que coloca o professor como centro do processo da reorganização da escola. Essas transformações causam mudanças na participação da comunidade para efetivação de projetos de cidadania e de democratização do ensino. Haja vista a importância

do professor na construção de valores de em uma sociedade, contrapartida o mesmo profissional sofre simultaneamente a desqualificação e desvalorização.

Sobre esse dilema:

O professor diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante [...]. Nesse contexto é o que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. (OLIVEIRA, 2004, p. 1.132)

A exemplo destes dilemas do professor esses vários papéis desempenhados por ele traz uma sensação de falta de profissionalismo, porem quando não desempenhado por ele, enfrenta dificuldades para objetivar seu trabalho de maneira efetiva, o ser humano precisa se desenvolver em vários âmbitos para uma formação integral, é neste momento que o educador faz a execução de agente público, quando observa seu aluno precisa de auxilio de outros departamentos, se torna assistente social por perceber que algum estudante está sofrendo alguma vulnerabilidade em relação aos recursos básicos para sua saúde, enfermeiro quando percebe que o mesmo não está bem de saúde, mas mesmo assim foi à escola, ou até mesmo algum problema de saúde que o impede de avançar, psicólogo quando apresenta algum bloqueio de se relacionar e aprender, mediador de conflitos, pois é um cenário muito frequente, todos esses papéis do professor não são desempenhados por vontade própria mas porque sem estas observações o seu trabalho não se desenvolve, pois a formação do ser humano é alcançadas ao passar por todos os níveis.

Ainda sobre a importância que a escola tem para sociedade deve-se ressaltar que ainda há muito que se fazer para que os sujeitos que passam por ela obtenham a ascensão, ou seja, o sucesso profissional que se busca tanto, alguns investimentos são indispensáveis para que a educação tenha ainda mais poder, esses investimentos vão contra a uma política de estado mínimo neoliberal que vivemos, ou seja a uma diminuição de gastos, esse fato reflete de forma muito significativa dentro da escola, essa redução de custos gera a falta de materiais de uso permanente, computadores acesso à internet, livros, dentre outros recursos que contribuem para a execução de projetos e trabalhos dos estudantes. Outro fator muito importante é o investimento nos profissionais da educação com aumentos de salários, formações profissionais, acesso a cursos de mestrado e doutorado, todos esses investimentos contribuem para a aprendizagem dos educandos.

No que diz respeito ao salário dos profissionais da educação pode afirmar que é um dos mais baixos, isso faz com que o profissional se exponha a uma carga horária muito extensa, não consegue trabalhar apenas em uma rede de ensino, e acumula cargos para ampliar a renda, com essa carga horária extensa não tem tempo de qualidade para formação profissional, planejamento de aulas, assiduidade no trabalho por vários fatores como problemas de saúde variados, psicológicos, estresse, cansaço físico e mental, que ocasionará em um baixo rendimento em sala de aula. Anualmente esses profissionais se manifestam em passeatas para reivindicar seus direitos, buscam por melhores condições de trabalho, aumento de salários, menos alunos por sala, formações profissionais, plano de carreira, aposentadoria especial entre outros. Por isso que o ato de educar é indissociável da política.

Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro. (FREIRE, 1990, p. 1. 132)

O ato de ensinar é um ato político que exige do professor a manifestação sobre as mudanças que ele tanto almeja, ficar neutro mediante a uma situação faz com que a Educação seja um setor cada vez mais esquecido, se a sociedade enxerga a escola como fundamental para o desenvolvimento do país esse setor não pode viver de sobras, pelo contrário deve ser prioridade nos investimentos para que os jovens tenha formação digna para concorrer no mercado de trabalho, encontrar caminhos e saída de situações de pobreza e vulnerabilidade. Para tanto a visão de que pode ser feita de qualquer jeito precisa mudar. O objetivo do professor se mostra distante pois ele depende de apoio de vários setores públicos, que nem sempre tem agilidade para o atendimento, como o setor de saúde por exemplo a falta de médicos, recursos, medicamentos, psicólogos, todas essas parcerias são fundamentais para a formação do educando, que inúmeras vezes não avança e se forma um grande questionamento sobre a causa desta defasagem, que frustra pais, professores e o próprio aluno, que além de não avançar pode ter sua situação cada vez mais afetada, por não conseguir ele se torna "diferente" traz um estigma para ele, um bloqueio que deve ter uma atenção especial para não causar mais danos a auto estima do educando. Todos esses fatores externos fazem muita falta na área da educação, e sem eles os avanços de todos se tornam mais complexos, por isso a conscientização de todos os envolvidos é tão importante para alcançar o sucesso da aprendizagem.

Todos esses dilemas enfrentados pelo professor os fazem voltar à estaca zero a identidade dele, em um tempo de enormes pressões psicológicas sobre os docentes, observa-se um grande fenômeno que atinge esses profissionais, que tem uma questão quem sou eu¿ Com es-

sas questões o leva como uma “Síndrome de desistência do educador, cansados, abatidos, sem mais vontade de ensinar um professor que desistiu”. Muito frequente também são os números de professores com problemas psicológicos, que precisam deixar a rotina de trabalho para se tratar, muitas vezes impossibilitados de voltar a sala de aula ficam readaptados, trabalhando em outras funções. Isto acontece não é porque o professor é fraco, mas existe um fardo de responsabilidade imenso sobre ele, e este dia a dia exaustivo faz com que ele fique doente e muitas vezes sem perceber, esses profissionais precisam ser tratados com dignidade e respeito e deve ser encaminhado para um tratamento especifico, e fique bem para lecionar ou até mesmo conseguir a readaptação, outro procedimento importante é agir de forma preventiva com esses profissionais dando subsídios para prevenção de doenças psicológicas, e não esperar que estes desenvolvam problemas para fazer o acompanhamento, que se torna mais difícil e demorado para alcançar a melhora de saúde.

Outra inquietação dos professores se diz respeito a sua pratica educativa, ele se questiona se a falta de sucesso dos estudantes não é culpa dele, o que ele precisa melhorar¿ O que pode transformar sua aula mais atrativa¿ Como melhorar a relação professor-aluno¿ Relação entre pais e professores¿ dentre outros questionamentos que são inerentes ao ato de ensinar, esses questionamentos são propulsores, e essas inquietações são importantes pois deve-se pensar sobre a prática e melhorá-la para mudanças de acordo com a necessidade da sala e dos alunos.

A situação de trabalho dos professores é desconfortável pois não há estrutura física apropriada, recursos satisfatórios para otimizar a pratica docente o processo de ensino aprendizagem. As consequências disto são as alterações na saúde do professor sintomas de esgotamento físico e mental, perturbações no sono, estresse, aumento dos níveis de ansiedade, depressão, irritabilidade, sentimento de culpa, desesperança, desmotivação e impotência diante do fracasso escolar dos alunos.

Quando o professor apresenta indisposição na sua pratica docente tal condição pode refletir em prejuízos no seu planejamento de aula, tornando esse planejamento de aula, tornando seu planejamento menos frequente e menos cuidadoso, além de baixa autoestima, perda de entusiasmo e criatividade. (CARLOTTO, 2002).

Todos esses problemas têm ocasionado no abandono da profissão como um mecanismo de defesa diante desta realidade escolar. O mal-estar geralmente pela falta de respeito de alunos com professores o próprio ombro duro, estresse, cansaço, desânimo, são coisas que as vezes acontecem, mas geralmente ocasionados quando o aluno não atende, não respeita, está desinteressado, e a gente vê que não consegue atingi-los, não existe um retorno deles... essas angustias se tornam muito frequentes na vida do professor que se deparam com vários estudantes com valores deturpados, sem o apoio da família, em situação vulnerável, as escola as vezes não faz nenhum sentido para ele, a escola para ele não é considerada um órgão em destaque para o alcance de um futuro promissor, alguns deles não pensam em continuar os estudos, não consideram a escola esse elevador social, ou seja, este tipo de pensamento dificulta o trabalho da escola, neste momento o professor sente a necessidade de atrair seu com possibilidades e sonhos, levar a reflexão e conscientização para ministrar suas aulas, pois essa consciência nem sempre é intrínseca no estudante. Todo esse processo se torna cansativo ao professor trazendo prejuízos a sua pratica. Quando não consegue desempenha todos esses papeis vem conjuntamente o sentimento de culpa, a fragilidade, medo e incerteza causam danos à saúde. Os inúmeros afastamentos médicos dos professores também fazem parte desta incerteza e culpa, precisa se afastar para cuidar de sua saúde, mas a cobrança interior muitas vezes o impede de realizar um tratamento efetivo e dificultando suas possibilidades de melhora.

Todo esse cenário traz questionamentos: Porque o professor está doente¿ Excesso de trabalho, indisciplina em sala de aula¿ Salários baixos¿ Pressão do sistema educacional, formação continuada ineficiente, violência, demanda de pais de alunos, bombardeio de informações, desgaste físico e mental, a falta de reconhecimento de sua atividade seriam algumas causas de estresse, ansiedade e depressão que vem acometendo os professores. Grande parte destes questionamentos precisa vir acompanhada de intervenções para que haja uma possível mudança neste desajuste, se as circunstâncias modificaram, obrigando-os repensar o seu papel como os professores, uma análise precisa da situação em que se encontram, ajudam sem dúvidas, a dar respostas mais adequadas às novas interrogações.

A análise desta situação atual contribui para compreensão de tais mudanças, essas que trazem dificuldade no trabalho docente, pois a mudança social deve ser analise e servira como chamada de atenção da sociedade, a falta de apoio, as críticas e a omissão impedem a melhoria de condições, à pressão da sociedade em relação às tarefas educativas, tentando fazer do professor o único responsável pelos problemas do ensino, quando estes problemas sociais requerem soluções em âmbitos superiores.

Toda essa reflexão traça linhas de intervenções que devem superar as sugestões, situando-as num plano de ação coerente, visando a melhoria de condições em que os professores desenvolvem seu trabalho. Para o profissional precisa atuar simultaneamente em várias frentes: Formação inicial, formação continuada, material de apoio, responsabilidades – horário de trabalho e salários. (ESTEVE, 1995. P.98).

As análises desta discussão das intervenções devem criar ambientes para reflexão e comunicação para uma mudança de paradigma, desta realidade. Fomentar a discussão das possíveis causas e sintomas do mal-estar que poderão servir de alerta para as necessidades de políticas públicas voltadas para a saúde dos docentes conduzir o docente a uma profunda autocrítica que defina seu papel; proceder a uma análise pormenorizada da presente crise, reveladora de sua verdadeira amplitude, fortalecer a integração entre docentes numa perspectiva de trabalho coletivo, a partir de referências teóricas, visando a mudança nas práticas pedagógicas, fortalecer as equipes pedagógicas escolares de maneira a dar suporte na própria pratica promovendo articulação e a integração, no cotidiano, dos aspectos ligados a gestão educacional, ampliar o desenvolvimento de competências do professor pesquisador; possibilitar aos docentes o aprofundamento do conhecimento e da utilização de novas tecnologias de comunicação e informação, por meio de diversas mídias interativas, discutindo seus usos na continuidade de sua prática educativa, todas essas medidas poderão ser organizadas durante horas coletivas de trabalho, horas atividades na própria escola em momentos de reuniões ou outros encontros e nos ambientes – quanto com atividades previstas para serem realizadas individualmente ou em pequenos grupos, oficinas fora dos horários de trabalho e que será explicitada na proposta de intervenção que será explicitada na proposta de intervenção que deverá ser construída no coletivo para uma prática efetiva.

Ao longo dessas reflexões coletivas os envolvidos poderão obter um novo olhar, suas trajetórias humanas escolares suas temporalidades, o necessário para o processo de mudança é preciso dar tempo, pois o tempo cronológico é diferente do tempo de mudança, afinal uma mudança de cultura conta com a reflexão sobre a prática, isso se faz necessário pois no início essas reflexões remetem a ideia que aumentaram os conflitos. Porem algumas mudanças dependem de instâncias superiores aos professores ou a escola, mas muitas estão ao alcance do professor e da escola. Tal problema deve estar na pauta de preocupações do governo e gestores da educação, pois afeta o trabalho pedagógico.

Para amenizar toda essa problemática enfrentada pelo professor que precisa de apoio, a solidão em resolver todos os problemas em instâncias superiores a ele só faz suas angustias e dilemas aumentarem, todas essas ações serão úteis se solucionarem ou, mediarem todos os profissionais a aliviarem esse mal-estar no seu cotidiano, pois essas funções que de forma indireta se tornam inerentes ao ofício do professor trazem muita carga para alcançar seus objetivos, que se diz respeito à formação integral dos estudantes. Este objetivo quando não alcançado traz muita frustração ao educador pois este é o principal anseio da educação.

Quando se fala em benefícios para educação com o uso da tecnologia como ferramenta muitos são os benefícios citados pois a tecnologia educacional se relaciona com aplicação de recursos como ferramenta que pode auxiliar ou aprimorar métodos de ensino trata-se de usar a tecnologia a favor da educação promovendo um maior desenvolvimento e melhor acesso à informação.

Contamos com salas de aulas que se transformaram em espaços de grande interatividade sendo muito produtivo e fértil para o desenvolvimento de estratégias capazes de transformar aulas em experiências de conectividade.

Neste contexto surgem diversas oportunidades para aplicação de diferentes tecnologias, mas é muito importante que as mudanças sejam incorporadas ao cotidiano dos estudantes e comunidade escolar em geral de forma equilibrada e tranquila a fim de aprimorar a experiência de todos e principalmente contribuir para o processo de ensino aprendizagem.

Entretanto esse conjunto de métodos o que chamamos de tecnologia não se limita apenas ao uso de tablets, computadores, mas em todos os processos técnicas os procedimentos utilizados na atividade humana não se limitando, portanto somente ao uso de ferramentas que são muito consideradas como únicas quando o tema é tecnologia.

As reflexões sobre esse assunto tecnologia educação tomou conta da sociedade há vários anos na verdade desde que se percebeu sua influência na formação do sujeito contemporâneo e da necessidade de explorar o assunto diante do rápido desenvolvimento nos meios de informação e comunicação. O mundo atual está passando por diversas e cada vez mais aceleradas transformações em torno de todos os campos da sociedade desde o princípio da civilização o homem está sempre em busca de adaptações e mudanças novos conhecimentos aliás fato este implícito em sua constante busca de aprender.

“A preocupação com o impacto que as mudanças tecnológicas podem causar no processo de ensino-aprendizagem impõe a área da educação a tomada de posição entre tentar compreender as transformações do mundo produzir o conhecimento pedagógico sobre ele auxiliar o homem a ser sujeito da tecnologia ou simplesmente dar as costas para a atual realidade da nossa sociedade baseada na informação.

(Sampaio e Leite, 2000, opcit Santos, 2012, p 9).

Desde 1940, quando iniciou as transformações tecnológicas a sociedade atribuiu a escola e as instituições de ensino a responsabilidade deformação da personalidade do sujeito considerando a transmissão cultural do conhecimento acumulado. A tecnologia sempre esteve presente na educação formal o que faz necessário é que a instituição de ensino tem o papel de formar cidadãos críticos em relação ao uso dessas tecnologias educativas visto:

Dessa forma temos que avaliar o papel das novas tecnologias aplicadas a educação e pensar que educar utilizando as TICs, e principalmente a internet é um grande desafio que atualmente conta como mudanças superficiais.

Formar os jovens preparados a lidar com as exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma grande transformação na área da educação, com intervenções na escola e nos conteúdos. Essa é a sugestão da alemã Martina Roth, mestre em pedagogia doutora em filosofia e diretora de estratégia, pesquisadora e política da educação global da empresa de tecnologia intel.com Martina já participou da implementação de projetos educativos em vários países em três continentes e de alianças estratégicas para mudanças globais, ao lado de governantes e entidades mundiais, como a ONU para educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Em nota a revista Nova escola, Martina afirma que a tecnologia pode modificar a dinâmica de ensino e aprendizagem excita as experiências…

Vivemos numa época caracterizada pelo avanço das tecnologias e pelo surgimento de novos paradigmas de aprendizagem essas exigências e oportunidades relacionadas as tecnologias hoje São enormes para todos os países saber como lidar, é fundamental pensar em formas a desenvolver nas escolas as competências e habilidades que os estudantes precisarão para enfrentar esse século cheio de mudanças, como pensamento crítico, capacidade para desenvolver problemas e tomar decisões, boa comunicação e disposição para o trabalho em equipe os países que trabalham para integrar essas novas habilidades a prática dos estudantes e propiciam, uma relação mais próxima entre professores e estudantes em um atendimento personalizado as necessidades de cada estudante faz com que este estes tenham mais chances de avançar. Nesses países, o sistema político dá suporte a transformação sistêmica na educação o mais importante é garantir que toda criança tenha acesso ao ensino e a tecnologia de forma igualitária.

O uso das tecnologias altera o trabalho do professor e a sua relação com o objeto de estudo no momento em que se oferecem computadores as crianças e aos professores o Brasil já estão começando a fazer isso-, há muitas situações possíveis. O professor pode usar o computador apenas para preparar o material para as aulas. Porém ele também pode se valer da tecnologia para consolidar uma metodologia diferente, o novo tipo de relação com o aluno, muito mais personalizado, e isso se mostra como o mais importante. A tecnologia facilita o trabalho individual e em grupo de maneira muito eficaz. O estudante, quando está em outros ambientes, consegue se comunicar com o grupo de sua escola, os responsáveis podem observar seus avanços e o processo de aprendizagem acontece de forma mais natural e espontânea. o aluno fica em contato com o conhecimento não apenas no período em que está em sala de aula mas também no restante do tempo. É óbvio que, no caso dos docentes, há uma transformação cultural importante acontecendo e toda a transformação exige algum nível de esforço. Sendo assim é uma mudança positiva. A experiência mostra que os professores que já estão envolvidos em programas de treinamento estão muito mais motivados a ir além na prática pedagógica para aprender e refletir cada vez mais sobre a importância das tecnologias e sobre como utilizá-las em sala de aulas.

As primeiras etapas para fazer com que essa mudança sistêmica na educação aconteça e permitir que a formação inicial e continuada do professor atenda essas novas exigências é contar com o apoio governamental e com políticas que tem suporte a todas as escolas do país é preciso ter um plano geral para as mudanças necessárias e esse ponto crítico porque elas levam tempo, não podem ser feitas no curto prazo. O governo deve prover todos os recursos necessários para que esta transformação aconteça com curso de formação continuada para professores capacitação de professores alinhados as novas exigências.

As mudanças mais significativas estão relacionadas a infraestrutura e o acesso às tecnologias deve-se trabalhar nas duas frentes. Porém apenas ter computador na escola, sem uma estratégia para utilizar de maneira efetiva as tecnologias, não basta não haverá nenhum avanço. Depois, é necessário permitir que os professores busquem o uso dos computadores, o que significa oferecer perspectivas pedagógicas e metodológicas diferenciadas das práticas atuais são dois elementos que andam junto. Avançar com um sem dar atenção ao outro é desperdiçar dinheiro nesse processo, as avaliações são fundamentais para que os resultados sejam mensurados ponto isso permite modificações contínuas com vistas ao aprimoramento constante.

As tecnologias interferem no currículo elas permitem um novo olhar sobre o currículo. Quando são utilizadas em sala de aula, possibilitam o acesso a materiais de maneira global. Não basta dar autonomia para que a turma explore tudo isso. É fundamental guiar o aluno nesse processo, mostrando-o a usar as informações, a tirar conclusões com base nelas, definir o que é prioridade em cada caso de estabelecer uma colaboração em diversos níveis e avaliar o que é público e o que é privado. É uma grande transformação. Qualquer mecanismo pensado para guiar e controlar as tecnologias precisa envolver o educador e os gestores da unidade escolar. As áreas de conhecimento não podem mais ser vistas de um modo individual. Devem ser relacionar intimamente de forma interdisciplinar e transdisciplinar ponto isso precisa estar previsto no currículo. Uma questão fundamental é pensar em projetos, ao em vez de aulas apenas, possibilitando que o aluno aprenda ao longo do processo, trabalhando diversos conteúdos ao mesmo tempo.

A construção de um ensino de qualidade exige várias habilidades de um professor em primeiro lugar, os educadores têm de dominar as habilidades exigidas dos alunos, como pensamento crítico, capacidade de resolver problemas e tomar decisões uma boa comunicação e disposição para o trabalho coletivo. Os programas de formação crescem em todo mundo. O professor é um líder e precisa atuar como tal na sala de aula o que também vale para o gestor. Além disso, em alguns momentos, a unidade escolar necessita de procedimentos típicos de empresas, como avaliar constantemente os processos e analisar onde avançar e onde retroceder os professores precisam trabalhar mais integrados uns com os outros. Não é possível fazer mudanças necessárias se cada profissional continuar pensando individualmente ponto dominar as novas linguagens, especialmente a da internet e, é outro ponto importante e que precisa de atenção. Não basta deixar que os estudantes usem a tecnologia em sala de aula. É preciso dominá-la para atribuir novo significado para esse uso.

CONCLUSÃO

A tecnologia também pode ser uma ferramenta para aproximar as famílias da escola uma coisa com a qual todos concordamos é que o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos é muito pequeno e se resume muitas vezes a participação das reuniões de pais no ano letivo. A tecnologia, nesse caso poderá facilitar o acesso das famílias não só aos professores, mas também aos diretores. Além disso, os responsáveis pela criança podem consultar pela internet a programação de atividades e, em muitos casos até o boletim na página da escola. Eles também podem ser incluídos em algumas atividades, contando suas experiências ponto se algum tema específico em alguma aula, por exemplo envolvendo a indústria, pode-se fazer um vídeo conferência com um dos pais da comunidade em que atua nesse setor. E o fator de ver uma pessoa falando sobre o tema da aula, em vez de apenas ler sobre ele, faz toda a diferença para os alunos. A tecnologia pode ajudar a reduzir a distância entre a escola e a comunidade escolar.

Os alunos devem ser preparados para familiaridade com os programas e saber operá-los o estudante tem que saber operar computadores e desenvolver habilidades básicas, como segurar e movimentar o mouse, mas só isso não basta. Ele precisa ter em mente os objetivos destas atividades no computador. As crianças e os jovens normalmente apreciam a tecnologia pela tecnologia. Cabe ao docente conduzir os estudantes de acordo com o projeto desenvolvido. Ele pode, por exemplo, sugerir que façam uma pesquisa na internet e cole o texto em um documento. Outra opção é solicitar uma apresentação com fotos ou gravação e postagem de um pequeno vídeo no Youtube sobre o que aprenderam. Isso gera um envolvimento muito maior interessante aos estudantes. E grande parte dos alunos já vai saber como fazer isso porque já faz em suas casas pontos o que eles não sabem é como toda essa tecnologia pode servir aos objetos didáticos e ser usada na escola. Esse é o papel do professor.

Qual é o futuro do processo de aprendizagem, em relação à educação escolar com os avanços tecnológicos que devem surgir nos próximos anos essas perguntas são sempre feitas por nós e é muito difícil de responder porque a tecnologia ela é limitada e se transforma em uma velocidade incrível. Amanhã pode ser que apareça uma solução que hoje nós não conseguimos sequer imaginar que será desenvolvida. Mas acredita-se que o mais importante é trabalharmos com a visão de que as crianças não aprendem apenas na escola, mas também fora dela e que a tecnologia aumentou o acesso aos objetivos de aprendizagem. Elas já chegam não a escola sabendo muito mais. Isso deve ganhar força nos próximos anos, o que vai transformar a relação entre professor e estudante de uma maneira incrível não há limites para o que ainda está por vir. Mediante tantos desafios e mudanças resta ao professor ser aberto a mudanças e saber que a sociedade atual está bem diferente e jamais será a mesma, portanto a necessidade de agregar ferramentas que possibilitem alcançar o sucesso na sua prática, faz com que o trabalho docente esteja em constante transformação e formação continuada para não ficar para traz na sociedade do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURCIER, Paul. **História da Dança no Ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COX, Maureen. **Desenho da Criança**. São Paulo: Martins Fontes 2010.

HERNANDEZ, Fernando. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na Escola**. Campinas, S.P: Autores Associados, 2013.

MAGISTERIO, **Gestão: Articulando esforços para uma educação de qualidade**. São Paulo SME-COPED, Nº5 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. S.P. Martins Fontes, 1995.

Concepção de inclusão na educação infantil para portadores de Síndrome de Down

Fernanda Garcia Sampaio

INTRODUÇÃO

O tema que escolhi trabalhar neste meu Trabalho de Conclusão de Curso refere-se a Concepção de Inclusão na Educação Infantil para Portadores de Síndrome de Down na rede regular de ensino.

Procurei entender qual a concepção de inclusão na Educação Infantil adotada por professores de uma escola particular de São Paulo para alunos portadores de Síndrome de Down.

Com essa pesquisa visei analisar como se dá a inclusão de crianças portadoras de Síndrome de Down na Educação Infantil nesta escola, a fim de melhorar o atendimento, prestando um cuidado de melhor qualidade a estas crianças e suas famílias.

Esta pesquisa foi de grande valor e importância para a minha formação, visto que trabalho numa escola inclusiva e pretendo continuar trabalhando com a inclusão.

Procurei empregar uma metodologia construtiva no desenvolvimento deste trabalho, que é composto de uma fundamentação teórica e metodológica sobre o assunto que escolhi trabalhar, bem como das minhas considerações finais sobre o tema.

Para isso utilizei de recursos bibliográficos, através de muitas pesquisas, além das observações que fiz da escola analisada.

Na fundação teórica, discordei um pouco sobre o conceito de inclusão e educação inclusiva.

Depois fui me aprofundando mais sobre o assunto falando especificamente da inclusão na educação infantil até chegar no ponto ainda mais específico deste meu trabalho, falando sobre a inclusão na escola de Educação Infantil que escolhi observar.

Sou a favor das leis que lutam pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e de uma educação inclusiva com igualdade de direitos entre os cidadãos.

Fico triste ao observar o preconceito existente, mas fico ainda mais triste, pra não dizer indignada, se quando isto acontece dentro das instituições escolares.

Diante da necessidade de ampliar meu conhecimento a respeito desta temática e conhecer outras experiências relacionadas ao processo de inclusão de crianças portadoras de Síndrome de Down na rede regular de ensino. Quais os desafios enfrentados por essas crianças e seus familiares? Bem como as possíveis experiências que contribuem com o oferecimento de um cuidado de melhor qualidade a estas pessoas, com isso, me senti motivada a desenvolver esta pesquisa.

Para compreensão dos aspectos de uma melhor qualidade de vida dessas crianças, procurei conhecer o que é, quais as principais características e a melhor forma de tratamento da Síndrome de Down.

Sabendo que a criança portadora de Síndrome de Down manifesta comprometimento no desenvolvimento da linguagem, percebi a necessidade de se fazer um trabalho de estimulação precoce por meio do processo de interação, trabalho este que se faz presente através da inclusão da mesma na rede regular de ensino e é neste tipo de trabalho que tenho me dedicado.

Este tipo de atendimento definido como “Atendimento Educacional Especializado” tem, como principal objetivo, formar um sujeito que se integre à escola, aos grupos sociais, ao trabalho e à sua comunidade.

Para o sucesso da inclusão da criança, percebi a importância de investir na minha capacitação profissional, de muitas pesquisas e estudos contínuos, a fim de lidar da melhor maneira possível com a criança portadora de Síndrome de Down, facilitando a aprendizagem da mesma.

Visto que o homem é o mais evoluído dos seres e o que mais depende da aprendizagem para sobreviver, além de ser o que obtém o melhor nível de aprendizagem quando é respeitado na sua corporeidade, a escola por sua vez, precisa ser um espaço que possibilite a construção do saber revendo sempre sua função social, política e pedagógica, respeitando as diversidades.

É no cotidiano escolar que o aluno desempenha todas as suas potencialidades vivenciando também características de outros cotidianos.

Cada sujeito redefine seus conhecimentos e suas práticas processando de diferentes formas os seus aspectos cognitivo, afetivo e social na sua condição de cidadão.

Com isso, reconheço a necessidade de existir uma conscientização das necessidades individuais de cada criança, permitindo maior flexibilidade do currículo educacional, assim como também a avaliação da diversidade, preparando a criança para viver, brincar e para o trabalho em sociedade, tendo um atendimento multidisciplinar, feito por psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

Este tipo de atendimento não necessariamente deverá ocorrer ou ser oferecido pela escola, porém a mesma deverá orientar e certificar-se de que esse acompanhamento aconteça.

Na escola, é muito importante que o professor trabalhe movimento corporal, informática e música, de maneira estudada e planejada, procurando contribuir para o desenvolvimento do aluno.

Enfim é importante que todos, família, especialistas, sociedade e escola, saibam que a tarefa de educar um portador de Síndrome de Down é um desafio a enfrentar com amor e dedicação, lembrando que não existe incapacidade e sim capacidades e habilidades diferentes, a partir de um compromisso com a pessoa e seu desenvolvimento.

Se eu, enquanto educadora do presente, não incluir, acolher e nem tampouco ensinar as crianças a serem inclusivas, acolhedoras, quando chegar a minha velhice, provavelmente, também não serei incluída, nem tampouco acolhida pelas mesmas no futuro.

1. A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ADOTADA POR PROFESSORES DE UMA ESCOLA PARTICULAR DE SÃO PAULO PARA ALUNOS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Síndrome de Down é um distúrbio genético causado pela existência de um cromossomo a mais no código genético do portador. Ela é caracterizada por uma combinação de diferença na estrutura corporal, e na capacidade mental, que afetam o crescimento e desenvolvimento do portador desta deficiência.

Os portadores de Síndrome de Down podem ter uma habilidade cognitiva abaixo da média, geralmente variando entre um atraso mental leve ou moderado.

Existem terapias que estimulam o portador da síndrome, proporcionando ao mesmo um melhor desenvolvimento.

Neste trabalho, falei sobre a inclusão de alunos portadores de Síndrome de Down em uma escola particular de Educação Infantil em São Paulo. Antes, porém falei um pouco apenas sobre a inclusão e a educação da mesma, bem como também apenas sobre a inclusão na educação infantil.

1.1.1 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um movimento fundamentado em direitos humanos e de cidadania, com o objetivo de eliminar a discriminação e a exclusão, garantindo o direito à igualdade de oportunidades, principalmente no que diz respeito aos sistemas de ensino, por transformá-los de modo a propiciar a participação de todos os alunos, em especial os mais vulneráveis à marginalização e exclusão.

Nesta perspectiva, Carvalho (2000, p. 2) afirma que uma escola é inclusiva quando:

> Respeita as peculiaridades e/ou potencialidades de cada aluno, organiza o trabalho pedagógico centrado na aprendizagem do aluno, onde este é percebido como sujeito do processo e não mais como seu objeto e o professor torna-se mais consciente de seu compromisso político de equalizar oportunidades, na medida em que a igualdade de oportunidades envolve, também, a construção do conhecimento, igualmente fundamental na instrumentalização da cidadania.

O conceito de educação inclusiva ganhou maior notoriedade a partir de1994, com a Declaração de Salamanca. Em um determinado trecho dela diz que:

> ... as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desavantajados ou marginalizados.

O artigo 208 da Constituição, parágrafo III, também determina que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Além destes, o Conselho Nacional de Educação em sua resolução nº 2, de dezembro de 2001, também defende que as escolas comuns devem acolher alunos com deficiências para promover a inclusão social.

No entanto, para que as crianças com necessidades educativas especiais, falando aqui mais especificamente das crianças portadoras da Síndrome de Down, sejam incluídas em escolas de ensino regular, todo o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução também da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial.

Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um

desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para todos e respeito à diversidade humana e cultural.

No entanto, a inclusão tem encontrado imensa dificuldade de avançar, especialmente devido a resistências por parte das escolas regulares em se adaptarem de modo que consigam integrar as crianças com necessidades especiais, devido principalmente aos altos custos para se criar as condições adequadas. Além disto, alguns educadores resistem a este novo paradigma, que exige desde uma formação mais ampla, até uma atuação profissional diferente da que têm experiência.

Durante diversas etapas da história da educação, foram os educadores especiais que defenderam a integração de seus alunos em sistemas regulares, porém, o movimento ganhou força quando a educação regular passou a aceitar sua responsabilidade nesse processo, e iniciativas exclusivistas começaram a história da educação inclusiva ao redor do mundo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 58 declara o que se entende por educação especial: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educarmos portadores de necessidades especiais."

A inclusão não é uma conquista fácil, mas é possível e se faz muito necessária, porém para que isto aconteça, o sistema educacional deve fazer algumas mudanças, a começar pela mentalidade de seus integrantes em perceber que não são as crianças portadoras da Síndrome de Down que devem se transformar para se integrar ao sistema, mas sim o sistema que deve ser adaptar para a integração dessas, por fazer das diferenças um ponto de partida na educação, para o desenvolvimento de estratégias e processos cognitivos adequados.

O preconceito em relação aos portadores da Síndrome de Down fez com que estes fossem rotulados no passado como pessoas doentes, incapazes de aprender na escola e excluídos do convívio social, porém atualmente, com as experiências da educação especial, sabemos que o portador da síndrome possui apenas um ritmo de aprendizado mais lento e com isso trabalham justamente com a finalidade de acelerar esse processo.

O professor competente tem consciência de sua importância e da função que desempenha perante este momento tão importante, percebendo que a educação dada com amor tem resultados excelentes, visto que é realizada com dedicação e respeito, buscando favorecer o crescimento e desenvolvimento do aluno.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 25):

> Para que a reforma das escolas obtenha sucesso, estas devem tornar-se claramente comunidades acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros e apoiados. Se essa característica for negligenciada ou se sua importância for subestimada, os alunos com necessidades especiais vão continuar a ser segregados e as escolas para todos os alunos não conseguirão atingir seus objetivos.

Outro conhecimento que se faz muito necessário para o educador é o de uma abordagem holística da vida do portador da síndrome, pois a relação familiar pode revelar muitos sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, acarretados de informações que podem ser úteis para o trabalho do professor, além da contribuição de outros profissionais que colaboram no desenvolvimento deste.

Para se trabalhar com a inclusão, é fundamental que o professor entenda e aceite que cada criança tem um ritmo, sendo ela uma portadora de necessidade especial ou não.

Bueno afirma (1993) que:

> O que se deve ter em mente é que para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do aluno, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais.

1.1.2 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão deve ser trabalhada desde a fase da Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu 3º parágrafo do artigo 58 garante que "a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil."

É plenamente possível trabalhar a educação inclusiva, desde a educação infantil, fazendo inicialmente uma avaliação do grau de dificuldade da criança para que, a partir daí, sejam feitas as necessárias intervenções dentro da escola, abrangendo as áreas de educação física, pedagogia e psicologia que atuam nas áreas cognitivas, de linguagem, motora e social. Com esse trabalho, muitas crianças portadoras da Síndrome de Down têm a chance de desenvolver suas capacidades com acolhimento e respeito.

Segundo WERNECK (1995, p. 164):

> Os portadores de Síndrome de Down tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um o desenvol-

vimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante.

É preciso conhecer a criança sem o rótulo de uma doença. Isso só é possível se o professor se conscientizar de que tem que se desprender do preconceito. Além disso, a escola precisa dispor de um bom projeto pedagógico, adaptado às necessidades e interesses dessas crianças.

A aprendizagem pode, por exemplo, ser estimulada a partir do concreto para consolidar o conhecimento.

O ensino deve ser divertido e fazer parte da vida cotidiana, despertando assim o interesse pelo aprender.

Elementos simples como músicas, ritmos, movimentos, cores e texturas são ferramentas valiosas na recuperação do portador de Síndrome de Down.

A arte estimula regiões do cérebro que outras técnicas não conseguem alcançar, pois tem um poderoso dom de elevar a autoestima do portador de deficiência, além de favorecer na sua integração com a sociedade.

O uso de brinquedos e jogos educativos também se tornam muito eficazes na aprendizagem se o educador usar um pouco de imaginação e criatividade na introdução das brincadeiras, tornando-as prazerosas e interessantes.

As Creches e Escolas de Educação Infantil precisam ter espaço com recursos físicos e materiais bem planejados para as crianças se movimentarem, terem acesso a descobertas, vivências novas e constantes para o seu aprendizado ser significativo, além de proporcionar que as mesmas se sintam à vontade num lugar aconchegante onde elas possam explorar o ambiente cultural, mexer, engatinhar, correr, descansar.

Propostas assim devem nortear o trabalho da educação infantil para que ele seja um grande aliado a fim de que o movimento da inclusão possa dar certo na educação atual rumo a uma educação de qualidade.

As crianças portadoras da Síndrome de Down, quando passam a frequentar estes espaços acolhedores de diversidade, sentem-se integradas, pois o olhar que direcionam a ela não é o de que precisam atender uma criança deficiente, mas, sim o que esse ambiente pode fazer e ganhar com a presença dessa nova criança onde a rotina dela deve ser estimulante e agradável, respeitando suas diferenças, acreditando e ao mesmo tempo, incentivando o potencial de suas habilidades e diferentes inteligências. Como Mantoan (1997, p. 117) afirma:

> A inclusão escolar é incondicional, portanto não admite qualquer forma de segregação. Esta opção de inserção tem como meta principal não deixar nenhum aluno no exterior do ensino regular, desde o início da escolarização...

Dentro de toda essa pluralidade, cada criança tem o seu jeito de ser, de expressar, de falar, de contar suas histórias e de trabalhar e compartilhar seus medos e conquistas.

Considerando tudo isso, o trabalho educacional com a diversidade vem a somar junto com as famílias no caminho de se construir uma sociedade mais justa onde o direito à cidadania inicia-se na tenra infância com uma escola de qualidade que trabalha a diferença como interações que são importantes na convivência diária dessas crianças à construção do alicerce de uma pessoa melhor, mais tolerante e que respeita cada indivíduo dentro desta sociedade, como ainda defende Mantoan (1997, p. 70) que afirma:

> ...Nesta perspectiva, a possibilidade de conflitos sócios cognitivos significativos aumenta na medida em que o contexto social é diversificado. Estes conflitos tem um valor motivacional importante tanto para os alunos com necessidades especiais como para os alunos ditos normais. Em efeito, várias pesquisas têm demonstrado que a classe inclusiva favorece aos alunos comuns.

1.1.3 INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PRIVADA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

"Instituição favorável à transformação social" – é assim que defino uma escola privada de Educação Infantil em São Paulo. Esta defende uma proposta Inclusiva de educação e o direito das crianças portadoras de necessidades educativas especiais exercerem plenamente sua cidadania.

A acessibilidade para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em tal escola é satisfatória, possuindo um ambiente adequado e aconchegante aos seus alunos com muita área verde, além de outras áreas específicas quer fora, quer dentro das salas de aula, organizadas para que os mesmos possam construir, criar, espalhar materiais, trabalhar sozinhos e em conjunto.

As salas de aula são bem aconchegantes, possuem figuras e cartazes coloridos e estimulantes, favorecendo o trabalho, a convivência e a harmonia da turma, apesar de haver na escola outras salas para atividades específicas como, por exemplo, a sala de músicas, a sala de jogos e a sala de informática.

Observamos que dentro das próprias salas de aula, o ambiente é adequadamente dividido com cantinhos como o da leitura e dos jogos pedagógicos, onde ficam livros de histórias infantis e joguinhos ao alcance das crianças.

Esses cantos ajudam os alunos a se organizarem frente às opções de trabalho disponíveis na sala, facilitando-lhes a escolha das atividades, pelas quais desenvolverão durante o dia letivo. Os mesmos se constituem em fontes de classificação e ordenação do pequeno mundo que é a classe, sendo

que dele o aluno constrói relações que o ajudarão a organizar o mundo em que vive lá fora e dentro de si próprio.

Isto está em harmonia com a proposta de WERNECK (1995, p. 161) para o processo educativo diferenciado do Portador de Necessidades Educativas Especiais: "as decisões para a organização da sala, para as atividades a serem desenvolvidas nas salas são tomadas pelos alunos em conjunto, sob a orientação do professor".

A organização destes espaços é resultado de ações planejadas com seriedade, visto que afeta a rotina das crianças e profissionais da educação. Tal organização tem como objetivo propiciar avanços significativos no processo de identidade de cada criança, colaborar para a interação das crianças ao escolher, alterar e modificar a maneira como utilizam os espaços e os materiais existentes nele.

Para Abramowicz (1995, p. 39), é fundamental a organização dos espaços e o uso que adultos e crianças fazem dele. Ele diz:

> É preciso garantir espaços diferenciados para repouso, alimentação, higiene corporal, brincadeiras de faz-de-conta, atividades físicas e expressivas, leitura e escrita, jogos de mesa e de construção.
>
> ...São condições mínimas de organização do espaço que devem ser respeitados para, com o tempo, serem modificadas por crianças e adultos.

A escola dispõe de todos estes espaços citados por Abramowicz. Os professores, por sua vez, procuram dar o melhor atendimento possível a todos os seus alunos, incluindo os portadores de necessidades educativas especiais e falando mais especificamente, aos alunos portadores da Síndrome de Down.

Ao invés de encarar a inclusão destes alunos como um problema, os professores procuram encará-la como um desafio em se mostrarem capazes de dar a sua contribuição fazendo a diferença na vida do aluno portador da Síndrome de Down, buscando sempre entender o seu universo ao invés de simplesmente, esperarem soluções mágicas ou fórmulas prontas.

Eles entendem que não há motivos para se separar estes alunos na educação. Pelo contrário, acreditam que a heterogeneidade ensina, até porque não há conteúdo de ensino ou cuidado que ocorra em uma escola especial, que não possa ser implementado também na escola regular.

Além disso, concordam que a educação inclusiva ajuda todas as crianças a estabelecerem relações, respeitando as diferenças e preparando-as para a vida, especialmente no caso do aluno portador de Síndrome de Down, promovendo a amizade, o respeito, a compreensão, a cooperação e a integração destes no convívio com os colegas.

A escola é sócio construtivista. Adere ao material Anglo de ensino. Através deste material, as crianças aprendem a conviver com alguns personagens, contidos no mesmo, bem diferentes uns dos outros, que as acompanham nos livros desde a fase Maternal até o Nível II (último ano da Educação Infantil), sendo que um destes personagens é portador de necessidades especiais (um cadeirante).

Através das histórias e atividades que este material proporciona, as crianças aprendem a conviver com as diferenças e a respeitá-las.

A equipe da escola reconhece que ainda há muitos campos para melhorar e um longo caminho a percorrer para alcançar um padrão de inclusão ideal. Muita coisa já está sendo feita para alcançar tal propósito, mas acreditamos que o segredo está justamente na constante busca da melhoria e não na acomodação quando se achar uma solução que se considere perfeita ou ideal.

1.2 METODOLOGIA

Depois de pesquisar as diferentes fontes bibliográficas, observei e vivenciei como se dá o trabalho de inclusão de alunos portadores da Síndrome de Down em uma Escola de Educação Infantil.

As observações advindas vieram a ser por intermédio de uma pesquisa qualitativa a fim de verificar, na prática, como se dá a inclusão desses alunos.

Foi empregada a metodologia de pesquisa bibliográfica e comparadas as iniciativas de inclusão dessas pesquisas com a inclusão empregada na escola que observei.

As pesquisas contribuíram muito com meu entendimento do tipo de inclusão que é apropriadamente esperado nas escolas.

Elas me ajudaram a perceber que a escola analisada, bem como seus professores estão no caminho certo para atingir este objetivo, visto que, no geral, procuram ter uma concepção correta de inclusão de seus alunos.

Outro fator interessante é que estes professores sentem que o trabalho com alunos portadores da Síndrome de Down tornou-se um possível trabalho significativo, não somente para tais alunos, como também para todos os outros.

Trabalhando diretamente com o aluno portador de Síndrome de Down, ficamos satisfeitos com o rumo que a inclusão está tomando nesta escola, pois, compreendemos que se faz necessária as alterações que estão sendo feitas do foco dentro da educação e esta deve estar direcionada para o aluno e a qualidade de ensino, independentemente das limitações ou habilidades que esses alunos possam ter.

A mudança está à nossa frente, e o desafio de alcançarmos também, porém só atingiremos isso se não desistirmos dessa finalidade que visa o melhor para todos.

Tenho consciência de que essa reflexão sobre a melhor forma de inclusão para alunos portadores da Síndrome de Down, bem como para os alunos portadores de outras necessidades especiais, não para por aqui ao final deste trabalho e pesquisa.

Para se obter sucesso na inclusão, também em outras escolas regulares de ensino, é necessário buscar condições para que isto aconteça. Conforme Ribeiro e Baumel (2003), a escola para ser inclusiva e aceitar a diversidade deve estar preocupada com seu sistema organizacional para estar preparada para acolher as diferenças de cada aluno, isto inclui fazer as devidas adequações no espaço físico e, também, conceder apoio aos educadores para que o aluno de inclusão venha realmente a fazer parte da escola e não apenas da sala de aula da professora em questão, muitas vezes sentindo angústia por estar realizando um trabalho solitário e que a impede de avançar com sua turma em conjunto com esse aluno como fazendo parte integrante da turma.

A união de todas as instâncias da sociedade é um fator determinante para a conquista de uma educação melhor, onde essa diversidade passará a ser aceita, através da conscientização de que o reflexo desta sociedade passa pela escola enquanto um espaço de bem social, formador de indivíduos de visão crítica do mundo atual, sendo que, para essa realização tão esperada acontecer, é vital a cooperação mútua de todos os envolvidos com a educação, tendo como alvo a disseminação destes objetivos essenciais para a mudança de paradigma dessa sociedade, muitas vezes, preconceituosa.

O trabalho de inclusão deve nortear todas as instâncias de apoio como a família, a escola, o serviço de apoio e especializado como a saúde, ficando a responsabilidade de todos os envolvidos nesta conquista de aceitação do aluno portador de necessidades educativas especiais e consequentemente, de toda a diversidade que a sociedade coloca para a escola em estabelecerem estas redes de apoio rumo a estes objetivos reais e necessários.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de Conclusão de curso, abordei sobre o tema "Concepção de Inclusão na Educação Infantil para Portadores de Síndrome de Down", no qual mostrei a concepção dessa inclusão dos professores de uma determinada escola em São Paulo.

O procedimento metodológico que escolhi partiu de muita observação e de uma pesquisa qualitativa que mostrou como é feita a inclusão dos alunos portadores de Síndrome de Down na prática.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica comparada com as pesquisas feitas e a observação das iniciativas de inclusão empregadas na escola escolhida.

Como resultado de tanto tempo e dedicação trabalhando em cima de pesquisas, percebi como se deve dar a inclusão dos portadores de Síndrome de Down nas escolas.

Foquei como objetivo do meu Trabalho de Conclusão de Curso analisar como se dá a inclusão de crianças portadoras de Síndrome de Down na Educação Infantil nesta escola que escolhi observar, a fim de melhorar o atendimento, prestando um cuidado de melhor qualidade a estas crianças e suas famílias e foi isso o que procurei fazer.

Através das observações feitas nesta instituição, pude notar, não digo que a maneira mais correta, pois acredito que nunca se definirá a melhor maneira ou uma solução pronta para se trabalhar com a inclusão de portadores de Síndrome de Down, mas uma ótima sugestão de como se começar a fazer isso, partindo posteriormente para uma busca infinita, com muita pesquisa e dedicação, de a cada dia melhorar, se inovar e adquirir novos conhecimentos, novas atitudes, novas posturas para o desenvolvimento deste trabalho.

Estou de acordo com algumas declarações de alguns educadores que mencionei neste meu TCC, como por exemplo as declarações de Teixeira, Mantoan, Carneiro, Rabelo, entre outros.

Para Teixeira (1990, p. 92), a escola deve valorizar e aceitar as diferenças, respeitando o fato de que:

> Uma concepção ampliada de educação conduz necessariamente à valorização e aceitação da diferença e alteridade que conduz entre si a ideia de que não existe uma única maneira correta de educar, mas estilos diferentes de educação, aos quais devem corresponder necessariamente diferentes formas de se organizar a escola.

O trabalho com portadores da Síndrome de Down é muito significativo não somente para eles que são incluídos, mas para todos em sua volta que os incluem, sejam estes alunos, colegas, professores, funcionários, familiares ou amigos.

É notável o desenvolvimento de habilidades de aceitação e flexibilidade que são consideravelmente importantes para a vida em sociedade democrática nas crianças que convivem com um coleguinha portador de necessidades especiais, pois através disso, as mesmas puderam desenvolver uma habilidade maior para liderança e cooperação. Elas se mostraram mais voluntárias a ajudar os outros e desenvolveram uma postura crítica contra preconceitos à pessoas com deficiência.

Incluir em nossas vidas e em nossa convivência um portador de Síndrome de Down traz inúmeros benefícios para nós e para a sociedade, pois nos ajuda a nos tornarmos pessoas muito melhores, mais humanas, mais pa-

cientes, mais bondosas e mais flexíveis por aprendermos a conviver com a diversidade e respeitar as diferenças.

Também nos conscientiza das constantes mudanças que devem ser feitas continuamente no atendimento do ensino e na educação prestadas a esses alunos, visando a melhoria da qualidade de ensino e ao mesmo tempo, respeitando as limitações dos mesmos.

As crianças portadoras de Síndrome de Down necessitam de constante estimulação, que deve começar bem cedo em sua vida, principalmente por causa do comprometimento de sua linguagem oral.

A estimulação através da inclusão é muito importante, pois ajuda estas crianças a integrarem-se na escola e na sociedade em geral, sendo as mesmas futuras trabalhadoras e integrantes participativas em seu convívio social e em sua comunidade.

Para Carneiro (1997, p. 34) "A questão da integração representa um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existentes mesmo entre os não deficientes."

Como educadora, reconheço a minha responsabilidade de fornecer subsídios para que isso se torne possível, demonstrando também afetividade, confiança, respeito e empatia no relacionamento com o aluno.

O papel do professor deve ser o de facilitador da aprendizagem, sempre aberto a novas experiências.

Para que isto se torne possível, se faz necessário constantes estudos, pesquisas e busca de capacitação profissional, afinal a contribuição que um formador de opiniões pode dar na sociedade é imprescindível.

Para Mantoan (1997, p. 13) "É através da escola que a sociedade adquire (...) conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenha papel muito importante, é da escola a maior parcela."

Podemos incentivar atitudes inclusivistas, trabalhando o lado positivo de nossos alunos, visando a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

Nesse meu estudo, percebi que a instituição escolar observada é inclusiva, defendendo o direito das crianças portadoras de necessidades educativas especiais exercerem plenamente sua cidadania.

Esta mostra-se ser exemplar na acessibilidade que tem para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

Os recursos e materiais pedagógicos disponíveis em suas salas de aula são variados, fartos e significativos para a aprendizagem.

Os professores acreditam que todo aluno é capaz de aprender, pois se mesmo entre os ditos "alunos normais" existe a diversidade e ainda assim, todos aprendem, porém cada um no seu próprio ritmo e ao seu próprio tempo, da mesma maneira, as crianças portadoras de necessidades especiais também são capazes de aprender, desde que sejam respeitadas suas limitações.

O bom planejamento das aulas torna o aprendizado prazeroso, significativo e possível para todos.

São muitos os aspectos positivos da prática de inclusão das crianças portadoras de Síndrome de Down na escola.

Pude notar que tais crianças aumentaram suas capacidades de atenção, de comunicação e de participação em atividades educativas, desenvolvendo mais amizades na sala de aula regular, ambiente este rico em situações de aprendizagem, e construindo um círculo de amigos.

Este círculo de amigos inclui não somente os professores, mas também os próprios alunos, que ajudam tais crianças no desenvolvimento das atividades de sala de aula.

A convivência com crianças portadoras de Síndrome de Down fez com que os colegas de classe se tornassem crianças menos egoístas e mais compreensivas e de modo geral, a passarem a entender melhor as mesmas.

Também notei que as crianças portadoras de necessidades especiais tem se tornado a cada dia pessoas cada vez mais sociais e comunicativas, além de também terem reduzido significantemente os comportamentos considerados inapropriados para a cooperativa participação na sala de aula regular, como por exemplo balançar o corpo ou as mãos ou fazer sons e ruídos.

Conversando rapidamente com a mãe de um aluno portador de Síndrome de Down, ela me reportou que os benefícios da inclusão de seu filho é visível na comunicação e sociabilidade que o mesmo passou a demonstrar. Disse se sentir encorajada pela escola participar da educação de seu filho incluso em suas salas de aulas regulares.

Os maiores desafios que pude perceber para se fazer com que a inclusão se torne eficiente, inclui estarmos sempre abertos às constantes mudanças que se fazem necessárias no processo educacional, atualizando e modificando formas de pensamentos, ideias e atitudes.

Para Rabelo (1999, p.20)

> "hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social".

Não podemos nos acomodar e parar no tempo como se tivéssemos encontrado uma única e infalível solução para se tratar da inclusão, nem podemos achar que sozinhos vamos conseguir fazer toda esta mudança.

Precisamos do apoio de toda a sociedade para abraçar esta causa, dando abertura para que a inclusão aconteça em suas mais diversificadas situações.

Tratar todos como indivíduos únicos, reconhecendo que todos nós somos seres inacabados, contendo nossas falhas e limitações é o primeiro passo para chegarmos ao ponto de uma sociedade igualitária.

Para Mantoan (1997, p. 120), "(...) ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas."

Acredito que se hoje ainda são apenas algumas experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão em escolas e redes de ensino brasileiras, temos que lutar a fim de que estas experiências sejam o início do crescimento desse novo paradigma em todo o sistema educacional.

É preciso ganhar forças com o trabalho de busca na reinvindicação de políticas públicas, visto que a inclusão na escola está assegurada pela lei e devido a isso, a mesma deve conceder recursos necessários para esta acontecer com o padrão de qualidade que a própria instituição apresenta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda, em seu Art. 15 "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento... "

E continua, no Art. 53 "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa... assegurando-se lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola..."

A LDB da Educação Nacional nº 9394/96, em seu Capítulo V, art. 58 da Educação Especial, diz que: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Sabe-se que essa busca é árdua, pois os direitos do cidadão atualmente estão sendo lesados em diversos sentidos e com o trabalho para uma educação inclusiva, não acontece diferente.

Por isso, para que a escola para seja considerada inclusiva de forma a aceitar a diversidade, deve estar preocupada com seu sistema organizacional, verificando se está preparada para acolher as diferenças de cada aluno.

Isso inclui fazer as devidas adequações no espaço físico e também conceder apoio aos educadores para que o aluno de inclusão venha realmente fazer parte da escola e não apenas da sala de aula da professora em questão, muitas vezes sentindo angústias por estar realizando um trabalho solitário e que a impedem de avançar com sua turma em conjunto com esse aluno como fazendo parte integrante desta turma.

A união de todas as instâncias da sociedade é um fator determinante para a conquista de uma educação melhor, onde essa diversidade passará a ser aceita, através da conscientização de que o reflexo desta sociedade passa pela escola enquanto um espaço de bem social, formador de indivíduos de visão crítica do mundo atual, sendo que, para essa realização tão esperada acontecer, é vital a cooperação mútua de todos os envolvidos com a educação, tendo como alvo a disseminação destes objetivos essenciais para a mudança de paradigma dessa sociedade, muitas vezes, preconceituosa.

Crianças com Síndrome de Down, geralmente reagem bem ao carinho. Quando recebe amor, retribuem em dobro.

Assim como qualquer outra pessoa, seu desenvolvimento é influenciado pela qualidade dos cuidados, da educação e da experiência social que lhe são oferecidos.

Embora leve mais tempo para aprender as coisas, frequentar uma escola regular de ensino, convivendo com outras crianças da mesma idade, ajudam os portadores de Síndrome de Down a ter mais independência, interagir com outros e se desenvolver intelectualmente.

A plena integração da criança portadora de Síndrome de Down em escolas comuns resulta em grande vantagem, visto que aprendem a brincar com outras crianças que, por sua vez também aprendem a tratar a mesma como qualquer outra criança e a incluí-la em todas as suas atividades.

Cada criança com Síndrome de Down é diferente e tem seus próprios talentos, sendo capazes de se tornarem membros ativos da sociedade, levando uma vida gratificante.

Incluir uma criança com Síndrome de Down não é um mar de rosas. Requer muito tempo, esforço e dedicação, bem como paciência e expectativas realistas.

No entanto, toda esta dedicação por parte de todos os que convivem com o portador de Síndrome de Down é recompensada com o tempo ao se observar o progresso deste, que durante toda a sua vida continuam a amadurecer, aprender e se beneficiar de novas oportunidades e situações.

Concluindo, o trabalho de inclusão de crianças portadores de necessidades especiais no sistema de ensino, incluindo as portadoras de Síndrome de Down, a quem eu dediquei minha atenção especial no desenvolvimento deste trabalho, deve nortear todas as instâncias de apoio como a família, a escola, o serviço de apoio e especializado como a saúde, ficando

a responsabilidade de todos os envolvidos nesta conquista de aceitação do aluno portador de necessidades educativas especiais e consequentemente de toda a diversidade que a sociedade coloca para a escola em estabelecerem estas redes de apoio rumo a estes objetivos reais e necessários.

REFERÊNCIAS

ARNAVAT, Antonio Rigo; DUEÑAS, Gabriel Genescas. **Como elaborar e apresentar teses e trabalhos de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUMEL, Roseli C. R. de C. **Educação Especial Do Querer ao Fazer**. São Paulo: Avercamp Educação Editora, 2003.

Benatti, A. N. et alii. **Síndrome de Down: estimulação de fala e linguagem**. São Paulo: Projeto Down,1989.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:criancas-com-necessidades-educativas-especiais-politica-educacional-e-aformacao-de-professores-generalistas-ou-especialistas&catid=5:educacaoespecial&Itemid=16. Acesso em: 05 abr. 2011.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigo nº 208, parágrafo III. Disponível em: http://paraiso.etfto.gov.br/admin/upload/docs_upload/legisla01_constituicao.pdf.

Danielski, V. **Síndrome de Down**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre **Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf; http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURLAN, Fernanda; NASCIMENTO, Francielle Rupp do. **A pesquisa e o Professor: desafio atual da Educação**. Disponível em: http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/A%20PESQ UISA%20E%20O%20PROFESSOR.pdf. Acesso em: 01 abr. 2011.

IVERSON, A. M. **Estratégias para o Manejo de uma Sala de Aula Inclusiva**. In: Stainback, S. & Stainback W. Inclusão _ Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Capítulo V, artigo 58. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MELLO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia**. Curitiba: IBPEX, 2009.

MICHAEL, Angrosino. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa)

RABELO, Annete Scotti. **Adaptação Curricular na Inclusão**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri Ribeiro. **Educação Especial Do Querer ao Fazer**. São Paulo: Avercamp Educação Editora, 2003.

Sampedro, M.F.; Blasco, G.M.G. & Hernandez, A. M. M. **A criança com síndrome de Down**. In: Bautista, R. (Coord.) Necessidades Educativas Especiais.

Lisboa: Dinalivros, 1997. pp. 225-235 http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?393; http://www.meucorpoperfeito.com.br/mapa-da-sindrome-de-down/

SILVA, Sidney Pithan; GREZZANA, José Francisco. **A pesquisa como princípio educativo**. Curitiba: IBPEX, 2010.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educador**es. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. **Antopologia, Cotidiano e Educação**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. (Org.). **Manual para Trabalho de Conclusão de Curso**. Curitiba: IBPEX, 2009.

WERNECK, Cláudia. **Muito Prazer eu Existo**. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

A educação ambiental como contribuição para a aprendizagem na educação infantil

Michella Vasconcelos de Oliveira

RESUMO

O referido artigo tem como temática a Educação Ambiental como contribuição para a aprendizagem na Educação Infantil. Com isso, tem como objetivo principal estabelecer valores que contribuam para a transformação humana e social, acarretando mudanças de hábitos e atitudes relacionados à preservação, começando pela menor idade. O mundo atual vive o contexto de globalização e de inovações tecnológicas, a humanidade vive um momento de preocupação com a preservação do meio ambiente, com os vários problemas da devastação ambiental, com isso, surgiu a necessidade de buscar soluções e mudanças urgentes, para tanto, família e escola devem conscientizar as crianças em relação ao cuidado com o meio ambiente desde pequenos. Sendo assim, esta pesquisa levantará a seguinte questão: Como a educação ambiental pode contribuir para a aprendizagem da criança na Educação Infantil? Para fundamentar tal questionamento, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, fundamentada na reflexão de leitura de livros, artigos, revistas e sites, bem como pesquisa de grandes autores referente a esse tema de forma exploratória. Conclui-se, então, que a Educação Ambiental é introduzida no ensino infantil, pois o ambiente escolar é um dos primeiros passos para a conscientização desses futuros cidadãos para com o meio ambiente. É um processo progressivo e contínuo que visa desenvolver cidadãos conscientes para resolver os problemas com o meio ambiente, fundamentado no entendimento das relações entre homem e a natureza, e assim desenvolvendo a capacidade para solucionar os problemas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Crianças. Ensino Infantil. Aprendizagem.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A CONTRIBUTION TO LEARNING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

This article has as theme the Environmental Education as a contribution to the learning in the Early Childhood Education. With this, it has as main objective to establish values that contribute to the human and social transformation, leading to changes in habits and attitudes related to preservation, starting with the younger age. The current world lives in the context of globalization and technological innovations, humanity lives a moment of concern with the preservation of the environment, with the various problems of environmental devastation, with this emerged the need to seek solutions and urgent changes, for this, family and school should make children aware of the care of the environment since childhood. Therefore, this research will raise the following question: How can environmental education contribute to the child's learning in Early Childhood Education? The methodology used to base such questioning is the bibliographic research, based on the reflection of reading books, articles, magazines and websites, as well as research of great authors regarding this theme in an exploratory way. It is concluded, then, that the Environmental Education is introduced in the infant education, because the school environment is one of the first steps for the awareness of these future citizens towards the environment. It is a progressive and continuous process that aims to develop conscious citizens to solve problems with the environment, based on the understanding of the relations between man and nature, and thus developing the capacity to solve environmental problems.

KEYWORDS: Environmental Education. Children. Kindergarten Education. Learning.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu da necessidade de promover a Educação Ambiental como instrumento de ensino, pois todo professor do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental compreendem que é necessário estar preparando seus alunos não só academicamente, mas também para a cidadania responsável pelo ambiente em que vivem.

Sabemos que os bens da Terra são um patrimônio de toda a humanidade, o meio ambiente faz parte desse patrimônio, por isso devemos respeito e valorização a ele para que tenhamos melhor qualidade de vida.

Para tanto, a Educação Ambiental tem o propósito de despertar na criança a consciência sobre os problemas ambientais consequentes das atividades humanas, sendo assim, essa pesquisa bibliográfica demonstra a importância deste estudo, visto que devemos resgatar os valores da mente humana para a conscientização da conservação e preservação do meio ambiente, e, com isso, descobrir como a educação ambiental pode contribuir para a construção da aprendizagem na escola.

Contudo, a escola deve conscientizar a criança a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que vivem no planeta, sendo assim, acredita-se que ao trabalhar com edu-

cação ambiental no ensino infantil, os professores podem resgatar valores associados a moral, conduta, a reflexão crítica, amor ao próximo, a si e ao seu planeta, buscando assim, caminhos para se chegar a um mundo sustentável.

Hoje em dia, o mundo vive o contexto de globalização e de inovações tecnológicas, a humanidade vive um momento de preocupação com a preservação do meio ambiente, com os vários problemas da devastação ambiental, com isso, surgiu a necessidade de buscar soluções e mudanças urgentes, para tanto, família e escola devem conscientizar as crianças em relação ao cuidado com o meio ambiente desde pequenos. Sendo assim, esta pesquisa levantará a seguinte questão: Como a educação ambiental pode contribuir para a aprendizagem da criança na Educação Infantil?

Acredita-se que a escola deve conscientizar a criança a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que vivem no planeta, sendo assim, acredita-se que ao trabalhar com educação ambiental em sala de aula, os professores podem resgatar valores associados a moral, conduta, a reflexão crítica, amor ao próximo, a si e ao seu planeta, buscando assim, caminhos para se chegar a um mundo sustentável.

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo busca estabelecer valores que contribuam para a transformação humana e social, encaminhando em mudanças de hábitos e atitudes relacionados à preservação, começando pela menor idade.

Essa pesquisa buscou também refletir sobre a importância da Educação Ambiental na escola de educação infantil, conceituando e delimitando esse tema na família, na escola e na sociedade, traçando suas características, efeitos e abrangência, abordou o processo de degradação do meio ambiente, com foco nos impactos que levam ao problema de como a educação ambiental pode contribuir para a construção de valores na escola.

Além disso, busca analisar como se aplica o processo de ensino-aprendizagem na educação ambiental realizando uma análise completa do processo de ensino-aprendizagem, a fim de verificar se a educação ambiental produziu os efeitos desejados na construção de valores das crianças na Educação Infantil.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, fundamentada na reflexão de leitura de livros, artigos, revistas e sites, bem como pesquisa de grandes autores (quais) referente a este tema de forma exploratória.

Dessa forma, trata-se de uma pesquisa aplicada e de caráter descritiva, pois tem como objetivo retratar as características do objeto estudado, expondo com precisão os fatos ou fenômenos, para estabelecer a natureza das relações entre as variáveis delimitadas no tema. Como abordagem optou-se pela qualitativa, uma vez que teve por intuito explorar em profundidade a temática em voga.

DESENVOLVIMENTO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA

O futuro do planeta e, consequentemente da humanidade, depende muito da relação estabelecida entre o homem e a natureza, ou seja, depende de como o homem faz uso dos recursos naturais disponíveis.

De acordo com a UNESCO (2005, p. 44), "Educação Ambiental é uma disciplina bem estabelecida, enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente".

As lições implícitas da infância, as lições morais e sociais da vida na praça, momentos privados de auto realização, experiência compartilhadas de conquista, encontros fortuitos com outros e exposição a novos ambientes, têm o potencial para afetar profundamente o caráter da criança e, ao fazer isso, revelam seu poder essencial para moldar as orientações básicas da criança quanto ao mundo. Um currículo que vise nutrir nas crianças uma visão ecologicamente sensível do mundo precisa atentar para as qualidades fundamentais dessas e de outras experiências implícitas, dar às crianças experiência de aprendizagem, similarmente poderosas, ricamente recompensadoras, ativamente engajadoras, as quais conduzam às tarefas de desenvolvimentos da infância (BERRY, 2008)

Dessa forma, Bonachela e Marta (2010) relatam que:

> A Educação Ambiental um processo longo, contínuo e participativo de aprendizagem e de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, bem como de uma filosofia de vida e de trabalho, de um estado de despertar em que todos, família, escola e sociedade, devem estar envolvidos. (BONACHELA; MARTA, 2010, p.245-246).

A Educação Ambiental assume sua importância a fim de diminuir os problemas causados pela exploração ambiental. A conscientização sobre uma vida mais sustentável, onde exija mudanças leva as pessoas a buscar em soluções para os problemas consequentes de suas atitudes.

Bonachela e Marta (2010) reafirmam que:

> Objetivando especialmente a formação integral do indivíduo enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente, a Educação Ambiental se apresenta como um processo educativo imbuído pela superação da dicotomia entre natureza e sociedade, através da formação de uma postura mais ecológica no homem. (BONACHELA; MARTA, 2010, p.246).

É interessante explicar que, a criança da Educação Infantil deve ser trabalhada em qualquer disciplina por meio de materiais naturais não acabados, ao invés de brinquedos industrializados, pois estes possuem uma funcionalidade que não conduz a imaginação das crianças ao verdadeiro lúdico, a integridade natural. Entretanto, a Educação Ambiental, consistem em desenvolver processos educacionais que respeitem a diversidade dos ecossistemas e das pessoas. Este é o papel mais importante da Educação sendo a grande motivadora de hábitos para uma nova postura diante das questões ambientais.

Segundo Reigota (2017, p.14) "Os 'cidadãos e cidadãs do mundo', atuando nas suas comunidades, é a proposta traduzida na frase muito usada nos meios ambientalistas: Pensamento global e ação local, ação global e pensamento local".

Os problemas ambientais são fatores preocupantes e afetam a todos. A responsabilidade de encontrar um caminho precisa da ajuda de todos, pois já estão sofrendo os resultados da forma abusiva da população. Mesmo com muitas campanhas de preservação e com o apoio da mídia, nota-se que há muito que fazer para diminuir os impactos causados ao meio ambiente.

Envolver as crianças da Educação Infantil com materiais naturais em sala de aula simboliza a primeira pegada de um caminho longo, rumo à conservação do meio ambiente, da conscientização de que todo ser necessita dele. Assim, é interessante que em meio às atividades lúdicas da criança, esta interaja com materiais naturais. "O trabalho da educação ambiental, nesse estágio do desenvolvimento, deverá ser levado adiante com base na realidade sociocultural, procurando sempre despertar a autonomia, criticidade e responsabilidade" (BERRY, 2008, p. 4).

Dessa forma, a Educação Ambiental deve ser inserida na sociedade com um sinônimo de humanização, precisa-se que todos os cidadãos do planeta se conscientizem. A Educação Ambiental deve ser praticada no dia a dia, seja nas escolas, nas ruas, no trabalho, dentro de casa. A partir da educação pode-se haver a garantia para todas as pessoas do direito de usufruir de um ambiente saudável.

É importante que crianças da Educação Infantil aprendam, vejam o que é na prática a Educação Ambiental, para que no futuro sejam adultos conscientes em relação ao meio ambiente, e até mesmo ao respeito para com o próximo. Sim, pois é justamente nesta fase que a criança assimila todas as experiências para transformá-las em atitudes no decorrer de sua vida.

Para diminuir o impacto ambiental, depende muito das ações do homem. A preservação do meio ambiente está nas mãos das gerações presentes e futuras, que devem estar dispostas a mudar este cenário. A Educação Ambiental é de extrema importância e deve ser abordada nas escolas, para desenvolver a consciência ambiental das crianças e adolescentes, para que tenham atitudes responsáveis em relação ao ambiente em que vivem.

Portanto, fica claro que é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados, investindo nos setores de infraestrutura, da coleta e tratamento adequado de resíduos sólidos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, assegurando assim a universalização e a qualidade ambiental e o consumo desmedido.

2.2 AÇÕES AMBIENTAIS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com o surgimento dos graves problemas ambientais, o mundo passou a se mobilizar, a partir da necessidade urgente de soluções e mudanças. Dessa forma, a Educação Ambiental aparece para o ensino infantil, conscientizando as crianças em relação ao meio ambiente.

Participar, compartilhar e sentir a natureza faz com que a criança estreite bons relacionamentos com o meio ambiente, é uma oportunidade de reflexão sobre a construção de valores, proporcionando relações pessoais e interpessoais.

> [...] as práticas de Educação Ambiental, muitas vezes, se resumem apenas à transmissão de conhecimentos relacionados às ciências da natureza, com o objetivo de sensibilização para as necessárias mudanças individuais face aos problemas ambientais. (ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015, p.20).

Diante disso, percebe-se que o meio ambiente influencia no desenvolvimento infantil, pois é nele que a criança estabelece vínculos com o mundo e é ele que vai garantir a sua formação e a sua capacidade de cuidar do planeta.

Assim, o desequilíbrio ambiental é agravado pela poluição, lixo, doenças, prejuízos à fauna e à flora, entre outros. Dessa forma, de acordo com Bonachela e Marta (2010, p.250) "uma criança que observa o pai ou a mãe agindo de forma ambientalmente inadequada, certamente irá repetir tal conduta com absoluta naturalidade".

Desta forma é importante salientar que:

> A educação para a cidadania se volta para ajudar a criança a tomar a perspectiva do outro - da mãe, do pai, do professor, de outra criança, e também de quem vai mudar-se para longe, de quem tem o pai doente. O importante é que se criem condições para que a criança aprenda a opinar e a considerar os sentimentos e a opinião dos outros sobre um acontecimento, uma reação afetiva, uma ideia, um conflito. (BRASIL, 2013. p. 88)

As discussões voltadas para a Educação Infantil passaram a envolver as crianças como parte de uma sociedade,

sendo tratadas como cidadãs, passaram, dessa forma, a serem percebidas um ser social e histórico.

Assim, a criança da Educação Infantil pode adquirir seu próprio senso crítico a respeito de atitudes sustentáveis e outros assuntos, aprendendo na escola que ela é parte integrante da sociedade.

As formas de ensino devem organizar-se de forma a possibilitar oportunidades para que o aluno consiga utilizar o conhecimento prévio sobre Meio Ambiente, a fim de entender a sua realidade e atuar sobre ela, pois a Educação Ambiental contempla as variadas formas de conhecimento.

Dessa forma a criança exerce a cidadania na relação criança/criança, explorando o convívio com o meio ambiente, através de pequenas atitudes como cuidar das plantas, cuidar e proteger os animais, instituindo uma nova maneira de se relacionar, de agir com os outros e com a natureza.

Segundo Alencastro e Souza-Lima (2015 p.29), "a Educação Ambiental se desenvolve em diferentes perspectivas teóricas, orientações e interesses que precisam ser explicitados a fim de manter o foco nas soluções demandadas pela problemática ambiental".

Dessa forma, o autor ainda afirma que:

> [...] o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por meio da visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse. (ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015, p.42).

Sendo assim, é possível que a criança entenda os problemas ambientais conforme suas experiências apreendidas em casa e na escola. De acordo com seu aprendizado sobre a importância de cuidar do meio ambiente, a partir do momento em que tenha valor pra ela.

A responsabilidade com o meio ambiente é de todos, não se transfere a culpa toda para a população, ações como as de separar o lixo ou economia de água são poucas, no entanto, para alfabetizar ecologicamente as crianças, deve-se partir de atitudes pequenas para algo maior.

Segundo Reigota (2017, p.15) "A Educação Ambiental não visa somente à transmissão de conhecimentos sobre o ambiente e sua utilização racional, mas também a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental". Ao lidar com crianças na Educação Ambiental é importante que elas participem das ações, como em projetos que as envolvam em práticas que as façam refletir as atitudes.

A participação em variadas instâncias, a partir de atividades dentro da própria comunidade escolar, até movimentos mais amplos sobre os problemas da comunidade, é também primordial para que os alunos consigam contextualizar o que foi aprendido. A forma de trabalho com a realidade local a qual está inserido possui a qualidade de oferecer um amplo universo acessível e conhecido e, por isso, possível de ser local de aplicação do conhecimento.

De acordo com Kramer (2006. p. 800):

> [...] ao mesmo tempo em que começaram a ter sua especificidade respeitada, as crianças passaram a ser consideradas – ao longo destes 30 anos – cidadãs, parte de sua classe, grupo, cultura. Assistência, saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças. (KRAMER, 2006, p.800).

Contudo, a Educação Infantil passa a ter um caráter educacional, deixando de se ser apenas o papel do cuidar, embora o cuidar não deixa de ser uma prática na Educação Infantil, mas não pode ser mais somente isso, não é mais um papel apenas de assistencialista.

Mas, por outro lado, o conhecimento do mundo por parte da criança não se dá de forma ética e linear. As questões ambientais oferecem uma possibilidade particular por cuidar de assuntos que, por mais bem localizados que sejam se referem direta ou indiretamente ao interesse do planeta de forma geral.

Para garantir a participação da criança nas questões ambientais é importante partir da sua concepção de ambiente, a partir da construção de valores apreendidas para que tudo tenha sentido e sejam significativos e importantes para a participação efetiva no ambiente em que vivem.

Portanto, "a ecologia tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador". (FREIRE, 2000. p.31).

Assim sendo, "atitudes e comportamentos ambientalmente coerentes como o não desperdício de água tratada, o uso consciente da energia elétrica, a disposição do lixo em local apropriado, serão naturalmente absorvidas e repetidas com frequência". (BONACHELA; MARTA, 2010, p.250).

Sendo assim, necessita-se de novas mudanças nos hábitos e atitudes do ser humano para lidar com o meio ambiente; sendo uma prática constante entre ser humano e sociedade; e o ser humano com o meio no qual está inserido, gerando uma prática transformadora de um processo dinâmico e integrativo de cidadania.

2.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola é o ambiente propício para promover a consciência ambiental a partir de uma metodologia voltada para

projetos onde aborde questões ambientais. As crianças precisam perceber a real necessidade de um comportamento consciente com a valorização da natureza desde pequenos.

Dessa forma, cabe ao professor trabalhar com exemplos práticos e significativos para que ocorra uma tomada de consciência como, por exemplo, trazer informações de outras realidades para próximo dos alunos, para isso é preciso usufruir dos conhecimentos que os alunos possuem, através de levantamento de conhecimentos prévios.

É necessário que a criança se perceba como parte integrante da natureza, exercendo a cidadania, percebendo suas ações e postura de respeito diante de diferentes situações e aspectos do patrimônio natural, ético e cultural, despertando assim o princípio do consumo consciente sobre os recursos naturais, explorando técnicas eficazes que podem induzir o aluno a evitar desperdícios e consumismos.

Na mesma linha de raciocínio, "a criança que aprende na escola a importância da prática da separação de lixo para posterior reciclagem, decerto transmitirá aos demais membros da sua família ao chegar em casa, cobrando deles uma postura pró ativa neste sentido". (BONACHELA; MARTA, 2010, p.250).

Nesse cenário, é perceptível que é possível realizar uma Educação Ambiental, que priorize a conscientização de todos os setores da sociedade para as questões ambientais, que promova mudança de comportamento individual e coletivo.

É de fundamental importância, portanto, que a escola faça seu planejamento e trabalhe a partir de projetos possíveis de serem viabilizados, que tenham definições claras quanto aos objetivos e metas de uma proposta de Educação Ambiental.

Dessa forma, a Educação Ambiental pode ser considerada multidisciplinar, podendo ser integrada em todas as disciplinas do currículo escolar, podendo ser ensinada em todo e qualquer nível escolar.

Desenvolver atividades teóricas e práticas é desafiador para o educador, pois o trabalho se torna muitas vezes exaustivo por não ter bases referenciais em sua formação. Todavia, cabe a cada professor, desenvolver o processo que melhor promova a aprendizagem do aluno, através do ensino-aprendizagem que leve o aprendiz ao desenvolvimento de comportamentos compatíveis à preservação do meio e que encontre soluções eficazes para a problemática ambiental.

A Educação Ambiental seria assim um espaço para estudar a educação e o ambiente de maneira integrada, cujas preocupações não se concentrariam apenas na crise ambiental, em compreender as causas estruturais que a provocam e sustentam, mas também em construir formas alternativas de enfrentá-la. (ALENCASTRO; SOUZA-LIMA, 2015, p.28).

De acordo com as discussões, é preciso pensar e repensar cotidianamente nosso papel no espaço criando e recriando formas para que o ensino-aprendizagem aconteça de maneira constante e criativa, através dos mais diferentes projetos, com um objetivo comum, a preservação e conservação do meio ambiente. Dessa forma será possível potencializar a sustentabilidade através da relação entre o saber e prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pudemos verificar que a Educação Ambiental é uma área do ensino voltada para a conscientização das crianças sobre os problemas ambientais, a partir desse ponto, é muito comum que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos sobre meio ambiente em sala de aula.

A Educação Ambiental surge com o propósito de despertar a consciência da população global sobre os problemas ambientais consequentes das atividades humanas, sendo assim, essa pesquisa bibliográfica demonstra a importância deste estudo, visto que devemos resgatar os valores da mente humana para a conscientização da conservação e preservação do meio ambiente, e, com isso, descobrir como a Educação Ambiental pode contribuir para a construção de valores na escola.

Dessa forma, percebemos a grande importância do ambiente para o desenvolvimento infantil, pois é nele que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas, uma vez que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre homem e a natureza.

Quando nos propomos refletir sobre a importância da Educação Ambiental e a construção de valores na escola, constatamos que é importante que as crianças participem das ações cidadãs, como em projetos que as envolvam em práticas que as façam refletir sobre suas atitudes com o meio ambiente.

No entanto, ao analisarmos como se aplica o processo de ensino-aprendizagem na Educação Ambiental constatou-se ainda que, os temas sobre Educação Ambiental nos conteúdos escolares são necessários para que se desenvolva a conscientização de que os problemas ambientais podem ser solucionados a partir da ação participação de toda a população, dessa forma a escola também deve oferecer possíveis formas de socialização e motivação para que as crianças se envolvam de forma efetiva na busca de caminhos para os problemas ambientais.

Desta forma, verificamos que a hipótese foi confirmada, pois a escola deve conscientizar o aluno a buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que vivem no planeta.

Constatamos então que a Educação Ambiental contribui com a construção de valores na escola a partir do momento em que o professor propõe projetos onde a criança seja parte integrante no processo ativo, onde ela vivencie as formas de preservação da natureza de forma consciente e crítica, constituindo-se como um sujeito ativo e cidadão consciente desde pequena.

Para tanto, esperamos que outros trabalhos possam ampliar a análise apresentada na presente pesquisa, que esta não é definitiva, no entanto buscou provocar uma breve reflexão sobre o tema apresentado e buscou motivar novos pesquisadores a continuar o debate no que se refere ao envolvimento da criança com o meio ambiente através da Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO Mario Sergio Cunha; SOUZA-LIMA José Edmilson de. **Educação Ambiental: breves considerações epistemológicas**. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 8, n.4 | jan – jun 2015.

BERRY, T. M. **O sonho da Terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BONACHELA, Daniela Pinheiro; MARTA Taís Nader. **Educação Ambiental: um importante papel da família**. Revista de Direito Público, Londrina, v. 5, n. 3, p. 236-253, dez. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas Políticas Educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797- 818, out. 2006. Disponível em: http://cedes.preface.com.br/publicacoes/edicao/118. Acesso: 08 de janeiro de 2016.

REIGOTA, M. A. dos Santos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Livro Digital. Disponível em: https://books.google.com.br

REIGOTA, M. A. dos Santos. **Cidadania e educação ambiental**. Psicologia & Sociedade; 20, Edição Especial: 61-69, 2008.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

A formação de professores: no ensino de artes nos anos iniciais

Marisa Aparecida de Camargo Santos

RESUMO

Temos vivenciado muitas mudanças no Ensino da Arte nas escolas segundo o ponto de vista prática, teórico, pedagógico e curricular. Refletir sobre o papel do professor de Artes é fundamental, pois o mesmo está vinculado à história da implantação desse saber em nível de formação universitária. Neste artigo investigamos como é a preparação deste profissional e qual o objetivo do processo de ensino de artes nos anos iniciais. Este estudo é de caráter bibliográfico utilizando referenciais teóricos sobre diversos autores que falam sobre o ensino de artes na educação. A formação de professores de artes é atípico, diferente de outras licenciaturas, ela só foi considerada realmente uma disciplina no currículo no ano de 1996, na ultima LDB.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Docentes. Ensino. Arte-Educação. Educação.

INTRODUÇÃO

Através deste artigo será mostrado como a arte é importante nos anos iniciais, estimulando o universo lúdico de cada criança, proporcionando subsídios para que os professores possam encaminhar e buscar o aperfeiçoamento da área.

A Educação brasileira construiu-se de inúmeras políticas, desde o período imperial, que marcaram a criação e a evolução das escolas e do ensino no Brasil. As políticas educacionais, influenciadas pelo modismo vindo de outros países, serviram para moldar a educação da nação.

Por muito tempo, as preocupações giraram em torno da obrigatoriedade e do ensino gratuito, mas com o passar do tempo é que as questões envolviam a estruturação curricular e disciplinar do ensino. Durante esse período, as escolas começaram a ser regidas por políticas mais amplas, dando conta das bases curriculares que deveriam ser repassadas aos alunos em cada uma das séries.

O currículo se tornou um elenco de disciplinas, umas com maior carga horária, outras nem tanto, mas todas sendo importantes para a formação dos alunos.

Todos os ciclos da educação fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais dão à área de Arte uma

abrangência, que propõe quatro modalidades artísticas: Artes Visuais que tem maior amplitude que Artes Plásticas, englobando artes gráficas, vídeo, cinema, fotografia e novas tecnologias; Música; Teatro e Dança que é marcada como modalidade específica.

A cultura contemporânea vem sendo definida por um conjunto de sentidos e práticas da ruptura com o mundo moderno, que descreve claramente os conhecimentos estabelecidos por campos e paradigmas, objetos e métodos.

A sociedade do conhecimento expressa amplamente nos últimos tempos para explicar a influencia das novas formas de organização social que interfere no nosso dia a dia. A escola é uma instituição que tem como cargo desenvolver repostas educativas que respondam às novas exigências sociais.

Com tantas mudanças sociais, os desafios do cotidiano dos professores têm representado esforços contínuos, que pretendem alcançar o êxito profissional perante cada reforma e cada programa desenvolvido, que obriga modificar seu trabalho em função da mudança apresenta.

A formação do professor no Brasil tem sido um campo vasto de possibilidades em termos de descobertas. Sua discussão sempre aparece como uma questão socialmente problematizada, e permanece ainda como um ponto amplo de discussão pela relevância de aspectos que permeiam a profissionalização do docente.

2. ENSINO DA ARTE

Segundo Barbosa (1989, p.9): "A falta de conhecimento sobre o passado está levando os arte-educadores brasileiros a valorizarem excessivamente o "novo".

Estudar os determinantes socioculturais nos ajudam a compreender melhor a história do ensino de arte. Para construirmos um novo paradigma educacional em arte e desmitificar alguns aspectos, é necessário que os professores compreendam e discutam a história desse ensino, como meio para refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Para Ferraz e Fusari (1999) para que exista a construção de práticas do ensino de arte que garantam conhecimentos estéticos, artísticos e o diálogo com as necessidades e interesses dos alunos e da sua comunidade, há a necessidade que o professor cultive a consciência histórica e a reflexão crítica, para conhecer a arte e saber ensinar arte.

O ensino de arte segue em paralelo ao histórico do ensino de todas as áreas de conhecimento, procurando estabelecer relações no âmbito educacional e artístico.

A arte e o ensino da arte se iniciam com a chegada das primeiras Missões Jesuíticas ao país. Os primeiros artistas eram autodidatas e pertenciam ao clero. Não possuíam preparo técnico e copiavam estampas europeias.

Na segunda metade do século XVI até o século XIX, a arte na colônia era praticada por negros e mulatos e eram ensinados de pai para filho. A educação artesanal se desenvolveu mediante processos não sistemáticos. Essa situação permaneceu até 1800. Nomeado por Dom João VI (1797-1826), Manuel Dias de Oliveira (1764-1837), pintor brasileiro com formação europeia, se tornou o primeiro professor público ministrando aulas de nu com modelo vivo, se destacando por romper com a cópia.

O método de ensino obedecia ao estilo neoclássico, que era fundamentada com o culto à beleza clássica, retomando os ideais greco-romanos e renascentistas.

É importante destacar as possibilidades de aprendizagem e a importância da arte na educação. Antes de explicarmos a importância da arte na educação, o professor deve estar preparado para entender e explicar a função da arte para os alunos e sociedade.

Segundo Barbosa, (1975):

> "A arte não tem importância para o homem somente como instrumento para desenvolver sua criatividade, sua percepção, etc.; mas tem importância em si mesma, como assunto, como objeto de estudos".

Vicente Lanier (1984) nos lembra que:

> Evidentemente, cada aluno em particular – criança ou adulto – terá seus próprios interesses estéticos, ponto a partir do qual pode ser levado para um envolvimento mais amplo. Para um, poderá ser a colcha da vovó, para outro, posters de artistas. Devemos explorar esses interesses pessoais. Entretanto, os currículos são normalmente planejados para grupos e não para indivíduos e, portanto, é importante identificar ou prever aquelas artes populares que podem servir como o dominador comum mais abrangente do interesse da juventude.[...] Contudo, mesmo o mais contemporâneo conteúdo de curso não irá garantir o tipo de crescimento que nossa ideia de conceito central forte sugere, se não estiver implementado por procedimentos adequados em sala de aula. Se reduzirmos o currículo de Arte ao bordamos, produção de filmes ou vídeo – teipes, desenho ou recriação de espaços urbanos, produção de histórias em quadrinhos, suma, desenvolvendo todas essas atividades de ateliê, de qual os professores gostam muito, mesmo incluindo o folclore, a arte popular e a média, o mais provável é que nossos alunos estarão essencialmente limitados no crescimento que poderíamos provocar neles. (1984, p.6-7).

O trabalho com arte na escola tem uma amplitude limitada, com possibilidades de ação educativa. Por isso, o professor

precisa ter condições de aperfeiçoar continuamente, tanto com saberes artísticos, quanto em saberes sobre organização e desenvolvimento do trabalho escolar em arte.

Segundo Libâneo ,1991 diz:

> Não é suficiente dizer que os alunos precisam dominar os conhecimentos, é necessário dizer como fazê-lo, isto é, investigar objetivos e métodos seguros e eficazes para a assimilação dos conhecimentos. [...] O ensino somente é bem sucedido quando os objetivos do professor coincidem com os objetivos de estudos do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento das suas forças intelectuais. [...] Quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a mediação da relação cognitiva entre aluno e as matérias de ensino. (1991, p.54.55)

Os currículos do ensino da arte são ligados às modalidades da elite cultural. Uma perspectiva pós-moderna que caminha em outro sentido mais amplo, valorizando a elaboração e flexibilidade, junto com o aluno e sua história pessoa e coletiva, que está relacionada com o contexto cultural e diversificado.

O ensino da Arte nos dias de hoje valoriza e contempla a diversidade das manifestações artísticas e expressivas que o mundo contemporâneo nos apresenta.

Segundo Dias (2005):

"os programas de Arte/Educação comprometeram-se a explorar mais os diversos meios além das tradicionais pinturas, escultura, cerâmica, gravura, desenho e tecelagem, e também incorporam, lentamente, aspectos dos estudos culturais, da cultura visual e da crítica e apreciação da arte em suas práticas" (2005, p.281)

2.1 CONCEITO DA ARTE

Arte tem um conceito extremo e subjetivo variando de acordo com a diversidade cultural, período histórico ou até mesmo o indivíduo conforme as necessidades de cada civilização.

Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a palavra arte é expressa como "atividade que supõe a criação de sensações ou de estados de espírito, de caráter estético, carregados de vivência pessoal e profunda, podendo suscitar o desejo de prolongamento ou renovação".

A Arte está presente na história da humanidade, os conhecimentos e descobertas apreendidos vão sendo passados de geração para geração.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais a Arte tem a função importante quanto à dos outros conhecimentos no processo. O ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, "(...) de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos." (Brasil, 1997, p.20).

A Educação em Arte propicia ao aluno o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo próprio de ordenar e dar sentido À experiência humana, onde o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, realizando formas artísticas quanto à ação de apreciar e conhecer as formas produzidas, pela natureza e diferentes culturas.

2.2 MUDANÇAS NO ENSINO DA ARTE

Segundo Barbosa (1978, p.16) diz que o preconceito do Ensino da Arte veio acrescentado devido a inúmeros preconceitos contra o Ensino da Arte sedimentados durante o século XIX. Destes preconceitos se originaram acontecimentos que cercaram a criação da Academia Imperial de Belas-Artes.

Nos séculos que sucederam ao Renascimento eram cada vez mais consideradas como áreas de conhecimento totalmente diferentes, gerando uma concepção astuciosa.

O Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1981, p.09) enfatiza:

"A Educação Artística não se dirigirá, pois um determinado terreno estético. Ela se deterá, antes de tudo, na expressão e comunicação, no aguçamento da sensibilidade que instrumentaliza para a apreciação, no desenvolvimento da imaginação, em ensinar a sentir, ensinar, ver como se ensina a ler, formação menos de artistas do que de apreciadores de arte, o que tem a ver com o lazer preocupação colocada na ordem do dia por sociólogos de todo o mundo, com qualidade de vida".

A Lei n° 9.394, promulgada em 20/12/1996, afirma: "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, promovendo o desenvolvimento cultural dos alunos".

O ensino fundamental previa inicialmente a duração mínima de oito anos, considerando obrigatório e gratuito. Hoje a Lei Federal n° 11.114, de 05/2005, modificou a redação dos artigos 6°, 30°, 32° e 87° da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, tornando possível a matrícula de crianças a partir dos seis anos.

A partir da Lei n° 11.274 de 06/02/2006, que instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos, com matrícula aos seis anos de idade, que estabelece prazo de cinco anos para que todos os sistemas se adaptem à ampliação do ensino fundamental.

3. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E SUA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A obrigatoriedade do ensino de artes enquanto disciplina foi conquistada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de Dezembro de 1996, no Artigo 22 – 2° "O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". O Ministério da Educação e Cultural – MEC elaborou e divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte – PCN (1997) que da ênfase ao papel e lugar da disciplina quando diz: (...) "Arte tem uma função importante quanto à dos outros conhecimentos no processo de ensino aprendizagem. A área da Arte está relacionada com as demais áreas e tem suas especificidades".

No ano de 2000, o MEC lançou a proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior, no tocante a formação dos professores de arte que:

Há ainda a necessidade de se discutir a formação de professores para algumas áreas de conhecimento desenvolvidas no ensino fundamental, como Ciências Naturais ou Artes, que pressupõem uma abordagem equilibrada e articulada de diferentes disciplinas (Biologia, Física, Química, Astrônoma, Geologia, etc., no caso de Ciências Naturais) e diferentes linguagens (da Musica, Dança, Artes Visuais, Teatro, no caso de Arte), que atualmente, são ministradas por professores preparados para ensinar apenas uma dessas disciplinas ou linguagens. (BRASIL (2000), p.34).

Segundo Fusari e Ferraz (1993) diz:

"apesar de todos os esforços para o desenvolvimento de um saber artístico na escola, verifica-se que a arte – historicamente produzida e em produção pela humanidade, ainda não tem sido suficientemente ensinada e apreendida pela maioria das crianças a adolescentes brasileiros". (FUSARI e FERRAZ(1993, p.21).

A Lei 9.394/96 não resolveu de modo satisfatório a formação do docente para os primeiros anos da educação fundamental.

As diretrizes gerais têm por objetivo orientar a aplicação dos artigos 62 e 63 da LDB, fazendo referência à formação dos docentes tanto em universidades, em institutos superiores, admitindo a possibilidade do curso normal médio para o exercício docente nos anos iniciais da escolarização.

Prevê o artigo 62 – terá que proporcionar formação geral e assegurar, concomitantemente, o acesso ao conhecimento que vem sendo produzido nas diversas áreas e que permeia a prática de ensino em realização, bem como promover o desenvolvimento das habilidades necessárias à condução, com qualidade, do processo pedagógico em sala de aula e na escola, favorecendo a reorganização do próprio trabalho escolar que vem sendo efetuado.

Entretanto, dado a flexibilidade que caracteriza a lei que criou a nova alternativa de formação para o magistério denominada Instituto Superior de Educação, cabe tão somente indicar normas e orientações gerais para a sua organização e não estabelecer modelos pedagógicas ou diretrizes curriculares. (Parecer CNE N° 115/99)

A formação de professores com preparação profissional passar a ser crucial na organização da educação nacional, não só pode ser a fase terminal do ensino básico, mas por representar o momento de inserção ao nível superior em busca de qualidade na escola.

O Artigo 63 faz alusão à formação de profissionais para a educação básica dentro das instituições superior, dos quais fará parte o curso Normal Superior destinados aos docentes da educação infantil e dos anos iniciais.

Aqui no Brasil a formação de professores de Arte é uma iniciativa recente, que veio acontecer somente após os avanços pedagógicos que ocorreram através da Escola Novas no inicio do século passado, que foi trazida pelos educadores Nereu Sampaio, Anísio Teixeira que se inspiraram no pensamento filósofo americano de John Dewey e o Movimento Artístico Modernista.

De acordo com Varela (1986) e Barbosa (1984), aqui no Brasil, a formação de professores de arte ocorreu a partir da década de 1950 nas instituições que acompanhavam o Movimento Escolinhas de Arte, para os professores de 1° grau através de cursos de formação inicial e continuada.

Os PCN de Arte orientam os conteúdos gerais em: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança, um conjunto que promova a formação artística e estética dos alunos.

O documento não define quais modalidades devem ser trabalhadas, mas oferece as orientações didáticas, que diz:

> (...) os conteúdos da área de Arte devem estar relacionados de tal maneira que possam sedimentar a aprendizagem artística dos alunos do ensino fundamental. Tal aprendizagem diz respeito à possibilidade de os alunos desenvolverem um processo contínuo e cada vez mais complexa no domínio do conhecimento artístico e estético, seja no exercício do seu próprio processo criador, por meio das formas artísticas, seja no contato com obras de arte e com outras formas presentes nas culturas ou na natureza. (Brasil, 1997, p.55)

Os conteúdos estão articulados em três eixos norteadores de aprendizagem: produção, fruição e reflexão.

Produção se refere ao fazer artístico;

Fruição se refere à apreciação do universo relacionado à arte;

Reflexão se refere ao conhecimento construído pelo próprio aluno sobre sua produção, produção dos seus colegas e as artes como produto histórico.

As modalidades Artísticas para o ensino de Arte são:

Artes Visuais – pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, artefato, desenho industrial, são as formas tradicionais; fotografias, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação, são resultados dos avanços tecnológicos.

Dança – é um bem cultural que sempre fez parte das culturas humanas que integram o trabalho, as atividades de lazer e as religiões. Envolve atividades corporais no cotidiano como pular, correr, girar, subir; os jogos populares de movimento, cirandas, amarelinhas, são parte do repertório que deve ser valorizado como aprendizagem dos alunos.

Música – também é um bem cultural associado às tradições culturais de cada época. Hoje as produções tecnológicas possibilitam a escultura simultânea do que foi e é produzido em termos de música.

Teatro – é a arte que exige a presença completa do homem: corpo, fala e gestual, espaço organizado (cenário) como representação de cultura e conhecimento. O teatro é uma arte milenar. O ensino do teatro pode ser introduzido pelas atividades lúdicas como os jogos dramáticos, para gradualmente compreender a atividade teatral como um todo.

Essas modalidades artísticas configuram o conjunto de conteúdos expressos pelos PCN de Arte para o ensino fundamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da Arte como área de conhecimento se decorreu a partir das Leis de Diretrizes e Bases 9394/96 que configura alo novo para os professores que estão em exercício. Sua obrigatoriedade foi uma conquista para os educadores, principalmente para a consolidação das políticas educacionais.

Hoje o professor deve estar atendo para o nível de desenvolvimento de cada aluno, pois é diferente. Seu potencial cognitivo depende de muitos fatores concomitantes, que devem valor sua "bagagem" cultural, emocional, intelectual, incentivando o aluno a desenvolver e ampliar seu repertório para melhorar seu mundo individual e social.

As reflexões de diversos estudos hoje mostram que o papel de professore é de instigar os alunos a sua compreensão crítica, fomentando diferentes metodologias e estimulando o diálogo para diferentes contextos, entendendo que o ensino de artes busca estabeleces estar relações e significações para os alunos e os professores, para sua formação e desenvolvimento integral de ambas as partes.

REFERÊNCIAS

Lei de diretrizes e Bases as educações Nacionais nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: séries iniciais do ensino fundamental. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC, 1997.

John Dewey e o ensino da arte no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002a.

BARBOSA, A. M. (Org.). **A compreensão e o prazer da arte**. São Paulo: SESC Vila Mariana, 1998b.

BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem do ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação: conflitos acertos**. São Paulo: Max Limonad,1985.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **Recorte e colagem: influência de John Dewey no ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez,1982.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõem sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte 5ª a 8ª série**. Brasília: MEC/SEF, 1998 a.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 7ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

DIAS, Belidson. **Entre Arte/Educação multicultural, cultura visual e teoria Queer**. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte/Educação Contemporânea. Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. FUSARI Maria F. de Rezende. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980

FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. **Arte na Educação Escolar**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LANIER, Vicent. **"Devolvendo a Arte à Arte-Educação"** Arte. São Paulo, 3 – 1984.

VARELA, N. de A. **A formação do Arte-Educador no Brasil**. In: BARBOSA, A. M. (Org.). História da Arte-Educação. São Paulo: Max Limondad,.

Educação e as necessidades da capacitação docente em processo

Cristiana Alves Pereira

RESUMO

Neste artigo faz-se uma revisão do conceito de formação de professores e seus diferentes componentes, é conceituado a partir da perspectiva histórico-cultural, onde se considera a unidade cognitiva e afetiva como uma unidade. Enfatiza-se a importância de uma formação docente capaz de assumir os desafios que emergem dos processos sociais, da cultura e de suas dinâmicas, que implicam uma transformação social. Treinamento que leva em conta não apenas os aspectos externos, mas também a pessoa como sujeito integrante no futuro, com os seus pares e um processo de pesquisa que não termina no trabalho de sala de aula, mas transcende as barreiras imediatas para abordar a condição humana como potencialidade, no papel determinante do transmissor da cultura e transformador da sociedade: ser professor nessa historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; Professores; Educação; Sociedade.

ABSTRACT

In this article, a review of the concept of teacher education and its different components is made, it is conceptualized from the historical-cultural perspective, where the cognitive and affective unit is considered as a unit. It emphasizes the importance of teacher training capable of taking on the challenges that emerge from social processes, culture and its dynamics, which imply social transformation. Training that takes into account not only the external aspects, but also the person as an integral subject in the future, with their peers and a research process that does not end with classroom work, but transcends the immediate barriers to address the human condition as potentiality, in the determining role of the transmitter of culture and the transformer of society: being a teacher in this historicity.

KEYWORDS: Formation; Teachers; Education; Society.

INTRODUÇÃO

A educação tem mostrado sua importância no desenvolvimento histórico da sociedade, transmitindo a cultura que a precedeu em cada época ou sistema social em particular. Nele o professor tem sido um dos principais atores nos processos de desenvolvimento e transformação. No qual nem sempre recebeu atenção especial. Os estudos nos exigem de diferentes paradigmas, mas o professor como sujeito ativo de aprendizagem tem sido pouco frequentado. Tanto a partir da perspectiva de formação inicial e permanente.

Este artigo aborda o treinamento contínuo, que contou com a participação de vários autores, que destacam a necessidade de mudar a abordagem com a qual ele é realizado e inclui treinamento. Nesse sentido, destaca-se o papel protagonista e transformador da realidade social que o professor tem como educador.

Nessa perspectiva, o presente artigo aborda um dos processos humanos essenciais do desenvolvimento histórico social, a formação permanente do professor como sujeito ativo de aprendizagem com significado para a transformação e o desenvolvimento pessoal e social. A proposta apresentada faz parte de um projeto de pesquisa que inclui a formação de professores visando à aprendizagem significativa e desenvolvedora, para a qual, a perspectiva da abordagem histórico cultural permite realizar um novo olhar para a formação de professores.

Algumas das contribuições essenciais dessa abordagem são assumidas por sua visão transformadora, que possibilita refletir sobre o professor como sujeito ativo e transformador no processo de aprendizagem, ou seja, como aprendiz.

Para tanto, o aprofundamento teórico é requerido através do uso da análise histórica lógica como método geral e os resultados dos autores são utilizados, a partir de um estudo exploratório, através de uma pesquisa sobre formação de professores.

Os resultados incluem a abordagem dos componentes e conteúdos da formação permanente, que assume o professor como sujeito ativo de aprendizagem, autotransformadora e transformadora da realidade social.

Concluímos sobre o papel da educação e do professor na sociedade: a importância de responder à necessidade da demanda social de conceber o professor e sua formação a partir de uma nova perspectiva, como aprendiz autotransformador e transformador social a partir da potencialidade de seu desenvolvimento; uma nova concepção de formação permanente de professores.

A EDUCAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A educação tem sido um fator determinante nos processos de desenvolvimento da sociedade e da humanidade ao longo da história. Através dela, processos de culturais e de transformação ocorreram, sua concretização nos diferentes campos de ação dos sujeitos tem servido como mediador de suas reais possibilidades e perspectivas.

O papel da educação na sociedade e a dinâmica de inter-relações que acontecem não estão limitados à educação, mas têm implicações na concepção do que deve ser percepção e solução de problemas da sociedade que transcender o presente imediato. Essas relações incluem a pessoa em particular e suas contribuições para a sociedade edificando, levando a novas práticas, novas visões de mundo, maneiras específicas para enfrentar os desafios que estão a impor-lhe alterações emergentes do contexto, história e cultura da interação com seus congêneres, dada seu potencial como sujeito particular e social.

"A formação docente [...] deixa muitas questões abertas sobre que processos e práticas seriam mais efetivos no contexto da Educação Brasileira, além de que muitas políticas deveriam ser formuladas tendo em vista essa formação" (ANDRÉ e ROMANOWSKI, 2002, p. 31).

A este respeito, a educação existe como um processo, desde as práticas pedagógicas que fazem o florescer da identidade, nesse sentido reflete sobre a cultura nos mais diversos fundamentos éticos e políticos que são aprendidos e desenvolvidos e contribuem para resolver os problemas educacionais e sociais.

O processo educacional molda a cultura, sintetiza as demandas sociais e trabalhistas, as mudanças do desenvolvimento tecnológico, a sociedade a que responde e o tipo de educação que desenha como política. Nesse processo, o papel do professor não se reduz a reproduzir a cultura e seus componentes, mas envolve processos de assimilação, construção, reconstrução e aprimoramento da atividade, fruto das interações das pessoas, da sociedade e da história.

SOCIEDADE AVANÇOS TÉCNICOS E A FORMAÇÃO DOCENTE

A sociedade e seu desenvolvimento, incluindo os avanços científicos tecnológicos até hoje, colocaram desafios à pedagogia e destaca que a nova era é marcada por conhecimento, globalização e mudanças radicais. Isso requer mudanças na formação de professores, a fim de implementar a educação exigida pelo mundo contemporâneo e pela cultura humana, também é considerado o papel do professor na sociedade como um agente transformador.

Um estudo pedagógico de documentos oficiais de acadêmicos sobre os órgãos políticos de formação da ligação e sociedade internacionais e embora referido ensino superior, analisa o papel da formação para o desenvolvimento sócioeconômico de uma visão reduzida da sociedade, emoldurado por empresas poderosas e interesses do mundo desenvolvido, em detrimento dos países menos desenvolvidos e uma visão mais ampla que reconheça o valor da educação para a construção e o progresso da sociedade, com base no desenvolvimento humano e na inclusão social.

"[...] estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (...). A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade critica sobre as criticas e da construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência" (Nóvoa, 1995, p. 25).

O professor como sujeito da educação é um jogador importante para a sociedade, transmissor de cultura que precedeu e facilitador da aprendizagem através do processo educativo, planejado, organizado e desenvolvimento antecipado dos sujeitos. Ou seja, o processo de formação de professores é necessário.

Tal formação requer docentes comprometidos com o processo pedagógico, envolvidos em trabalhos educativos, orientados quanto ao desenvolvimento humano que transcenda a aprendizagem de conteúdos e procedimentais na ordem técnica de desempenho futuro.

A tarefa pedagógica tornou-se um foco de atenção dos pesquisadores, para aparecer como um dos aspectos mais importantes da sociedade, para assumir os desafios que emergem das conjunturas em que o desenvolvimento social é construído, antecipando as transformações. Os estudos abrangem formação docente inicial e permanente, com base no seu papel de educadores.

É evidente que a formação de professores não deve ser acidental e espontânea, nem se limita àqueles que come-

çam como educadores, é fundamental para todos os atores educacionais que participam dos processos de desenvolvimento da cultura, do tipo de ser humano e da sociedade inclusiva que querem perpetuar. Além disso, a importância da formação de professores para a educação e a sociedade é confirmada, referindo que se o professor não muda, nenhuma mudança relevante nos processos educacionais pode ser feita para que aqueles estejam de acordo com a necessidade que é gerada a partir de demandas sociais.

A formação do professor deve ser permanente e contínua, como reconhecido pelos autores, para que este seja um verdadeiro agente transformador da sociedade. Requer novas visões de seus aspectos conceituais mais gerais no contexto atual, no qual o conhecimento tecnológico pragmático, instrumentalista, ignora o desenvolvimento humano do professor em um processo de significação pessoal e social.

"[...] se admitirmos que o movimento de profissionalização é, em grande parte, uma tentativa de renovar os fundamentos epistemológicos do ofício de professor, então devemos examinar seriamente a natureza desses fundamentos e extrair daí elementos que nos permitam entrar num processo reflexivo e crítico sobre nossas próprias práticas como formadores e como pesquisadores" (Tardif, 1999, p. 4).

O papel fundamental dos professores na educação e no desenvolvimento socioeconômico e cultural leva às questões de como deve ser a formação de professores? Como incorporá-lo nos processos de formação cultural? Quais devem ser os conteúdos? Quais são os procedimentos para o professor se tornar um sujeito ativo de aprendizado e desenvolvimento? As respostas que devem surgir devem fornecer pistas sobre como a educação do professor deve lidar com o tipo de sociedade desejada e sua determinação nos seres humanos.

Um primeiro olhar nos força a refletir sobre o conceito de formação. A análise teórica desta categoria nota-se que tenha sido tratado de uma perspectiva externa no processo de formação para determinados fins que produz um resultado, sem o papel ativo e formação dos principais sujeitos distinguido de sua perspectiva interna.

Diante dessa análise, fica evidente que é necessária uma visão mais integral, levando em conta tanto os aspectos internos e externos do sujeito, quanto à relação estabelecida com o ambiente, à cultura e com os outros, como parte da história de seu desenvolvimento e sua projeção social.

CONCEITUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

É também necessário abordar o conceito de formação de professores que tem uma particularidade especial, em termos do papel que desempenha na sociedade e na cultura algumas abordagens podem ser identificadas: Behaviorista: a formação é concebida como treinamento e repetição, Tradicional, considera o professor como uma pessoa que domina técnica e arte. Ele pode executar sem qualquer treinamento prévio, Personalista ou Humanista que enfatiza a qualidade do professor como pessoa, implica autoconceito, diálogo e comunicação entre os sujeitos ou Inquiridor, reflexivo ou Crítico, a formação é realizada a partir de uma perspectiva de pesquisa e reflexão sobre sua prática. Formar o professor com habilidades reflexivas, sistema de resolução de problemas para examinar conflitos e tomar decisões apropriadas é tarefa basilar para uma boa escola.

"A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos." (PEREIRA, 2011, p. 69).

Aprecia-se que os dois primeiros exemplos são reducionistas e instrumentais, que não reconhecem a formação de professores como um processo complexo. Enquanto o processo humanista proporciona uma visão de formação que considera o interno do sujeito e as interações sociais. O paradigma crítico fornece a perspectiva do sujeito como um transformador de realidades.

Da mesma forma, existem vários significados do conceito de formação de professores que concebem a formação como um processo no qual o ensino e a aprendizagem são articulados, uma íntima união entre teoria e prática, ao reescrever e reestruturar o cotidiano do sujeito e suas interações, feedback e transformação pessoal.

Da mesma forma, a formação de professores deve contribuir para que a sociedade "seja um espaço de criação, participação e cooperação". A aprendizagem é construída sobre uma dinâmica de interação, geração e transformação da cultura. Por estar ciente do papel fundamental que os professores desempenham na sociedade, sua formação deve ser revista dentro da atividade de aprendizagem e os ambientes sociais externos a ela.

Ambos são necessárias práticas pedagógicas, como nos campos, situação social, histórico e cultural em que as pessoas desenvolvem suas vidas com os outros e a natureza, aspectos reconhecidos a partir da posição vigotskiana que concebe o papel ativo dos sujeitos de aprendizagem. Encontrar a sinergia entre esses elementos é uma tarefa urgente, porque os problemas emergentes não podem ser estranhos à educação e à sociedade.

O PROFESSOR NO PROCESSO FORMATIVO

O professor como sujeito do processo de formação determina e expressa no ato educativo suas particularidades como ser social. Através do relacionamento e intercâmbio com seus alunos promove o desenvolvimento destes, seu envolvimento em problemas sociais e participação em sua transformação cultural. É sobre que a educação faz parte da cultura, tanto educador quanto educador estão envolvidos no processo de sua construção e reconstrução, em sua perpetuidade e desenvolvimento.

Vygotski aponte para uma concepção num processo de formação, educação e aprendizagem mediada pela interação dos atores principais: aluno e professor, que trocam conhecimentos, sentimentos, emoções, valores, atitudes e experiências que são exigências da vida social, cultural e de trabalho. Uma vez adquiridos, são recursos essenciais para assumir as demandas e desafios da sociedade, expressam desenvolvimento, crescimento pessoal e inserção plena na sociedade.

Pode-se deduzir que, nessas condições, as trocas devem ser efetivas e, para atingir os objetivos e os desenvolvedores pedagógicos, é necessária uma formação sistemática e multilateral dos professores.

Ao mudar o papel do professor, sua prática deve ser dinâmica, participativa, coerente com as demandas sociais dos alunos e a cultura da qual fazem parte; a troca dialógica permite internalizar a aprendizagem mútua.

"[...] o processo de formação de professores em atividades de ensino, os professores movidos pela necessidade de organização do ensino agiram coletivamente ao objetivar essa necessidade em propostas de ensino que foram trabalhadas com seus alunos e, posteriormente, reelaboradas pelo grupo de professores. Os dados provenientes dessas elaborações coletivas de propostas de ensino, socializações dessas produções e materiais de alunos que foram analisados à procura de evidências e como as mediações feitas em situação coletiva foram apropriadas por eles em seus discursos e planos de ação" (MORETTI, 2009, p. 10).

A intervenção que o professores em seus alunos é dialética, não apenas os processos educativos são direcionados, mas na interação de ambos os atores o feedback de ensino-aprendizagem, o conhecimento recriar a história do sujeito é reconstruído em particular e sociedade em geral.

A formação de professores é fundamental para a transformação da sociedade que valoriza o desenvolvimento humano e os projetos de vida das pessoas em que os diferentes processos pedagógicos se tornam uma busca permanente do ser e devem ser da cultura dos sujeitos de desenvolvimento.

A necessidade de novas abordagens na formação de professores que lhes dão prioridade, considerando-as sujeitos ativos de aprendizagem, seu próprio desenvolvimento pessoal e permanente, bem como orientando os agentes educacionais e guias de seus alunos. Isso implica abordar uma nova concepção de formação de professores e alguns componentes que a suponham.

EAD E O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O distanciamento notado entre professores e alunos, a comunicação por meio do uso da mídia, representam inovações que vieram no bojo da EAD constituindo um desafio apresentado às instituições de ensino. Isso porque exigem investimentos nas áreas da tecnologia e infraestrutura avançada para viabilizar a mediação enquanto altera a cultura de professores e alunos que por meio de um modelo pedagógico presencial tem as bases fundamentais desconstruídas em parte, caracterizando por meio da ausência dos entes num mesmo tempo e espaço a lacuna da atualização deficitária (LÉVY, 1999).

É importante apresentar um referencial teórico didático na EAD, pois sua teoria se apresentando enquanto um método de prática guiada faz com que o sistema a distância implique na capacidade do aluno estudar por si mesmo, ao mesmo tempo em que mostra a ele que não está só, pois dessa maneira ficará imposto os meios de interação entre instrutores, organização de apoio e instituição criando um diálogo de mão dupla.

"Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação à distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de pólo de educação à distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitando o limite da capacidade de atendimento de estudantes. (DECRETO Nº - 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017)"

É necessário perceber que a educação a distância propõe um desenvolvimento pautado na articulação das atividades pedagógicas as quais buscam desenvolver aspectos significativos, psicomotores, cognitivos e afetivos dos educandos. Para tanto, se utiliza de métodos de comunicação não adjacentes, que podem servir de impeditivos ao tempo e espaço que se encontram os protagonistas do processo, esse motivo cria uma favorável zona de interesse aos alunos adultos compromissados com o mercado de trabalho.

A maior desvantagem é que o aluno é isolado com o tutor e colegas muitas vezes virtuais, o aluno tem dificuldade de acesso a recursos educacionais. A pouca oportunidade de socializar com professores e colegas, e raramente a participar em atividades culturais ou esportes, comunidade promovidos pela sua instituição são entraves a serem analisados.

Como foi demonstrada, a educação a distância oferece grandes possibilidades e também apresenta algumas desvantagens. Por um lado, a educação é um ato de socialização e isto também se aplica à educação a distância, mas em muitos casos limitados a interações pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, os autores deste artigo consideram a importância de assumir a formação permanente de professores como um processo, no qual o papel ativo do professor é reconhecido a partir de seu potencial como sujeito de aprendizagem com caráter autotransformador e transformador da sociedade. Sua história, desenvolvimento e cultura, dos quais é um portador.

Neste processo, o sujeito em sua interação com os outros, trocar conhecimentos, experiências e experiências emocionais, aprender e reconstrói a partir da unidade cognitiva afetiva, dependendo da importância ou significado que adquire a educação como a própria um desenvolvedor e do contexto social.

Isso requer uma reconstrução do conceito de formação de professores, que incorpora os componentes enunciados com uma visão integradora, que os autores definem como:

Um processo de aprendizagem pedagógica a partir do potencial de assuntos sistemáticos, de investigação e dialógicas de configuração e autotransformação de ensino, abrangendo componentes educacionais, o link cognição envolvidos - afeto, de frente para uma aprendizagem significativa e desenvolvedora responder às necessidades de desenvolvimento pessoal de si e de seus alunos, onde cultura, comunicação e interação social são mediadores essenciais; organiza-se a partir da intencionalidade e interdisciplinaridade em função da mudança e transformação da sociedade. O professor é concebido como aprendiz.

A análise dos referentes gerais leva a mudar o olhar sobre o professor e sua preparação permanente para desempenhar um papel no qual convergem vários fatores macro, meso e micro social, com os quais ele adquire uma responsabilidade pessoal com seu próprio desenvolvimento, com o qual educa e forma, a partir e com a sociedade.

A ênfase tem sido colocada no papel ativo dos professores como sujeitos de aprendizagem no processo de sua formação permanente e como agentes que contribuem para o desenvolvimento da sociedade e da equidade. Mas, para educar com uma nova visão de formação de professores focada na autotransformação pessoal e na transformação social, é necessário ser educado. Ao abordar a formação de professores, eles se propuseram alguns elementos essenciais que envolvem o conceito levantado pelos autores, que é feito com base na análise do contexto, algumas contribuições científicas correspondentes que a formação dos professores exige mudanças conceituais que conseguiam ser implementadas e demonstra-las na prática, do desenvolvedor pessoal e social.

A educação sintetiza a política, a cultura, a história e o desenvolvimento do ser humano e da sociedade; transmite e transforma, onde o professor é um ator principal.

A formação permanente de professores é uma necessidade. As demandas de desenvolvimento e transformação social demandam uma mudança em sua concepção que requer uma abordagem que priorize o professor como agente ativo de sua aprendizagem, a partir do potencial de seu desenvolvimento, com um caráter autotransformador e transformador da realidade social.

A concepção do professor como aprendiz no processo de sua formação inclui componente e conteúdos essenciais dos históricos e culturais que propiciam uma aprendizagem significativa e desenvolvedora.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A; ROMANOWSKI, Joana P. **O tema Formação de Professores nas Dissertações e Teses (1990-1996)**. In: ANDRÉ, Marli. Formação de Professores no Brasil (1990-1998). Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **DECRETO No - 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de maio de 2017.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 212p.

MORETTI, Vanessa Dias. **Contribuições da psicologia histórico-cultural para atividade docente**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE – CONSTRUINDO A PRÁTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO PARA TODOS, IX, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009, p. 1-18.

NAJMANOVICH, Denise. **O Sujeito Encarnado: questões para a pesquisa do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP& A 2001.

NÓVOA, A. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente**. Teoria & Educação. 1995 n. 4, p.109-139.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIGOSTKI, Lev Semynovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organizadores Michael Cole [et al]. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Música na educação infantil

Edneia Alves Silva Pereira

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema sobre a música como um eixo educativo para educação infantil, entende-se que música deve ser vista como uma ferramenta a ser inserida nas ações educacionais do docente, visto que a criança é um cidadão em desenvolvimento e deve ser respeitada como tal. A música é uma expressão artística que permite desafiar e promover diferentes ritmos corporais, além da comunicação de imagens, ideias, pensamentos e sentimentos de forma singular da representação estética. Instiga a criança a observar, refletir, analisar, compreender, interpretar, criticar as características, qualidades, processos e ordenações no trabalho pessoal e dos outros parceiros ou artista, relacionar intenções e valores das manifestações artísticos- estéticas e culturais, na cultura de outros povos e na vida cotidiana. A música faz parte da formação da criança para desenvolver sua auto expressão, trata-se de um excelente meio para ensinar. Portanto, a escola com seus recursos e todo seu trabalho pedagógico deve inserir, incentivar e propor maneiras onde a educação escolar dê espaço sólido e concreto à educação em suas práticas. Este estudo se propôs a pesquisar o uso da música e instrumentos musicais feitos com sucata, como recurso pedagógico na educação infantil, com atividades lúdicas, criativas, que desenvolvam potencialidades e habilidades. Dessa forma, acredita-se que ações lúdicas e práticas pedagógicas com as crianças, são propostas de construção de formação integral. E, também, que é possível proporcionar às crianças experiências de reaproveitamento de materiais descartáveis como recurso pedagógico, desenvolvendo potencialidades e habilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Educação; Música; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem a intenção de compreender as novas formas lúdicas de se trabalhar com as crianças na educação infantil com a questão musical, a partir de uma proposta lúdica, tendo a música como recurso pedagógico na educação infantil. Juntamente com a preocupação de refletir como este tema pode ser importante no processo de desenvolvimento da criança, assim como no que diz respeito às relações interpessoais, seja na sala de aula ou em sua vida pessoal.

Dessa maneira, a finalidade deste trabalho é descobrir como ocorrem os estímulos artísticos quanto à música na educação Infantil, salientar de que forma o uso da música pode ampliar o repertório pedagógico do docente e conhecer as possibilidades que a música proporciona em relação aos aspectos afetivos e sociais na vida das crianças.

O desígnio do tema ocorreu pela necessidade de compreensão sobre os conceitos musicais e corporais nos quais as possibilidades de desenvolvimento infantil, é um contexto que envolve a música como uma cultura sendo esta considerada um patrimônio da humanidade.

Para que isto ocorra, esta investigação será através uma pesquisa bibliográfica baseada em autores especializados neste tema.

De acordo com a situação apresentada, a pesquisa é constituída por três capítulos. O primeiro capítulo será sobre a Concepção da infância no decorrer da história. No segundo capítulo será tratado a respeito sobre o currículo escolar brasileiro e as possibilidades de expressões artísticas. Por fim no último capítulo relatará a arte como educação musical e o trabalho pedagógico musical na educação infantil.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO TRANSCORRER DA HISTÓRIA

A educação infantil passou a ter um grande respaldo legal com o início da construção do projeto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) com vistas a proporcionar às crianças de 0 a 5 anos atendimento sistemático, organizado, cujo enfoco volta-se para cuidá-lo e o educar.

De acordo com AZEVEDO (1999) o olhar atento para a criança não era comum, isso ocorreu com o passar dos tempos mediante as novas legislações. A infância na sociedade medieval era desamparada, a criança quando não necessitava mais de cuidados maternos era inserida no mundo adulto. De modo que os cuidados com os pequenos eram mínimos e o índice de mortalidade infantil era muito comum.

De tal modo, que criança não era considerada como um sujeito que está em desenvolvimento e precisa de atenção e auxílio, isto adveio até a idade média, contudo elas não eram abandonadas, mas não recebiam afeições de forma adequada.

No século XVII a instituição escolar tinha a desígnio de alterar a metodologia infantil a procura por novos saberes e dessa forma a escola adotou a incumbência de instruir convencionalmente, apartando a criança do dia-a-dia dos adultos, ou seja, a criança por ser muito inofensiva e frágil, não deveria ser introduzida no mundo adulto, contudo quando exercia determinadas atividades singelas, era confundida com os adultos e colocada para trabalhar.

A criança passou de uma posição de anonimato para uma posição de "adulto em miniatura". Se o primeiro sentimento de infância é um sentimento que surge na-

turalmente na convivência com a família, o segundo é um sentimento que surge de fora dos confessores e moralistas, que repugnavam a paparicação e que pensavam recuperar, construir, ou ainda, reconstruir a criança para a sociedade, num movimento que toma muita força a partir do século XVIII (AZEVEDO, 1999, p.35).

A educação recua para o comércio com o desencadeamento da Revolução Francesa, ou seja, a educação virou uma colocação simples. No entanto com a Revolução Industrial existiu a necessidade de designar pré-escolas, mas com finalidade de assistencialismo. Contudo estas escolas consistiam com o desígnio de zelar e conduzir os filhos dos empregados. Por conta de ganharem menos cuidados de seus pais, estas crianças recebiam uma educação compensatória.

A educação pré-escolar começou a ser reconhecida como necessária tanto na Europa quanto nos Estados Unidos durante a depressão de 30. Seu principal objetivo era o de garantir emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornece nutrição, proteção e um ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de dois a cinco anos de idade (KRAMER, 1992, p.26).

Sendo assim a criança desempenha funções moldáveis e o educador tem pouco valor, a concepção de uma constituição humana não existe. Neste sentido é importante se pensar na educação infantil com um olhar sensível e refletindo em todas as possibilidades que ela contém.

Logo é necessário ter em mente as diversas definições e transformações que a infância sofreu ao longo da história e hoje é fundamental que a educação infantil tenha uma fundamentação política com alicerces adequados tendo sempre os pequenos como centro principal.

O CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO E AS POSSIBILIDADES DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Quando se discute a possibilidade da utilização da música e a dança na educação como ferramenta no processo de apropriação do conhecimento por parte do aluno, não se deve prescindir de questões curriculares.

Para tanto, faz-se necessária reflexão sobre a maneira de viabilizar ao aluno formas de expressões que estejam vinculadas a um repertório musical, e para isso um olhar para o currículo parece deflagrar esta possibilidade.

O filosofo Louis Arnaud (1983) nos ajuda a compreender melhor qual a especificidade da arte no currículo: para ele, o conhecimento nesse campo não é somente construído de maneira indireta, mas também direta, isto quer dizer que, além de conteúdos que nos ajudam a compreender a fruir a arte, como estética, sociologia, critica (conhecimento indireto), há também conteúdo específicos que só se aprendem fazendo e sentindo, sem intermediação das palavras (conhecimento direto). No caso da dança, o fazer sentir nunca está dissociado do corpo, que é a própria dança. Para quem possa compreender e desfrutar estética e artisticamente a dança, portanto, é necessário que nossos corpos estejam de forma integrada com o se fazer-pensar. Essa é uma das grandes contribuições da dança para a educação do ser humano – educar corpos que sejam capazes de criar pensamento e redefinir o mundo em forma de arte (MARQUES, 2007; p.24).

O que se considera é que a música/dança passou a fazer parte do currículo da escola apesar de ainda não ser trabalhada corretamente, uma vez que a ela não tem sido atribuído devido valor, essencialmente no que se refere à cultura do corpo humano, que pode ser explorada e transformada em conhecimento.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Arte é tratada com referência educacional de grande importância na formação do aluno.

“A dimensão social das manifestações artísticas revela modos de perceber, sentir e articular significados e valores que orientam os tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A arte estimula o alienado a perceber compreender e relacionar...” (PCN, 1998; p.19).

Observa-se então que no currículo escolar o ensino de Arte já foi considerado matéria, disciplina, atividade, entretanto ressalta-se que sempre fora visto como uma área pouco nobre dentro da escola.

A manifestação artística tem em comum com outras áreas de conhecimento um caráter de busca de sentidos, criação, inovação.

Essencialmente por seu ato criador em qualquer das formas de conhecimento humano, ou em suas conexões, a homem estrutura e organiza o mundo respondendo aos desafios que dela emanam, em um constante processo de transformação de si e da realidade circundante (PCN, 1998; pg.30).

O que se alerta é que os professores devem experimentar e produzir situações problemas, trabalhando também com a pluralidade cultural e as novas tecnologias. Os PCN’s (1998, p.43) também afirmam que:

“É importante que os alunos compreendam o sentindo do fazer artístico, ou seja, entendam que suas experiências de desenhar, cantar, dançar, não são atividades que visam a distraí-los da seriedade de outras áreas” Os PCN’s (1998, p.43).

O que se alerta é que ao inserir novos repertórios musicais no cotidiano escolar do aluno, ele percorre trajetos de aprendizagens que privilegiam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo, além de desenvolver suas potencialidades tais com o mundo, além de

desenvolver suas potencialidades tais como percepção, observação, imaginação e criatividade entre outras, Nesses termos dançarem são por natureza interdisciplinar.

Para BARBOSA (1992), a existência de um "processo de alfabetização", pelo qual devem passar todos os alunos em sala de aula. O autor dá ênfase à leitura da palavra, dos gestos, ações, imagens, necessidade, desejos, expectativas do sujeito e do mundo em que vive, esta estratégia de ensino pode ser ampliada por meio da música no momento da aprendizagem.

A ação de envolver a música no ambiente escolar ajuda promover a integração entre culturas e disciplinas. Segundo os PCN'S, a música deve ainda ser utilizada como comunicação e produção coletiva, como apreciação e como produção histórica cultural. "As atividades propostas na área de Arte devem garantir e ajudar os alunos a desenvolver modos interessantes, imaginativos e criadores de fazer e de pensar sobre a Arte, exercitando seus modos de expressão e comunicação". (PCN's, 1998; p.95).

O mundo globalizado exige modelos mais dinâmicos que possam resgatar a unidade de conhecimento, novas atitudes, novas perspectivas, ou seja, uma mudança nos paradigmas curriculares. Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais sinalizem no sentindo das especificidades das formas de expressão artística abrangida pela expressão "ensino de artes" (neste caso, das Artes), a reconstrução do espaço das Artes na educação básica nacional permanece um desafio.

Na rede pública do estado de São Paulo não é difícil constatar que o gerenciamento autoritário das unidades de ensino, a carência de espaços físicos adequados para o trabalho com as artes, a superlotação das classes, as instalações escolares precárias, os baixos salários pagos aos trabalhadores da educação têm afugentado a competência profissional, isso não só em relação ao ensino das artes (JAPIASSU, 2001; p.53).

Há de se considerar que os objetivos da inserção da música nos currículos escolares não são formar dançarinos, mas indivíduos que saibam apreciar e tenham sensibilidade para desenvolver o espírito crítico da arte.

Em suma, nas décadas de 80 e 90, tendo se incorporado a importância do processo criativo para o ensino de artes nas escolas partirem das experiências das décadas de 60 e 70, a valorização do produto artístico aliado a esses processos volta a fazer do cenário do ensino de arte, valorizando-a como disciplina escolar e não mera atividade, tal qual prescrevia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº5692-71.

Esta transformação no currículo escolar foi umas das maiores bandeiras dos proponentes e seguidores desta corrente, A necessidade, já explicitada várias vezes, de incluir a arte no currículo como qualquer outra disciplina. Mas esta pode vir a ser, também uma das maiores atrocidades cometidas contra a própria arte no contexto escolar (MARQUES, 2001; p.38).

Nestes termos, retira-se então que, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais na área de Arte, esta expressão artística aparece pela primeira vez em documento nacional como disciplina a ser ensinada nas escolas brasileiras. Nos das atuais, a presença dessa disciplina nas escolas passa a ser mais discutida e aceita pelos profissionais de educação, no entanto ressalta-se que pouco tem sido feito para que a música/dança, enquanto Arte e forma de conhecimento sejam inseridas no currículo escolar.

O que se evidencia, é que pouco tem se contribuído para que esta prática se realize, haja vista a escassez e falta de material, espaços físicos, e o que é mais gritante, a ausência e dificuldade de professores qualificados para o ensino desse tipo de arte.

Neste sentindo, propõe-se uma situação complicada e difícil, pois se por um lado os professores desconhecem a dança, em contrapartida a contratação, ou mesmo a inserção de artistas nas escolas a fim de ensinar dança por meio de diferentes repertórios musicais, os quais desconhecem aspectos pedagógicos e educacionais, parecem deflagrar a própria ineficácia do currículo atual.

Assim emerge um desafio atender as necessidades dos alunos, dos professores e dos profissionais da área artística, pois há necessidade de um profissional com fundamentação teórico-prático urgentemente para atender a demanda escolar, uma vez que só dessa maneira acredita-se que este tipo de conteúdo atrelado à aprendizagem possa realmente fazer parte do universo escolar de forma consciente, critica e principalmente transformadora caso se insira como parte integrante do currículo.

O que não pode se perder de vista é que a música possibilita ao aluno um conhecimento mais amplo do seu corpo, de suas possibilidades de expressão, lhe proporcionando uma consciência corporal que muitas vezes este aluno não encontra no ensino de outras disciplinas.

A música não é apenas uma arte que permite a alma humana expressar-se em movimento, mas também a base de toda uma concepção de vida mais flexível, mais harmoniosa, mais natural. A dança não é, como se entende a acreditar, um conjunto de passos mais ou menos arbitrários que são o resultado de combinações mecânicas e que, embora possam ser úteis como exercícios técnicos não poderiam ter pretensão de constituírem uma arte: são meios e não um fim. (DUNCAN APUD GARAUDY, 1980; p.57).

Ressalta-se essencialmente, que a arte da dança/ música não é meramente uma forma despretensiosa de se inserir no currículo escolar. Por esse motivo, não deve ser de-

sassociada de aspectos de socialização, físico e psicológico. Partindo dessa premissa acredita-se que os alunos desenvolvem sua autoconfiança, e assim poderão lutar e buscar seus ideais na sociedade como cidadãos atuantes e participativos, para se autoconhecer e mediante isso buscar o conhecimento do outro.

Sejamos capazes de experimentar relacionamentos nos quais a consciência do eu e dos outros é realçada. O sentimento de alegria que a dança nos dá ajuda a nos harmonizar e a ganharmos um incrível sentimento de pertencer. Se no nosso ensino tivermos ajudado as pessoas a enfrentar o medo e conquistar confiança pra se comunicar livre, sensível e imaginativamente, se sentirmos que possibilitamos que os alunos se tornem mesmo em pequena escala, conscientes de seu potencial e dos outros, então teremos atingido sucesso. Este sucesso é justificativa de uma educação através da dança (ULLMANN IN LABAN, 1985; p.134).

Com esta arte atrelada ao currículo escolar, certamente, será permitido ao aluno expressar as emoções e os sentimentos, através do movimento, auxiliando na sua autoestima, autoconfiança, proporcionando-lhes uma sensação, que lhes é roubada: a da independência.

Dentre tantos benefícios percebidos e anunciados a esse conteúdo é possível citar a questão que se refere ao por que será que o currículo atual não contempla uma formação especifica ao professor que o fundamente e lhe propicie ferramentas para atuar com esta disciplina de modo a contribuir no processo de desenvolvimento e aprendizado dos alunos.

Logo, um processo pedagógico que busca a arte educação como meio de aprendizagem deve ter um olhar para promover o desenvolvimento e a criação do sujeito, para ampliar sua vivência cotidiana nos aspectos sociais, culturais e cognitivos.

ARTE COMO EDUCAÇÃO MUSICAL

Constituindo a escola de Educação Infantil o primeiro recinto formal onde se dá o desenvolvimento de cidadãos, ele deve ser um ambiente para oportunizar o contato sistematizado com o universo artístico e suas linguagens: arte visual, teatro, dança música e literatura.

Conforme BARBOSA (2006) a instrução da arte necessita estar em concordância com a atualidade. A sala de aula carece ser um espelho do ateliê do artista ou do laboratório do cientista. Neles são adiantados estudos, técnicas e o método criativo toma configuração de forma ativa.

Assim, a concepção de arte no espaço infantil implica numa expansão do conceito de cultura, ou seja, onde o professor trabalhe toda e qualquer produção das crianças e as maneiras de como foram realizadas essas construções.

Neste sentido é necessário se preocupar em promover a interação entre saber e prática relacionados à história, de acordo com BARBOSA (2006), entre sociedade e a cultura cada agrupamento entreposto nestes artifícios configura-se pelos seus valores e sentidos, e são atores na construção e transmissão dos mesmos.

A cultura está em constante modificação, expandindo e permitindo atos que estimam o cultivo e a comunicação da informação. Compete então recusar a separação entre teoria e prática, entre causa e o entendimento, ou seja, toda desagregação da existência e da informação, possibilitando uma relação de ensino/aprendizagem de forma efetiva, a partir de experiências vividas, múltiplas e diversas.

Analisar também nesta proposta a vertente lúdica como processo e resultado, como conteúdo e forma.

Dessa maneira, ganha vida no cenário escolar infantil a música e toda a sua arte exuberante que pode propiciar múltiplos sentimentos e diversas sensações, além de remeter aos pequenos um poder extraordinário de desenvolvimento e prazer. Eis que essa arte na educação infantil é indissociável.

De acordo com TAVARES (2013, p. 10), a música pode ser definida como uma arte, e por meio de suas diversas possibilidades pode dispor defeitos acústicos capazes desconstruir resultados estéticos. Em seus efeitos mais simples e primitivos a música é a manifestação folclórica comum a todas as culturas: nesse caso, essencialmente anônima e aprovada na transmissão oral, espelha particularidades étnicas determinadas.

A reflexão sobre os significados da palavra música ao longo de sua história e dos povos faz nos remeter a identidade daquele que no momento musical se permite se sensibilizar dessa arte de combinações de sons rítmicos.

Conforme TAVARES (2013, p. 22), elementos principais da música, melodia, harmonia, ritmo e som, tornam-se fundamental, para entender mais a frente à importância da música na educação infantil. É fato que, estes dois elementos acompanham o ser humano desde o início de sua vida.

O bebê no ventre materno, já pode identificar sons através do ouvido, portanto, o som e o ritmo que são repassados a esse feto poderá ao longo de sua vida ser percebido e daí, observamos o poder mágico e transformador existente entre ser humano e música. Em conformidade com RIBAS (1957, p. 09):

Todo organismo vivo necessita de ritmo nas funções, pois do contrário, estão fadados ao aniquilamento. No homem, por exemplo, os ritmos são complexos e indispensáveis à atividade do indivíduo, como no desenvolvimento embrionário, na gestação, no nascimento, no crescimento

físico e mental da criança, no dinamismo nervoso e humoral, nas marchas das operações mentais, nas alternativas de agitação e repouso, de vigília e sono, na multiplicação das células e dos tecidos. RIBAS (1957, p. 09).

Se entendermos através de nossas vivencias como seres humanos no contato diário com a música que ela é algo que nos dá prazer e ao mesmo tempo nos motiva para sermos melhores, certamente a música é uma aliada importância no que se refere ao desenvolvimento desses indivíduos. Para Segundo RIBAS (1957, p. 10):

A música como o calor, pode penetrar no ser até a própria fonte dos movimentos, alcançarem o mundo dos instintos e desejos, penetrar na vontade, sendo também capaz de fanatizar e cegar as pessoas quando os ritmos são dirigidos à parte inferior do ser humano. Entre todas as artes, nenhuma, como a música manifesta sua íntima relação com a esfera dos sentimentos, porque o centro de sua origem está relacionado com a parte rítmica do organismo. Assim, percebe-se que a música pode influenciar sentimentos e humores. RIBAS (1957, p.10).

Assim sendo, os autores explicam ainda que por meio da música o ser humano pode sentir às vezes, sentimentos como: motivação, entusiasmo, alegria ou mesmo, desânimo, apatia e medo de enfrentar a vida.

De modo que diante do exposto, se pode compreender que as benfeitorias da música na escola se distendem para todos os campos da aprendizagem, tendo uma função crucial na atualidade do sujeito.

Sobretudo é válido citar o quanto os indivíduos permanecem cada vez mais preocupados em seguir a rapidez com que os fatos advêm em contrapartida as relações com suas famílias, seus afetos, suas emoções, ocorrem cada vez menos. Diante disso, a música permite então, conhecer, rememorar, divulgar, inventar e auto realizar. Sobre isso BRÉSCIA (2003, p. 11), discorre:

Discorre que quando o professor coloca na sala de aula, uma música mais agitada, é comum ver os alunos dançando, sorrindo mais, pulando, falando, gesticulando. No entanto, o oposto é notado quando se coloca uma música mais lenta, ou instrumental. Pontuar música na educação é defender a necessidade de sua prática em nossas escolas, é auxiliar o educando a concretizar sentimentos em formas expressivas; é auxiliá-lo a interpretar sua posição no mundo; é possibilitar-lhe a compreensão de suas vivências, é conferir sentido e significado à sua nova condição de indivíduo e cidadão. BRÉSCIA (2003, p.11).

Deste modo, entre todas as artes e esta ser de gosto mundial e indefensível a cultura dos povos, a música se desponta de maneira intensa e ativa, visto que suas requisições e sua íntima afinidade com a esfera das emoções alcança de forma adequada evolução dos seres humanos.

De acordo com WILLWMS (1999, p. 62) a música para a aprendizagem da criança é formidável para aquisição de artifícios na primeira infância.

Atividades relacionadas à música precisam ser proporcionais à intencionalidade que o docente deseje propiciar aos seus alunos, bem como a forma de aprender, coordenação-motora, realidade social, emocional, e outras condições que façam parte da vida cotidiana da criança.

Entende-se assim, que uma das colocações intrínsecas da música é adaptar, sobretudo o anseio de assimilar e cooperar para o entendimento social dos sujeitos, e pode ser um meio de ligação entre indivíduos das quais fazem parte de atmosferas transversalmente adversas.

De forma ativa e contínua, a aprendizagem musical integra prática, reflexão e conscientização, encaminhando a experiência para níveis cada vez mais elaborados. Existem várias ideias criativas que podem ser trabalhadas nas escolas com relação à Iniciação Musical na pré-escola.

Segundo BRÉSCIA (2003, p. 17): Especialmente pelo seu poder de concentração, agilidade, coordenação motora e estímulos ao aperfeiçoamento por parte dos alunos que se interagem em várias linguagens musicais.

Pode-se dizer que a Arte é simplesmente um meio de criar, de fazer coisas que concorrem para tornar a vida diária mais agradável, mais satisfatória. Toda pessoa, ainda que variando a maneira e a intensidade, é, ao mesmo tempo, um artista e um apreciador de Arte. Como artista, é o executor que combina a perícia com sensibilidade às qualidades das coisas. Tanto a execução como o resultado, lhe traz satisfação. Se alguém admira seu trabalho, ele está pronto a dizer: Passei momentos maravilhosos fazendo isto. Como apreciador de Arte, está continuamente refletindo sua sensibilidade nas obras que seleciona e adquire para seu próprio uso e satisfação. Seja ele artista ou apreciador, o motivo que o impele é o mesmo: buscar experiências que sejam interessantes, variadas, expressivas e satisfatórias. BRESCIA (2003, p. 17).

Sendo assim com bases nas pesquisas feitas até o momento, compreende-se que música em seu significado mais puro se relaciona a arte dos sons e que nós seres humanos, somos indivíduos musicais desde o ventre materno e que a música favorece ao indivíduo um equilíbrio e comprometimento e inserção social de uma maneira prazerosa e harmoniosa.

Assim, não poderia deixar de contribuir para o desenvolvimento de aprendizagem na educação infantil como ferramenta de auxílio ao trabalho do professor.

O TRABALHO PEDAGÓGICO MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Se a pretensão na educação infantil é trabalhar com conceitos de criação e produção artística, como a música,

por exemplo, é preciso focar em atitudes de rotina, organização do tempo e das atividades propostas para o desenvolvimento e apreciação pelas crianças da temática.

Sendo assim, se a criança produz, fabrica o seu brinquedo, ela se torna autora e dona dele; ela lhe imprime a sua intenção e o seu desejo cria o que necessita. E assim, esse momento pode ser propiciado em várias formas de se desenvolver.

Nesse sentido, a fabricação é o mérito do brinquedo-sucata, o que por si só já é uma brincadeira. Além disso, o brinquedo-sucata, como cita MACHADO, 1994, consente a quem brinca com ele, desvendá-lo, ressignificá-lo, pois é um objeto que contém inúmeros significados que não são óbvios nem estão manifestos.

Assim entendido, o trabalho com sucata desenvolve na criança a habilidade manual e principalmente a intelectual, constituindo-se num suporte potencial para a atividade infantil, pois ao criar, a criança vivencia dois momentos fundamentais no processo de construção do seu conhecimento: ação e reflexão. Podemos conceituar sucata segundo CUNHA (1988, p. 18):

Um material descartável, aquele material que aparentemente, não tem mais utilidade, mas que com um pouco de criatividade pode ser reaproveitado. Machado (1994) a define sendo qualquer coisa que perdeu o seu uso original, que se quebrou, que não serve mais ou que não tem mais significado. Acreditamos que no processo criativo, tudo pode ser sucata, pois envolve todo objeto que desperta a nossa sensibilidade, estimula a nossa imaginação e nos leva a criar, transformar, tornar útil tudo o que for descartável. Porém, deixamos bem claro que por sucata não se quer dizer lixo, ferro velho, coisas jogadas fora. Quer-se dizer objetos que já tiveram um determinado uso e passam a ser matéria-prima para ser transformada e adquirir um novo significado. CUNHA (1988, p. 18).

Para DIDONET (1989) a sucata é uma matéria-prima, tem alto potencial educativo, mas isso não é o único aspecto positivo. Visando atender a problemática da insuficiência ou inexistência de materiais para a realização de atividades, o trabalho com sucata traz outras vantagens para o desenvolvimento infantil.

Ainda em acordo com DIDONET (1989) a construção através da sucata ajuda a desenvolver nas crianças a consciência ecológica. Ao produzir seu próprio brinquedo, a criança aprende a trabalhar e a transformar materiais cujo destino era o lixo, preservando assim, o meio ambiente da poluição.

Vale ressaltar também, que o valor afetivo dispensado ao objeto pela criança fabricado, constitui-se numa outra característica importante, já que dificilmente ela se desfaz daquilo que construiu, tratando-o com muito zelo e carinho, atitudes essenciais na formação da personalidade.

Para ser eficaz esse processo pedagógico que visa trabalhar conscientização ambiental na educação infantil através de sucatas, o educador precisa estar atento à idade e às necessidades das crianças para selecionar e deixar à disposição materiais adequados.

Um aspecto importante a ser mencionado é solicitar a participação das crianças, suas famílias e dos recursos do bairro (armazéns, bares, marcenarias, etc.) na realização de campanhas para conseguir os materiais. A partir daí, o educador pode montar um sucatarão com as sucatas trazidas pelos alunos.

Para CUNHA (1988) essas campanhas pode ser a parte mais rica na construção do acervo. Além de envolver os alunos, envolvem também toda a comunidade. Uma sugestão é colocar no local, onde há maior circulação de pessoas, uma faixa ou um cartaz, solicitando o material do mês. Para CUNHA, (1988, p. 54):

Salienta dois fatores importantes para facilitar o trabalho do educador, evitando que isso aconteça: a limpeza do material e o seu armazenamento, sendo que este deve favorecer o acesso das crianças. Depois da limpeza, a sucata deve ser separada e classificada por caixas ou gavetas. Sendo conveniente escrever ou colocar numa das laterais da caixa a mostra do que está guardado lá dentro, pois isto favorecerá a autonomia das crianças e a sua participação. CUNHA, (1988, p. 54).

Portanto, a proposta de se trabalhar pedagogicamente com sucatas proporciona um lugar que deve primar pela ordem, limpeza, seleção e classificação de todo o material a ser utilizado, levando as crianças a manuseá-los de forma segura e eficaz.

De acordo com COSTA (2004) é no ato de brincar que a criança consegue a sua autonomia e arquiteta hipóteses sobre as informações recebidas. Assegura a autora: ”é necessário, que se deem subsídios para que as crianças ampliem seus vastos potenciais na descoberta de mundo”.

O ato de criar envolve deixar a imaginação e a fantasia livres de qualquer intervenção, quando a brincadeira for um ato livre, quando dirigida, antes é necessário expor as regras e a partir do momento elas não sendo cumpridas, cabe às próprias crianças participantes da brincadeira, intervir.

Para COSTA (2004) quando o brinquedo é arquitetado pela própria criança, ela se torna especial, pois foi realizado por ela. Os jogos e as brincadeiras são ótimos ensejos de mediação entre o prazer e o conhecimento historicamente estabelecido, já que o lúdico é uma ação cultural.

Assim, propõe-se a valorização do lúdico como atividade geradora de desenvolvimento intelectual, social e emocional, proporcionando a integração do lúdico na educação

formal, para facilitar e tornar agradável, pedagógico e educativo esse processo. Para KISHIMOTO (1996, p. 23):

Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquirem noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-lo. Ao permitir à ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e o desempenho de ações sensório-motoras (físico) e as trocas nas interações (social), o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil KISHIMOTO (1996, p. 23).

No entanto, é importante advertir que o conteúdo do imaginário decorre de experiências anteriores obtidas pelas crianças em diversos contextos. Assim, o lúdico nas aulas com música, desenvolve o senso da competência, ou seja, o grau no qual a criança se sente capaz de produzir os efeitos desejados no seu ambiente, animado e inanimado, ou o quanto ela se sente para alcançar os alvos que julgam importantes, ou consegue dos outros os comportamentos que deseja. A competência leva à confiança e senso de eficácia, diminui a ansiedade e melhora o auto respeito.

Assim, cabe aos profissionais da educação, criar situações de trabalho onde possibilite a cooperação, criação e construção de conhecimentos, viabilizando ações educativas lúdicas inseridas nas temáticas ambientais, buscando a sensibilização de adultos e crianças para que possam ser agentes disseminadores dos conhecimentos, melhorando a qualidade de vida e, consequentemente, da sociedade em que estão inseridos.

A música utilizada de forma correta dentro de um planejamento pedagógico traz benefícios para as crianças, desse modo, é crucial adequá-la ao contexto curricular. Portanto, sabendo que a infância é à base de toda formação do indivíduo, é fundamental que seja levada em consideração as questões típicas dessas idades, e ainda, ser tratada e respeitada com a devida importância que deve ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, onde ressaltou a importância da música na educação infantil, sendo este tema uma maneira de desenvolvimento para as crianças. Esta pesquisa teve a intenção de compreender como as dinâmicas dos ritmos musicais contribuem para o desenvolvimento da criança e apontar todos os benefícios que a música pode proporcionar a vida da criança na educação infantil.

Por meio deste trabalho foi plausível abranger a estima que a música concebe em relação à formação individual dos pequenos em seus aspectos físicos, sensoriais e intelectuais.

Compreende se então que a música é estimada como um instrumento crucial no que se menciona à obtenção de novos saberes na esfera escolar. Sendo assim este estudo foi importante para uma melhor compreensão desta ação, que é primordial para o crescimento cognitivo, social, emocional e físico-motor dos pequenos.

Sendo assim considera se que a música como estratégia pedagógica representa um papel importante para que as crianças criem aptidões na aprendizagem coletiva favorecendo assim o respeito, a integração, socialização, além de outros valores primordiais para um desenvolvimento saudável.

Ao participar de aulas atreladas com ritmos musicais, o sujeito consegue enfrentar desafios e encarar diversas situações que possam vir a surgir, em muitos momentos a música pode ensinar aprimorar diversos significados de regras e convivência, ou seja, a criança aprende de uma forma divertida e prazerosa.

Compreende se que esta pesquisa proporcionou uma melhor percepção a respeito do uso da música como ferramenta pedagógica e pode se observar que estes te matem sido cada vez mais utilizado e repensado nos conteúdos aplicados na educação infantil, deixando de ser um mero momento de ocupar o tempo.

Portanto, é válido ressaltar a relevância do docente como intercessor no processo de desenvolvimento referente aos momentos musicais na sala de aula, mencionando os todos os benefícios que estas atividades propiciam ao serem aplicadas pelo educador, ou seja, esta ação não pode ser vista como um momento de passatempo.

Conclui se então que a música e o aprender caminham atrelados, e por meio dos ritmos musicais pode se notar entusiasmo, novos aprendizados e anseios, e especialmente que o docente consiga propiciar através da música momentos onde a criança se beneficie com um aprendizado significativo que será valioso para todos os momentos de sua vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Heloísa Helena; SILVA, Lucia Isabel da C. **Concepção de Infância Significado da Educação infantil**. Espaços da escola. Unijuí, n.34, ano 9. Out/Dez, 1999. p.33-40.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Terceiro e Quarto ciclos**. Brasília: MEC/SET, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

COSTA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2004.

CUNHA, Maria Zilda. **Entre livros e telas – A narrativa para crianças e jovens: saberes sensíveis e olhares críticos**. In. VI Atlântica n.14. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

DINELLO, P. **Conhecer e Aprender- Sabedoria dos limites e desafios**. Artmed: Porto Alegre, 1998.

DIDONET, V. **Creche: a que veio... Para onde vai...** Em Aberto (Brasília, DF), v.18, n.73, p.11-28, jul. 1998.

GARAUDY, Roger. **Dançar a Vida** – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

JAPIASSU– Hilton. **Sonho Transdisciplinar e as Razões da Filosofia**, Imago, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. **Infância e crianças de seis anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 1992.

MACHADO, Ana Maria. **Abrindo Caminho**. São Paulo: Ática, 1994.

MARQUES, Isabel. **Dançando na Escola**. São Paulo. Cortez, 2001.

RIBAS, J.C. **Música e Medicina**. EDIGRAF Ltda. 2ª ed. São Paulo, 1957.

TAVARES, IM; CIT, S. **Linguagem da música**. Curitiba: IBPEX, 2013.

ULLMANN, Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1985.

WILLWMS, Anna Maria Gonçalves. **Brincando de Música: Experiências com Sons, Ritmos, Música e Movimentos na Pré-Escola**. Porto Alegre: Kuarup, 1999.

Intervenção psicopedagógica no processo de inclusão na educação infantil

Cleide Rosália Fernandes Nichele

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar e relatar as informações sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, seja física ou psíquica, na educação infantil, visando o papel que a escola inclusiva deve assumir no processo de inclusão escolar.

Como se deu o processo histórico deste movimento, o que a legislação nos oferece, e como se dá o processo de intervenção psicopedagógica através do lúdico pelos profissionais da educação infantil, são as partes principais que compõe este trabalho.

O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores está despreparado para atender a essa clientela.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Criança, Lúdico e Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a complexidade da problemática da aceitação da diversidade, exclusão e inclusão de pessoas com deficiência de qualquer natureza, e problematizar, levantar questões acerca dos limites e possibilidades a respeito da proposta da inclusão dentro da escola que tanto pode excluir quanto incluir.

Esta discussão é importante para que possamos compreender os limites e possibilidades da proposta da inclusão para as pessoas com deficiência intelectual ou física dentro de uma escola de educação infantil e, a partir disso, construir práticas e políticas de inclusão que de fato sejam bem-sucedidas.

A meta desta pesquisa é conhecer como se entrelaçam as diferentes maneiras de enxergar e combinar possibilidades de intervenção psicopedagógicas e educativas no processo de inclusão do deficiente e entender em que medida ocorre ou não a efetivação das novas diretrizes do ensino básico brasileiro.

Pretende-se desenvolver nesse trabalho um estudo a respeito das diferentes dificuldades apresentadas pelos

professores quando trabalham em uma sala de aula da educação infantil e é inserido na turma um aluno com deficiência, seja ela física ou psíquica e que são discutidas em pesquisas e estudos sobre esse tema.

Em minha experiência em sala de aula como professora de educação infantil, me deparei com alunos de necessidades educacionais especiais e muitas vezes não sabemos o que fazer e como trabalhar com esses alunos, devido à despreparação, muitas vezes acaba sendo excluído.

A perspectiva da construção de políticas públicas de inclusão educacional significa escolas para todos em que os alunos, independentemente de suas características, tenham condições de acesso, como previsto na legislação.

Diante de tal situação e vivências particulares sobre o tema inclusão o qual faz meu sangue vibrar não só de alegria, mas também de tristeza por ter consciência de sua não efetividade cotidianamente, talvez pela novidade, tanto para a escola como para sociedade há muito para se discutir no sentido de uma inclusão plena.

Provocar discussões sobre esse assunto significa munir cada vez mais a sociedade para o caminho da ética, da moral e da responsabilidade como ser humano em seu mais profundo existir na luta pela libertação das amarras e do descaso e do desrespeito.

Para realizar meus estudos esta pesquisa foi baseada na análise da bibliografia para obter as informações de que necessitava, realizei algumas pesquisas na Internet, li artigos em revistas especializadas em educação, além de consultar literaturas de autores que abordam sobre o tema.

No primeiro, contextualizam-se os aspectos históricos da inclusão e apresenta-se de forma sucinta o processo de inclusão de alunos com deficiências e algumas considerações na busca da melhoria nesse processo.

A Educação Inclusiva preconiza o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas, por intermédio da matrícula em classes regulares de ensino, ao mesmo tempo em que propõe a reestruturação do sistema educacional para atender à diversidade de aprendizagem dos alunos com deficiência.

INCLUSÃO ESCOLAR: UM BREVE HISTÓRICO

A inclusão escolar é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade e não deve ser confundida com assistencialismo ou caridade.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão, para tanto deve estar fundamentada com a concepção social, pessoal, cultural, filosófica, política e econômica.

Para Sassaki (1997, p.42) inclusão é:

"Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via."

Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência: mencionando direitos inerentes a uma deficiência específica, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

Inclusão social é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

A inclusão é uma ação que combate a exclusão social, geralmente ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física e mental, idosas ou minorias raciais entre outras que não tem acesso a várias oportunidades, ou seja, incluir é também oferecer aos mais necessitados oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente uma camada da sociedade.

Em 1970, o número de alunos com necessidades educacionais especiais triplicou nas escolas públicas e entre os anos 1960 e 1970, a quantidade de crianças deficientes que recebiam serviços de educação especializada aumentou em torno de seis vezes mais, a contar do ano de 1948 a 1974 nos Estados Unidos.

A inclusão na educação é uma mudança de postura (Mantoan, 2002) Ao adotar uma postura inclusiva, que exige ética, respeito, dedicação além de muita pesquisa, pode se verificar a necessidade de reestruturação dos sistemas de ensino brasileiro que devem se organizar para dar respostas às necessidades educacionais de todos educandos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo: as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

No entanto a Declaração de Salamanca trouxe um avanço importante ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo o investimento possível para o redimensionamento das escolas, para que possam atender, com qualidade, a todas as crianças, a despeito de suas diferenças e /ou dificuldades.

Podemos ser ingênuos a ponto de julgar que a inclusão é um processo fácil e que uma mudança significativa nas possibilidades educacionais das pessoas que apresentam deficiência já está se dando, como afirmam os documentos oficiais (Ferreira e Ferreira, 2004 apud Oliviera e Miranda, 2006).

A inclusão social é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

A Legislação Brasileira ampara o processo da inclusão na educação infantil de forma a se embasar numa trajetória que diariamente construímos juntos.

A partir deste movimento a Inclusão Educacional tornou-se cada vez mais necessária e por isso, a implantação de políticas no segmento da Educação Infantil para alcançar tal objetivo, tornou-se ainda mais urgente, na qual se baseava em três vertentes: garantir o acesso e a permanência, com êxito, das crianças com necessidade especiais na Educação Infantil da rede regular de ensino;

O modelo escolar antigo possuía uma visão assistencialista na Educação Infantil, rompendo com este e buscando atender as crianças que apresentam necessidades especiais com a Inclusão efetiva, conseguiremos alcançar o desenvolvimento de todas as crianças, considerando-a autônoma e capaz no ambiente em que está imersa.

Atualmente, na legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Infantil é definida como a primeira fase da educação básica, que para os leigos no assunto, significa um período de brincar, de desfrutar do lúdico sem cobranças, para outros com mais conhecimento, a criança é vista como um sujeito ativo na construção do seu conhecimento e da sua cidadania.

É necessário lembrar que a Educação Infantil é uma etapa privilegiada para o avanço em direção aos objetivos da educação inclusiva e a infância é o melhor momento para se oportunizar a aprendizagem das diferenças, envolvendo-se também neste processo, pais, professores e sociedade em geral.

Uma instituição educacional que acredita na inclusão deve ter o compromisso de proporcionar situações na rotina da escola que envolva o respeito, amor, cidadania, cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e todos os valores necessários na formação de um cidadão.

A definição básica da criança que apresenta necessidade especial consiste em que esta apresenta uma necessidade especial na aprendizagem, podendo ser decorrente ou não de causa orgânica, ou ainda, ser resultado de um talento muito superior à média dos colegas das classes regulares de ensino.

Para isso, é necessário fazer o diagnóstico educacional que consiste em utilizar recursos e procedimentos técnicos por profissionais que compões uma equipe multidisciplinar que avaliarão as crianças e destacarão as características de suas necessidades especiais, bem como poderão elencar causas e consequências destas de forma segura e que serão úteis para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula inclusiva.

Diante disso, a partir dos diagnósticos educacionais realizados e das escolas e da realidade de cada instituição, pode ser sugerida a organização do Ensino Itinerante (professor especializado visita escolas diferentes orientando os demais professores e também alguns alunos) e da Sala de Recursos (sala que conta com material e equipamentos especiais, utilizados por professor especializado que orienta os alunos a utilizá-los na construção do conhecimento).

Outro recurso muito interessante e de grande valia, principalmente para as crianças menores é a Estimulação Precoce que tem como princípio básico a intervenção de uma equipe multidisciplinar no sentido de incentivar o desenvolvimento global da criança através das vivências, estratégias que enfocam os aspectos físico, sensório-perceptivo, motor, sócio-afetivo, cognitivo e da linguagem.

Uma escola de Educação Infantil pautada na inclusão e que permita a convivência da comunidade, essa consciência da diversidade, possibilitará um preparo para a cidadania e um desenvolvimento humano muito maior para todas estas crianças, proporcionando a elas a garantia do cumprimento das leis vigentes, bem como do desenvolvimento integral da criança e consequentemente da conquista de um futuro mais justo nos diversos segmentos da sociedade a que pertence.

Conhecendo melhor as peculiaridades de cada uma destas necessidades especiais é possível identificar a signi-

ficância da luta pela inclusão que visa à inserção destas crianças na escola regular de ensino desde a Educação Infantil, tentando assim assegurar a elas melhores condições de vida e de crescimento, tendo em vista que suas limitações podem ser superadas, embora precise de auxílio constante da escola, da família, da sociedade tão quanto antes for possível.

O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes.

Para a criança que apresenta necessidades especiais, este ingresso pode significar a vitória sobre a segregação, pois estando em contato com crianças "normais", ela aprende o que vivencia e se torna parte fundamental deste mundo, no qual tudo parece desconhecido, mas também do qual necessariamente fará parte.

RCNEI – Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais definem que o paradigma anterior que propunha uma visão assistencialista, de educação preparatória deve ser rompido e precisamos enxergar a criança como pessoa autônoma, inserida num contexto sócio, histórico e cultural.

Na pedagogia da Educação Infantil, as crianças e as interações que estabelecem entre si e com os outros são o ponto de partida para a construção e reconstrução de uma cultura que está viva, é dinâmica, na qual o "corpo e movimento", seus sentidos e significados são vistos e vividos como características especificamente humanas.

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Nessa nova perspectiva, a educação inclusiva assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, por meio das interações que estabelece com o meio.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o professor comum e o professor especializado trabalharam separadamente em virtude do modelo segregativo destinado aos alunos com deficiência, de forma que um trabalho colaborativo não faz parte da nossa experiência profissional. No entanto, a literatura tem apontado a colaboração como um meio eficaz para construção de escolas inclusivas. O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, una esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta. A prática colaborativa requer alteração na estrutura da escola de forma a modificar uma cultura de trabalho isolado entre os professores.

Esta gestão pedagógica compreende em um trabalho em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica. E para manter a qualidade se faz necessário desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos, como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas.

Para uma melhor abordagem do assunto é fundamental que fique claro para o educador ou profissional da área, a imprescindível observação de forma profunda, enxergando toda singularidade do aluno e assim, direcionando para o processo a ser utilizado, jogos e brinquedos que se adaptem perfeitamente ao mesmo.

É necessário ter e/ou programar um espaço físico e temporal, para que as brincadeiras aconteçam, assim como há diferenças no desenvolvimento da capacidade de brincar das crianças decorrentes da disponibilidade e qualidade de materiais lúdicos que são oferecidos a elas. O corpo docente da educação infantil necessita estar consciente da necessidade do espaço/ambiente, e conhecer a importância da atividade lúdica para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

É importante, na prática, desenvolver fichas de observação para o professor, para que o mesmo possa fazer seu registro sobre a evolução pedagógica de seus alunos, de modo que possa começar a perceber as necessidades de cada um, e a partir daí, discutir sobre as estratégias mais adequadas para responder a tais necessidades que o professor pode observar através das fichas.

A Psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na Educação Infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim:

Apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças;

Sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária possam apresentar;

Realizar um trabalho que possibilite ao aluno desenvolver as funções cognitivas necessárias para que assim melhore em seu desempenho na escola.

Trabalhar em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica.

Desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos na educação infantil, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas;

O trabalho lúdico busca propiciar situações concretas que ajudam as crianças a superar suas próprias dificuldades, quer sejam de memória, atenção, observação, raciocínio ou outras, brincando. Este trabalho estimula sentimentos espontâneos contribuindo para a desinibição, favorecendo a construção da confiança e segurança dos alunos na construção do conhecimento. No processo de ensino-aprendizagem o brinquedo ou jogo apresentado ao aluno, pode passar de um objeto concreto apresentado pelo professor para um objeto construído pelo aluno. Porém é fundamental que o professor perceba em que contexto simbólico ou imaginário o objeto do aluno se encontra inserido.

O psicopedagogo utilizará para essa faixa etária tanto no diagnóstico como na intervenção psicopedagógica as brincadeiras. É importante salientar que a brincadeira é a atividade privilegiada da infância. Ela contribuirá tanto na constituição psíquica como no seu processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de socialização. Os educadores que se dedicam ao ensino infantil devem ter isso em mente e privilegiar também essa atividade na proposta de tarefas.

O brincar é o primeiro experimentar do mundo que a criança tem, pois através do brincar desenvolvem-se capacidades importantes como a memória, a atenção, a imitação a imaginação, ou seja, o brincar não é uma perda de tempo, nem mesmo um desperdício, pois muito pelo contrário, o BRINCAR vai muito mais além, pois envolve um conjunto de fatores que ajudam no desenvolvimento da linguagem, moral, emocional, afetivo e físico. Ao brincar, a criança passa a ter condições de explorar e refletir sobre a realidade e a cultura na qual está inserida, podendo assim interiorizar, e assim começar a se questionar sobre as regras e papéis sociais. O brincar proporciona o desenvolvimento, a criança aprende a conhecer, fazer, conviver e, sobretudo aprende a ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, conclui-se que as crianças com deficiências físicas ou intelectuais que estão matriculados na educação infantil, mostram que a inclusão educacional não vem acontecendo de forma que gostaríamos, a contribuir significativamente para seu o desenvolvimento ainda temos muito que aprender sobre o assunto.

O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico um currículo que contemple as necessidades especiais do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela estão inseridos, discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas de educação infantil regulares que se encontram preparadas para receber estas crianças.

A escola precisa assumir seu papel no processo de inclusão, buscando realizar as transformações necessárias, desde as adaptações arquitetônicas, curriculares, capacitação de professores e mudanças didáticas, pedagógicas, metodológicas que possam aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências na educação infantil.

A inclusão escolar é uma necessidade real e pontual para possíveis mudanças, em consonância com a modernização e o aperfeiçoamento das práticas educativas, tornando-se consequência natural de todos, em espaço de atualização das condições de ensino, com comprometimento, pois não se trata de um privilégio, mas sim um direito que deve ser respeitado.

No estudo pode-se comprovar as contribuições do lúdico na intervenção psicopedagógica, apresentando novos caminhos a trilhar, e que asseguram o sucesso do educando no processo de construção do conhecimento.

O maior desafio como psicopedagoga é construir com o educando sua reintegração à vida escolar, e no seu dia a dia, construir possibilidades que despertem o seu interesse prevenindo possíveis problemas e recuperando seu aprendizado.

Finalizo esta pesquisa com a convicção de que a escola e a sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que sempre reforçará os pontos fortes do indivíduo, reconhecendo suas dificuldades e adaptando-se as peculiaridades do alunado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL. http://br.search.yahoo.com/r/_ylt=A0geu8GHnNNR6jwACbbz6Qt;_ylu=X3oDMTBybnZlZnRlBHNlYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2FjMgR2dGlkAw/SIG=121o4h1vl/EXP=1372851463/**HTTP%3a//portal. mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pd.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

BRASIL. **Lei 10.172 - PNE 2001 - 2010**. Brasília: 2001

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental e Secretaria de Educação Especial. Referencial curricular nacional para a educação infantil: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2001.

BRITTO, Lucinda F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "Is"**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

DAL FORNO, Josiane Pozzatti; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão**. 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004

FERREIRA, J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. In Cadernos CEDES 46. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1a. ed., p. 7-15, 2006.

GLAT, R., FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, L. A. G. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos, brinquedos, brincadeira e a educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996

MACEDO, Lino de. **Os Jogos e sua importância na escola**. São Paulo, 1995

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/ SENAC, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC, BRASIL. **Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990**. www.mec.gov.br

MEC, BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1999**. www.mec.gov.br

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Bauru/SP: Práxis, 2000.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. São Paulo. 1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Um guia muito especial**. Disponível na internet em: http://www.defnet.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKY, L. S. **Fundamentos da defectologia (Obras escogidas)**, v. V. Madrid: Visos, 1998

A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

As práticas de letramento e alfabetização no contexto da aprendizagem significativa

Carla Gomes de Oliveira

RESUMO

Este artigo aborda o tema Alfabetização e Letramento nos contextos de ensino e aprendizagem. A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização. Este estudo se justifica devido ao fato de ambos os termos, apesar de amplamente discutidos no âmbito educacional, ainda causarem diferentes interpretações por parte dos educadores. A alfabetização e o letramento devem ocorrer juntos, aliando um ensino sistemático de notação alfabética com as vivências cotidianas dos educandos, a escola deve considerar as práticas leitoras e escritoras que são vivenciadas fora do espaço escolar para que o letramento realmente seja contextualizado e não apenas uma forma de aprendizagem em que a escrita seja exercitada para demonstrar habilidades e competências totalmente desvinculadas da função social que a leitura e

a escrita possui na vida social e nas práticas cotidianas. O ambiente alfabetizador na escola é constituído como espaço em que há a cultura letrada, com diferentes materiais, como livros, revistas, cadernos, gibis, etc., com a promoção de situações de aprendizagem em que a cultura letrada seja acessível para as crianças. É preciso que a criança seja convidada a pensar sobre a leitura e a escrita de maneira lúdica e ampliando gradativamente a construção de suas hipóteses. A justificativa para este estudo baseia-se no fato de o termo Letramento estar presente em grande parte das discussões atuais sobre aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Alfabetização. Aprendizagem. Ensino.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o tema Alfabetização e Letramento nos contextos de ensino e aprendizagem. Como objetivo geral para este estudo temos o de analisar os principais conceitos que envolvem os dois termos e como objetivos específicos analisar as práticas de letramento e alfabetização nos contextos de aprendizagem escolar e elencar os principais conceitos atribuídos para a definição de alfabetização e letramento.

Este estudo se justifica devido ao fato de ambos os termos, apesar de amplamente discutidos no âmbito educacional, ainda causarem diferentes interpretações por parte dos educadores. Como podemos definir letramento e alfabetização e qual o sentido de se alfabetizar letrando na sociedade atual?

Os debates e alguns questionamentos sobre os métodos de Alfabetização começam na década de 60 e tinham como base as dificuldades apresentadas na aquisição da leitura e da escrita que normalmente estavam desvinculadas com a =s experiências vividas pelas crianças fora do ambiente escolar, em casa e no meio social no qual está inserida.

Os métodos utilizados na alfabetização modificam-se com o passar dos tempos, com base em estudos, pesquisas, mudanças na sociedade e novas demandas sociais. O termo Letramento começa a ser utilizado em meados de 1980, concomitantemente com os questionamentos sobre os métodos de alfabetização, em sua natureza teórica e metodológica.

A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização.

O ambiente alfabetizador na escola é constituído como espaço em que há a cultura letrada, com diferentes materiais, como livros, revistas, cadernos, gibis, etc., com a promoção de situações de aprendizagem em que a cultura letrada seja acessível para as crianças. É preciso que a criança seja convidada a pensar sobre a leitura e a escrita de maneira lúdica e ampliando gradativamente a construção de suas hipóteses. A justificativa para este estudo baseia-se no fato de o termo Letramento estar presente em grande parte das discussões atuais sobre aprendizagem.

ALFABETIZAÇÃO

As contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky são muito importantes no processo de mudança de paradigma sobre a Alfabetização, as autoras rompem com a concepção de língua escrita como um código baseado em atividades de memorização e trazem uma nova concepção de língua escrita como um sistema alfabético. Nesta aprendizagem, segundo as autoras, as crianças ou os adultos analfabetos passavam por diferentes fases e o aluno não compreende neste momento, que a escrita representa os segmentos sonoros da palavra. As fases eram definidas como pré silábica, silábica e alfabética.

De acordo com Augusto (2009) é direito da criança o acesso a escrita na educação infantil e tal acesso deve considerar todas as informações necessárias para que elas possam pensar sobre sua própria língua, neste sentido é preciso sempre afirmar que isso não deve significar, de modo algum, apressar a escolarização, mais do que preparar para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental, a educação infantil tem que garantir vivências e experiências significativas de aprendizagem.

No ensino tradicional, os textos, em sua maioria eram literários, com a mudança de paradigma no contexto de alfabetização, o conceito de texto é mais amplo, abrangendo textos escritos e orais. Neste sentido quando utilizamos o texto oral como uma forma de ensino, torna-se necessário um novo planejamento de ações para a aprendizagem, que vise o desenvolvimento de tais habilidades.

De acordo com Luria (1988) o desenvolvimento da escrita pelas crianças pré-escolares se inicia por um processo que envolve a imitação do adulto e no uso de símbolos, que adquirem um significado e refletem o que a criança deseja anotar. As crianças nesta fase de aprendizagem utilizam os signos para anotar as letras, iniciando uma nova aprendizagem.

Para as crianças que utilizam somente letras para a representação da escrita, temos que ela imita o ato de escrever dos adultos, criando novas possibilidades, as crianças nesta fase de escrita realizam a atividade de maneira silenciosa, indicando que não há a tentativa de associar o som a escrita neste momento.

> Assim, a ausência da fala nos indicou que a atividade de escrita não era acompanhada pela tentativa de a criança estabelecer uma relação de simbolização entre as letras e os sons da fala. Por que então consideramos que a ausência da fala, durante a atividade de escrita dessas crianças, é indicadora da ausência de elaboração de relações entre os segmentos gráficos e os segmentos sonoros? (GONTIJO, 2003, p. 105)

De acordo com Gontijo (2003) as crianças que estão iniciando o processo de escolarização formal, utilizam letras para o registro dos conteúdos, caracterizando o desenvolvimento da escrita. No início não estabelecem relação entre os sons e as letras, reproduzindo as ações dos adultos ao escreverem e utilizando as letras que já conhecem.

No próximo estágio de desenvolvimento da escrita pela criança, ela passa a grafar a letra de acordo com o segmento sonoro correspondente, as crianças passam a construir por meio de sua fala as primeiras tentativas de relacionar a grafia com o som da fala. Segundo Leontiev (1978) a apropriação de conhecimentos pressupõe que a criança passe das ações realizadas no exterior para as ações do plano verbal, interiorizando tais ações.

> [...] a interiorização dessas relações significa que a criança se apropriou de uma função que possibilita compreender que existe uma relação de simbolização entre as letras e os sons da fala. Entretanto, é importante ressaltar que a apropriação da linguagem escrita não se reduz a aquisição da habilidade de analisar os sons das palavras e grafar símbolos gráficos adequados a cada segmento sonoro, mas é uma análise que deve ser aprendida e constitui o processo de desenvolvimento da escrita na criança. (GONTIJO, 2003, p. 118)

A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização.

A criança elabora o seu conhecimento a partir das interações que estabelece com os demais sujeitos, a interação permeia qualquer tipo de aprendizagem. É importante, neste contexto, considerar as diferentes hipóteses levantadas pelas crianças e abrir espaço para que ela fale de suas impressões. A relação professor-aluno no contexto da alfabetização deve se estabelecer com diálogo e espaços de aprendizagens em que a criança possa se expressar e trocar experiências com as demais crianças.

> [...] a visão da alfabetização como uma habilidade baseada na escola pode ser constituída de forma menos otimista em torno do fato de que, já que as escolas continuam a ser uma poderosa força na transmissão seletiva do conhecimento e da distribuição de oportunidades sociais, seria melhor que entendêssemos seu funcionamento em maiores detalhes. (COOK-GUMPERZ, 1991, p.17).

Segundo Cook-Gumperz (1991) frequentemente, os professores cooperam com as crianças na produção de narrativas orais, mostrando assim, pelo exemplo, como esta transição é feita. Surgem dificuldades, entretanto, quando as crianças de grupos minoritários têm problemas em se adaptar às expectativas de desempenho dos professores e quando, apesar das boas intenções, a comunicação das crianças dos grupos minoritários deixa de ser eficiente em termos de normas estabelecidas pela escola.

Contrapondo-se ao método sintético, temos o método analítico, que tem como princípio que o ponto de partida para a alfabetização seja o todo, partindo da palavra, desta maneira, o processo parte de uma palavra que a criança já conhece e que tenha sobre ela um conceito. No método analítico há um grande trabalho de memorização, que exige o auxílio da família, além disso, pode produzir efeito negativo em crianças que não têm facilidade para memorização.

Neste método a utilização das palavras é fundamental, em particular aquelas que pertençam à linguagem da criança, é importante que se explore a utilização de jogos e que o ambiente das salas de aula tenha à disposição matérias de uso comum, a fim de permitir que as crianças ajam com naturalidade.

LETRAMENTO

> Para aprender a ler e a escrever, é importante observar, agir sobre os objetos, organizar o pensamento e situar-se no mundo, uma vez que o conhecimento advém da própria atividade da criança. O indivíduo alfabetizado deve ser capaz de compreender o que lê e de expressar-se oralmente e por meio da escrita. Essa concepção assume que o indivíduo leva para a escola os padrões da linguagem oral e escrita desenvolvidos no cotidiano e, a partir daí, é capaz de perceber a necessidade do domínio da norma padrão. (NUCCI, 2005, p. 62-63)

De acordo com Calil (1996) temos três concepções sócio históricas de letramento. Na primeira concepção há um saber sobre a escrita antes de se aprender a ler e escrever, não reduzindo o letramento à alfabetização. Na segunda concepção, as práticas de letramento são situações em que a língua escrita faz parte das interações entre os indivíduos. Na terceira concepção, o letramento está relacionado as práticas sociais em que a escrita faz

sentido e o texto escrito assume as suas características, integrado no cotidiano do indivíduo.

É possível elencar os possíveis graus de competência em: o alfabetizado letrado como aquele que conhece o sistema e é capaz de utilizá-lo de maneira competente; o analfabeto com limitações, ou pouco letrado; o analfabeto letrado, que compreende as funções da linguagem oral e escrita e é capaz de buscar informações necessárias para o seu dia a dia; o alfabetizado pouco letrado, que conhece os códigos mas não possui habilidade nas práticas sociais.

Para que as crianças possam se apropriar da linguagem escrita é necessário que o professor tenha uma ação intencional e planejada, auxiliando a criança a compreender que existe uma relação entre as letras e os sons das falas. Esta ação deve ocorrer em um processo de interação com a escrita, com a proposição de atividades que envolvam a compreensão dos diferentes símbolos que fazem parte da sociedade, além de diferentes portadores textuais que contribuam nesse processo de aprendizagem da escrita.

> Para o indivíduo tornar-se letrado, não basta apenas o convívio com a escrita no ambiente familiar. Atualmente, somente a família não atende as demandas sociais do uso da escrita; é preciso que a escola contextualize o uso da escrita no e a partir do cotidiano. Cabe aos professores monitorar a apropriação do conhecimento e a socialização para preservar a cultura. Cabe a eles também reconhecer o movimento da linguagem que ocorre em diferentes situações de interação pela palavra escrita, considerando-se as variações linguísticas. (NUCCI, 2005, p. 66 apud MATENCIO, 1994)

Em relação ao fracasso escolar podemos compreender que existem diversas maneiras de interpretação, os alunos terão diferentes trajetórias na escola devido aos contextos letrados no qual estão imersos fora da escola e a escola deve estar preparada para lidar com a diversidade de conhecimentos destes sujeitos. Há uma rejeição, por parte dos alunos, em relação aos conteúdos escolares pois nem sempre estes estão relacionados as vivências dos alunos e não fazem sentido para ele. A aquisição da escrita traz a inserção social nos meios letrados e muitas vezes, essa situação gera estranhamento entre as pessoas analfabetos, quando se veem prestes a adentrar neste novo contexto.

De acordo com as ideias de Colello (2010) podemos elencar diferentes tipos de letramento, o letramento social e o letramento escolar, visto que a compreensão do uso da escrita na sociedade favorecem as experiencias, neste sentido o trabalho escolar deve ser valorizado. O letramento dominante e o letramento local, o dominante associado à escola e ao trabalho e o local como aquele que ocorre na vida cotidiana. O letramento cientifico, que pode ser entendido como aquele utilizado em espaços da ciência e o letramento digital, que possibilita o acesso da população as redes de comunicação.

Para Leite (2001) independente dos conceitos elencados por diferentes autores, sobre as definições dos termos letramento e alfabetização, há um consenso que, para ensinar a língua escrita é preciso garantir o seu caráter simbólico e o seu uso social, nas diferentes possibilidades e contextos em que ocorre a aprendizagem.

> É função da escola dar continuidade, agora de forma sistematizada, a esse processo que vem se realizando naturalmente, por meio do qual a criança vem tomando contato com a escrita verdadeira, pelas diversas práticas sociais de que participa. Nesse sentido, uma das críticas ao modelo tradicional é que ele representa uma ruptura nesse processo: a escola passa a apresentar para a criança a escrita através de textos totalmente descontextualizados, enfatizando somente o código, em detrimento do significado. Além disso, utilizam-se de textos que não correspondem aos usos sociais da escrita. (LEITE, 2001, p. 29)

Conforme Nucci (2005), crianças com bom desempenho atendem as expectativas da escola, pois convivem com eventos e práticas de letramento compatíveis com a orientação escolar; outras apresentam dificuldade no desempenho escolar em função de eventos e práticas de letramento não compatíveis com a orientação escolar e/ou pelo fato de a escola não considerar o letramento familiar na alfabetização.

Ainda conforme a autora o letramento escolar é entendido como a ocorrência de eventos de letramentos no contexto escolar, construídos no processo de interação entre professor e aluno, para que o aluno identifique a relação entre as situações de letramento durante as aulas de alfabetização e as necessidades do uso da escrita no cotidiano. É por meio das atividades contextualizadas no seu cotidiano (por exemplo, brincar de supermercado, que exige a leitura de produtos e a escrita da lista de compras) que o aluno pode identificar as funções da escrita de acordo com as suas necessidades.

Falantes que convivem com alfabetizados acabam incorporando características da escrita em sua fala mesmo antes de ser alfabetizados. Vivendo numa sociedade letrada, além do domínio das regras de uso da oralidade, o indivíduo aprende os usos sociais da escrita, suas funções e, portanto, pode se tornar leitor e produtor de texto, mesmo não sendo alfabetizado.

CONCLUSÃO

A criança é um ser social que participa das práticas que permeiam as relações em nossa sociedade, proporcionar

a criança, o mais cedo possível, o contato com diferentes materiais e portadores de textos vai contribuir para que avancem em suas hipóteses. O ambiente escolar é um espaço público e as crianças passam uma grande parte do seu tempo nela, neste sentido, é um local que promove a aprendizagem e a socialização.

É preciso pensar nos aspectos relacionadas as práticas de alfabetização que vá além da mera codificação e decodificação de símbolos, o aprendizado deve abarcar o contexto social em que o indivíduo está inserido. além das práticas de efetivo letramento e imersão na cultura letrada e escrita de nossa sociedade. O indivíduo letrado é considerado como capaz de participar das práticas sociais, interpretar e interagir nas diferentes situações de seu cotidiano e atuar em seu meio.

A alfabetização e o letramento devem ocorrer juntos, aliando um ensino sistemático de notação alfabética com as vivências cotidianas dos educandos, a escola deve considerar as práticas leitoras e escritoras que são vivenciadas fora do espaço escolar para que o letramento realmente seja contextualizado e não apenas uma forma de aprendizagem em que a escrita seja exercitada para demonstrar habilidades e competências totalmente desvinculadas da função social que a leitura e a escrita possui na vida social e nas práticas cotidianas.

As crianças devem ser desafiadas nas atividades propostas pelos educadores, contribuindo para a aprendizagem significativa, ampliando os seus conceitos e sugerindo diferentes formas de ação para que a criança seja capaz de elaborar e reelaborar suas hipóteses. As práticas de leitura de histórias para as crianças são consideradas uma das principais práticas no sentido de alfabetizar letrando. Com esta atividade as crianças são capazes de apropriar-se de conhecimentos que contribuirão para a sua futura inserção no mundo escrito e letrado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Silvana de Oliveira. **A linguagem Escrita e as crianças: superando mitos na Educação Infantil**. In: EDUCAÇÃO Infantil: diferentes formas de linguagem expressivas e comunicativas. São Paulo: UNESP/ UNIVESP, 2009. p. 120-133.

CALIL, E. **Letramento: uma questão de linguagem ou de interação?** Leitura, nº 17, 1996. p. 49-61.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: o que será que será?** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva, COLELLO, Silvia M. Gasparian; ARANTES, Valéria Amorim (org.) Alfabetização e Letramento: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2010.

COOK-GUMPERZ, Jenny. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

DI NUCCI, Eliane Porto. **Alfabetizar Letrando... um desafio para o professor!** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2005.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **A apropriação da linguagem escrita** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2003.

LEITE, S. A. S. (org) **Alfabetização e Letramento – Contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas: Komedi, 2001.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Normas para publicação de trabalhos

A comissão Editorial da Revista ITEQ Educacional Projetos e Projeções torna público aos interessados que receberá textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, resultantes ou não de pesquisas empíricas. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Resumo em Língua Portuguesa, contendo 100 palavras, referências do autor (instituição, cargo, titulação e endereço eletrônico);

2. Resumo em inglês ou espanhol;

3. Palavras-chaves: até cinco;

4. Redação em língua portuguesa, digitação em folha formato A4, Word for Windows, fonte Time New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior com 2cm;

5. As entrevistas deverão ter, no máximo 04 (quatro) laudas; as traduções de documentos e textos clássicos e os artigos científicos, de 08 (oito) a 16 (dezesseis) laudas, as resenhas até 03 (três) laudas, e os relatórios de trabalho de campo até 15 (quinze) laudas, incluindo-se nessas delimitações as tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotografias e referências bibliográficas que fizerem parte dos textos.

6. Apresentar notas de rodapé (se necessário) numeradas em algarismos arábicos;

7. As citações e referências bibliográficas devem obedecer ao padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas técnicas (a mais atualizada), para referenciamento de livros, revistas, suportes eletrônicos e outros multimeios, disponíveis no site **www.abnt.org.br**

8. Os textos encaminhados à comissão Editorial do ITEQ Educacional Projetos e Projeções, serão apreciados por três membros desta comissão, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos como: coerências textuais, encadeamento lógico, normas da ABNT vigentes, problemática enunciada e desenvolvida, introdução, referencial teórico, considerações finais e referência bibliográficas;

9. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados;

10. Os autores que tiverem trabalhos publicados receberão o Termo de Aceite com as orientações necessárias para cadastro dos mesmos, não sendo pagos direitos autorais.

11. O conteúdo dos textos deve passar por criteriosa revisão textual, que é de responsabilidade de seus autores;

12. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial;

13. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas aos editores, no Centro de Projetos e de Atividades Pedagógicas do Grupo ITEQ **fone: 2074-5110**.Os trabalhos deverão ser enviados somente por e-mail para: **projetoseprojecoes@grupoiteq.com.br**

14. **OBS: Enviar os Artigos e os Textos, Entrevistas e demais trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT para que sejam aceitos integralmente**.

COMISSÃO EDITORIAL

ITEQ

520
741

Pós-Graduação EAD
em Direito Educacional



(11) 2074-5110 (11) 97355-2554 grupoiteq.com.br